



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VIVIAN KARINNE MORAIS RODRIGUES

**“COMUNIDADES TRADICIONAIS”: USO E APROPRIAÇÃO DO  
TERRITÓRIO EM ILHAS FEDERAIS DO RIO URARICOERA-RR**

Boa Vista, RR

2016

VIVIAN KARINNE MORAIS RODRIGUES

**“COMUNIDADES TRADICIONAIS”: USO E APROPRIAÇÃO DO  
TERRITÓRIO EM ILHAS FEDERAIS DO RIO URARICOERA-RR**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Produção Territorial da Amazônia. Defendida em 21 de março de 2016 e avaliada pela seguinte banca:



**Prof. Dr. Antônio Tolrino de Rezende Veras – Orientador (UFRR)**



**Prof. Dr. Alexandre Magno Diniz (PUC-MG)**



**Prof.ª. Dra. Olendina de Carvalho Cavalcante (UFRR)**



**Prof. Dr. Vladimir de Souza (UFRR)**

VIVIAN KARINNE MORAIS RODRIGUES

**“COMUNIDADES TRADICIONAIS”: USO E APROPRIAÇÃO DO  
TERRITÓRIO EM ILHAS FEDERAIS DO RIO URARICOERA-RR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima como pré-requisito para obtenção do título do Mestre em Geografia. Linha de pesquisa: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. Antonio Tolrino de Rezende Veras.

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr. Marisa Barbosa Araújo.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Eterno Deus pela misericórdia e bondade infinita, que me deu forças para nunca desistir dos meus objetivos e abrindo portas para realização dessa pesquisa.

A meu orientador Antonio Tolrino de Rezende Veras pelos momentos de conselhos, orientações, descontrações e ajuda no que fosse preciso no campo e no trabalho em laboratório.

A minha Co-orientadora Marisa Barbosa Araújo pela disponibilidade e interesse em me ajudar, me instruir nas etapas de realização da pesquisa.

A Superintendência do Patrimônio da União como uma instituição que abriu suas portas para me receber como pesquisadora. A todo o pessoal administrativo que com muito carinho me receberam.

Às minhas amigas e companheiras de estudo, Rayane Araújo, Roseane Moraes pelos momentos de descontração, amizade e muita ajuda que obtive estando com vocês. Meu muito obrigada!

À minha amiga Raiane Pereira, pela contribuição maravilhosa nesta pesquisa, me ajudando nos trabalhos de campo.

Ao meu amigo Marcos Nogueira pela ajuda com importantes dicas que ajudaram na minha pesquisa, obrigada também pela sua amizade, que pra mim é preciosa!

Ao André Lima, por ter me ajudado e incentivado em tantos momentos. Obrigada pela compreensão e carinho.

À minha preciosa e amável família, Vera Lucia Moraes e João Jesus Reis, o amor de vocês me inspira e me torna melhor a cada dia. Obrigada pelo incentivo, me dando força nos momentos de fraqueza, carinho, atenção e toda ajuda que pude desfrutar de vocês!

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	12
1.1.1 Levantamento bibliográfico: perspectiva analítica.....	12
1.1.2 Procedimentos no campo.....	15
1.1.3 Estrutura dos capítulos.....	19
2.TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS – REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS BASILARES DA PESQUISA.....	21
2.1 O TERRITÓRIO.....	22
2.2 “COMUNIDADES TRADICIONAIS”: UM CONCEITO COMPLEXO, LÓGICAS E CONTRADIÇÕES.....	30
2.2.1 “Comunidade tradicional” com aspas.....	37
3. O CONTEXTO DA PESQUISA.....	39
3.1 FRONTEIRA AGRÍCOLA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO.....	39
3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FAIXA DE FRONTEIRA: ASPECTOS POLÍTICOS E JURÍDICOS.....	44
3.2.1 A legislação e seus desdobramentos.....	49
4. UM DIAGNÓSTICO AMBIENTAL GEOGRÁFICO DA LOCALIDADE.....	51
4.1 GESTÃO TERRITORIAL.....	59
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TRECHO DA PESQUISA.....	61
5. USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO URARICOERA.....	65
5.1 O TERRITÓRIO FLUVIAL.....	65
5.2 USO E OCUPAÇÃO DAS ILHAS.....	72
5.2.1 Vivendo/sendo uma comunidade.....	80
5.2.2 Sobre o “fazer”.....	81
5.2.3 A agricultura.....	82
5.2.4 A caça.....	86
5.2.5 A pesca.....	88
5.2.6 Educação.....	95
5.2.7 A dinâmica da natureza.....	96
5.3 A ILHA DO PIRANHA: UM CASO ESPECIAL DE FORMAS COEXISTENTES DE OCUPAÇÃO.....	99
5.4 A TERRITORIALIDADE DA PESCA NO RIO URARICOERA.....	101
5.4.1 Linha da mão.....	110
5.4.2 Ponta de linha.....	112
5.4.3 Espinhel.....	113
5.4.4 Rede de seda (de espera) e malhadeira.....	113
5.4.5 Pesqueiros.....	115
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
ANEXO .....	135

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema da perspectiva geográfica integradora.....	13
Figura 2: Faixa de fronteira do território nacional.....	46
Figura 3: Faixa de fronteira no estado de Roraima.....	48
Figura 4: Aspectos físicos do substrato rochoso do rio e vegetação local.....	55
Figura 5: A- floresta típica aluvial; B- ilha com substrato rochoso.....	58
Figura 6: A- vista parcial da vegetação da ilha; B- Sumaúma sobressaindo à vegetação de mata.....	63
Figura 7: Localidade Pedra Grande.....	67
Figura 8: Barracão de acampamento construído na ilha do Caboclo.....	68
Figura 9: Vista parcial da ilha da Tartaruga.....	69
Figura 10: Bar/ponto de parada dos pescadores das ilhas.....	71
Figura 11: Padrão das residências dos moradores fixos.....	76
Figura 12: Moradias de turistas fixos nas ilhas.....	77
Figura 13: Vista parcial da ponte no rio Uraricoera.....	80
Figura 14: Esquema de finalidade de uso dos recursos naturais.....	81
Figura 15: Tipos de plantações.....	84
Figura 16: Desenho da dona Sueci e do seu Paulo.....	87
Figura 17: Reunião de moradores.....	95
Figura 18: Instalações da escolinha numa residência na ilha Amajari.....	96
Figura 19: Seu João no momento da entrevista.....	98
Figura 20: Geoparcélamento da ilha do Piranha – destaque para o lote do sr. Geudro.....	100
Figura 21: Dona Nidis segurando a TAUS.....	104
Figura 22: O pescador Louro indicando nos mapas e no rio os territórios de pesca.....	106
Figura 23: Indicação de pesqueiros por pescadores da ilha do Piranha.....	107
Figura 24: Embarcações e motores.....	108
Figura 25: apetrechos (redes, ponta de linha e malhadeira) conhecidos como “tralhas”.....	109
Figura 26: Linha de mão.....	111
Figura 27: Pescaria com a técnica linha de mão.....	111
Figura 28: Desenho da ponta de linha no rio.....	112
Figura 29: Tipo de espinhel.....	113
Figura 30: Tipo de malhadeira.....	114
Figura 31: Cozimento de milho para a manutenção de pesqueiros.....	118
Figura 32: Pessoas saindo do urbano em busca de lazer nas ilhas.....	121
Figura 33: Pesca em pesqueiros no rio Uraricoera.....	122

## LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Localização da área de estudo.....	52
MAPA 2: Mapa hidrográfico - Baixo curso do Uraricoera.....	54
MAPA 3: Cobertura do solo.....	57
MAPA 4: Gestão territorial.....	60
MAPA 5: Identificação das ilhas no trecho da pesquisa.....	62
MAPA 6: Ilhas com moradias e ilhas sem moradias.....	66
MAPA 7: Usos das ilhas e localidades a partir do ponto inicial do trecho – Pedra Grande.....	70
MAPA 8: Tipos de moradia nas ilhas.....	75
MAPA 9: Abertura de dois lotes onde é praticada a agricultura.....	86
MAPA 10: Grau de dependência dos recursos naturais nas ilhas.....	92
MAPA 11: Tipos de moradias na ilha do Piranha.....	102
MAPA 12: Localização de pesqueiros no rio Uraricoera.....	117
MAPA 13: Localização de pesqueiros de turismo e pessoal no rio Uraricoera..	120
MAPA: 14: Denominação de alguns igarapés de pesca e pesqueiros.....	123

## RESUMO

Esta pesquisa analisa as formas de uso e apropriação do território nos ambientes ribeirinhos no rio Uraricoera, tomando como suporte o estudo do território, territorialidades e comunidades tradicionais. Assim, o objetivo é compreender as práticas espaciais dos “ilheiros” (ocupantes das ilhas) e sua participação no processo de produção territorial. Esse objetivo nos leva a refletir sobre *como as formas de uso e apropriação do território dos moradores das ilhas revelam territorialidades específicas?* Já que as ilhas são ocupadas e diferencialmente usadas por diferentes sujeitos. Foram analisadas múltiplas dimensões do universo social dos ocupantes das ilhas: política, social, econômica e simbólica. Foi realizado um levantamento bibliográfico e documental pertinentes à temática, associando a teoria com a empiria, trabalhos de campo com a utilização de metodologias específicas como o mapeamento participativo, a partir a valorização da percepção territorial da comunidade local, utilizando as técnicas de geoprocessamento como o uso do (Sistema de Posicionamento Global) GPS e entrevistas. Os resultados da pesquisa revelam uma diversidade de formas de usos dos recursos naturais e de ocupação do território, visto que nas ilhas há moradores que não possuem relação de subsistência com o ambiente e moradores que vivem exclusivamente da exploração dos recursos naturais da localidade. Também revelou que a pesca no rio Uraricoera possui territorialidades específicas que provém da forma de como os pescadores utilizam os recursos do rio, onde estabelecem um conjunto de regras próprias expressando a noção de propriedade e poder.

**Palavras-Chave:** Comunidades Tradicionais, Território, Territorialidades, Uso e apropriação.



## ABSTRACT

This research analyzes the forms of use and appropriation of land in coastal environments in Uraricoera river, taking to support the study of the territory, territoriality and traditional communities. The objective is to understand the spatial practices of "ilheiros" (occupants of the islands) and their participation in territorial production process. This goal leads us to reflect on the forms of use and appropriation of the islands inhabitants of the territory reveal specific territoriality? Since the islands are occupied and differentially used by different subjects. We analyzed multiple dimensions of the social universe of the occupants of the islands: political, social, economic and symbolic. It conducted a literature review and documentation relevant to the theme, combining theory with empirical, field work with the use of specific methodologies such as participatory mapping, from the appreciation of the territorial perception of the local community, using geoprocessing techniques as use of GPS (Global Positioning System) and interviews. The survey results reveal a variety of forms of natural resource use and occupation of the territory, since the islands there are locals who have no relationship with the living environment and residents living exclusively from the exploitation of natural resources of the area. Also revealed that fishing in the river Uraricoera has specific territoriality that comes the way of how the fishermen use the resources of the river, where they establish a set of own rules expressing the sense of appropriation and power.

**Keywords:** Traditional Communities, Territory, Territoriality, Use and Appropriation.

## 1. INTRODUÇÃO

As ilhas fluviais no contexto amazônico representam espaços diferenciados, e quando habitadas podem evidenciar espaços de reprodução social, onde o cotidiano e o trabalho se desenrolam em função da existência de um território. As ilhas são espaços representativos e territórios de múltiplas funcionalidades. Souza (2011) classifica as ilhas brasileiras enquanto forma de domínio político, por serem espaços sob a jurisdição de estados ou da União, consideradas um patrimônio público e enquanto formas de apropriação, através da força da tradição se opondo à propriedade do Estado (SOUZA, 2011).

Atualmente convivemos com discursos mundiais e nacionais a respeito da preservação da Amazônia. Este rico bioma que muitas vezes é projetado como espaço natural, em que a reprodução social é invasora (NEVES, MURRIETA, ADAMS, 2006) é palco de diversas manifestações socioculturais e políticas que desenham um contexto amplo e complexo de relações no território.

A diversidade social e ambiental são características marcantes na Amazônia. Becker (1998) demonstra que vem sempre sendo pensada como sendo um vazio demográfico a ser habitado, sem considerar suas populações residentes (ribeirinhos, indígenas, quilombolas etc.). Dessa forma, é importante o desenvolvimento de pesquisa, sobre formas diferenciadas de uso e apropriação do território amazônico considerando populações locais.

Considerando esse contexto, esta pesquisa analisa a ocorrência desses espaços naturais diferenciados no estado de Roraima, no rio Uraricoera. Foram escolhida para a análise nessa pesquisa um trecho no rio que compreende 9 ilhas<sup>1</sup>; a saber: ilha do Tabaio, Urupirupi, Caboclo, Tartaruga, Tiago, Amajari, Louro, Piranha e Parafuso. São ilhas de diferentes tamanhos e diferentes formas de ocupações e usos. Estas ilhas fluviais são consideradas um bem (patrimônio) da União, por localizarem-se, em Faixa de Fronteira<sup>2</sup>, entre os municípios de Boa Vista, Alto Alegre e Amajari.

Essas ilhas são caracterizadas como espaços que apresentam uma diversidade de dinâmicas e formas de apropriação (diferentes territorialidades)

---

<sup>1</sup> Doravante ao escrevermos o termo ilhas estaremos nos referindo a estas nove ilhas do trecho definido na pesquisa.

<sup>2</sup> Falaremos no segundo capítulo, no subitem 2.1 sobre a Faixa de Fronteira.

sendo que algumas delas não possuem moradores. Diversos agentes as usam para obtenção de recursos (uso do peixe e da água do rio, caça, coleta de materiais na mata), para a circulação, para o lazer e turismo, sendo os usos caracterizados como múltiplos.

Entende-se que a territorialidade expressada nesse sentido, seria os tipos de usos e ainda a apropriação desses territórios pelos ilheiros<sup>3</sup>. Esses usos e apropriação implicariam em outros níveis de análise cultural-simbólico.

A expressão da conduta dos ocupantes das ilhas, que são as relações socioespaciais, manifestadas pela comunidade no território, segundo Little, (2002) pode ser caracterizada como territorialidade.

A presença de pessoas em ilhas fluviais que vivem do espaço natural é incontestável, no entanto, não há somente a presença de pessoas que precisam dos recursos naturais para sobreviver, visto que nas ilhas há moradores que não possuem relação de subsistência com o ambiente e moradores que vivem exclusivamente da exploração dos recursos naturais. São identificadas nessas ilhas diversas formas de ocupações, entre elas, ocupações permanentes, com temporalidades diferentes, cujos moradores desenvolvem atividades de trabalho, uso e manejo dos recursos naturais e ocupações temporárias, caracterizadas por moradores quem permanecem nas ilhas apenas nos finais de semanas, feriados e/ou férias, e ainda ocupações onde o morador não se enquadra nos padrões de ribeirinho, mas vive no local de forma permanente, no entanto, possuem outros imóveis na cidade, são funcionários públicos ou profissionais liberais.

Diante disso, é possível verificar diferentes modos de uso e apropriação dos recursos no território, implicando assim em territorialidades<sup>4</sup> distintas. Assim, este trabalho tem como eixo condutor a seguinte questão de pesquisa: **como as formas de uso e apropriação do território dos moradores das ilhas revelam territorialidades específicas?**

Assim, tivemos como objetivo, entender o comportamento dos ilheiros e sua participação no processo de territorialização desse ambiente, a partir de suas práticas de vivências representadas nesse território. Assim pudemos traçar os objetivos específicos da pesquisa, a saber: 1) Identificar a forma de uso e apropriação dos territórios fluviais; 2) Identificar e caracterizar quem são e como

---

<sup>3</sup> Doravante utilizaremos o termo “ilheiros” para designar os moradores das ilhas.

<sup>4</sup> Falaremos sobre a discussão de territorialidade no primeiro capítulo da dissertação, na contextualização do território.

vivem as famílias que moram e/ ou usufruem das ilhas; 3) Mapear as atividades de usos nas ilhas para elaborar mapas temáticos.

O alcance desse objetivo exigiram análises que foram de encontro a fatores mais genéricos, específicos e uniformes do comportamento e condutas dos sujeitos da pesquisa nesses espaços fluviais. A partir desse foco, abriu-se a discussão vinculada e indissociável ao território, que é a territorialidade, expressada pelo uso e apropriação nesse caso, dos territórios fluviais. Dessa forma, caracterizamos os agentes, usos e processos socioespaciais presentes nessas ilhas fluviais; reconhecendo assim as diferentes territorialidades que foram relacionadas às vivências cotidianas ligadas ao rio nas suas dimensões econômica, política, cultural e simbólica. E então a partir daí foi possível representar o uso e apropriação do território em mapas temáticos georreferenciados.

## 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, foi necessário a adoção de métodos e técnicas específicos que foram utilizados, como subsídio para o desenvolvimento da dissertação.

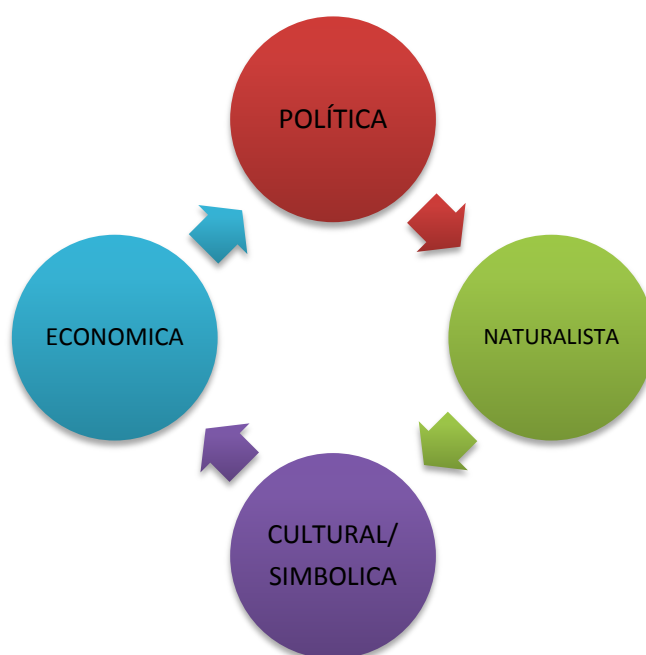
Em primeiro lugar, foi indispensável um levantamento bibliográfico e documental coerente com o objeto pesquisado, a partir desse levantamento pudemos traçar nossa perspectiva analítica, ou seja, como estamos utilizando as teorias, informações e metodologias na pesquisa.

### 1.1.1 Levantamento bibliográfico: perspectiva analítica

A pesquisa bibliográfica primária, isto é, informações ainda não interpretadas, (leis, notícias e outros) e pesquisa secundária, (referida pela concepções teóricas e análises sobre o tema) – contribuíram para o entendimento e desenvolvimento da pesquisa. Esse processo permitiu apreender a questão legal de terras no estado de Roraima, em especial as terras da União (Faixa de Fronteira) a que o objeto de estudo se refere, portanto, um levantamento bibliográfico em periódicos, revistas eletrônicas, artigos e teses que tratam da temática, assim como consulta em decretos e legislação foi importante.

O estudo do território foi imprescindível, este foi analisado a partir da concepção de Haesbaert (2011), que propõe a Perspectiva Geográfica Integradora, (Figura 1), que é aquela que admite várias formas de analisar e conceber o território, ou seja, abrange várias esferas sociais como a política, econômica, cultural-simbólica. Essa abordagem permitiu o diálogo conceitual-teórico com diversos outros autores que estudam o território e territorialidades, mesmo que alguns deles diverjam em algum momento dessa concepção.

**Figura 1:** Esquema da perspectiva geográfica integradora.



**Fonte:** Elaborado e organizado por Vivian Rodrigues, 2014, com base em HAESBAERT, 2011,p 74.

No que se refere à interpretação do território fluvial, as respectivas esferas sociais da perspectiva integradora auxiliaram no entendimento dessa dinâmica, dessa forma: na esfera política enfocamos na questão da constituição política desse território analisado, a saber o domínio político da União, bem como seus instrumentos administrativos para a apropriação do território, na esfera econômica, atribuímos importância à dependência dos recursos do ambiente para o comércio,

relação entre pescadores e compradores de peixes. Na esfera cultural/simbólica, atribuímos importância aos agentes no processo de territorialização, suas vivências expressando assim em territorialidades, identificando e diferenciando sujeitos que caracterizam-se como comunidade tradicional ou não. Na esfera naturalista, foram consideradas as questões ambientais da localidade e sua importância na conformação de territorialidades específicas.

Apesar de analisar o uso e apropriação do território não estamos afirmando que este é o mesmo que espaço geográfico, como diz Santos (1999). Nessa perspectiva, baseados em várias leituras sobre o território vemos que este assume características mais complexas e específicas, onde envolve relações de poder (ARENDETT, 1985; RAFFESTIN, 1993; FOUCAULT, 1984, RAESBAERT, 2011; SOUZA, 1995 - 2013).

Comparar o território com espaço geográfico seria conforme Souza (1995), reduzir o arsenal conceitual e analítico do conceito.

Oliveira (2010, apud Weisman, 1981, p. 7) declara que “a apropriação e uso do espaço são atos políticos, implicando assim relações de poder”. Diante disso, no primeiro capítulo desta dissertação obtivemos algumas considerações acerca do poder, que no caso da apropriação das ilhas federais podem assumir duas denotações. A apropriação política-administrativa e a regida pela força da tradição (simbólico/cultural).

A análise do uso e apropriação do territorial fluvial nos obrigou a refletir sobre a conduta dos ilheiros, no sentido de como se apropriam desse espaço; Quem são esses sujeitos e como utilizam os atributos ambientais disponíveis no respectivo território. Dessa forma, foi analisada a noção de “comunidade tradicional”, amparada por diversas leituras, tais como Araújo, (2013); Diegues, (1986); Barreto Filho, (2006); Little, (2002); Prado, (2012); Cunha e Almeida, (1999). Também foi dada importância à questão das territorialidades expressadas no território pelos diversos agentes, já que as ilhas são habitadas de formas diferenciadas. A reflexão sobre esses temas julga-se importante porque neste estudo, os atributos culturais da comunidade ilheira no rio Uraricoera, são a chave para a compreensão dos padrões de uso e apropriação do território fluvial.

Apresentados os conceitos basilares que dão corpo teórico à pesquisa proposta, salientamos que esses conceitos cooperam com o entendimento um do outro.

Ainda, foi necessário o levantamento geográfico-físico tipo “diagnóstico” da área estudada, para a compreensão dos fatores fisiográficos da paisagem no trecho analisado. Para essa rápida compreensão, foram necessárias leituras sobre solo, clima, bacia hidrográfica, geologia e geomorfologia, disponíveis nos textos de Bertrand (2004); Costa, (2008); Carvalho (2013) entre outros.

A caracterização pretendeu identificar em qual, ou quais ecossistemas a comunidade ilheira se localiza e permitiu compreender como os atributos ambientais, entendidos aqui, como os aspectos fisiógrafos da paisagem influenciam nos tipos de uso das ilhas analisadas e como o uso/manejo dos recursos provenientes da natureza contribui para a conformação de territorialidades específica na localidade.

Concomitante ao levantamento bibliográfico e trabalhos de campo, houve o levantamento de informações em órgãos públicos como a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Ministério da Pesca, (MPA) Prefeitura Municipal de Boa Vista e Prefeitura Municipal do Amajari. Essas informações foram importantes no sentido de verificar a presença de instituições públicas na localidade, oferecendo subsídios importantes para a discussão do modelo de gestão desse território.

### **1.1.2 Procedimentos no campo**

Foram realizados na localidade três viagens de campos. A primeira foi o reconhecimento da área de estudo e contato inicial com os moradores das ilhas. Foi realizado em agosto de 2014 e durou cerca de três dias.

Nesta, foi possível delimitar o trecho a ser analisado. No início do projeto, a proposta era analisar a dinâmica socioespacial da ilha do Piranha (uma das ilhas desse trecho). No entanto, conforme as observações *in locu*, notou-se uma relação entre moradores e uso de pontos específicos no rio e em outras ilhas que completam o entendimento acerca do uso e apropriação desses territórios fluviais. É bem verdade que a ilha do Piranha é a que apresenta o maior número de moradias, bem como variedade de formas de ocupação, entretanto, houve necessidade de se compreender os diferentes tipos de usos em outras ilhas, corroborando para um entendimento integrado dessa dinâmica na localidade.

Com apoio logístico cedido pela Instituição de Ensino à qual estou vinculada (Universidade Federal de Roraima), pudemos navegar no rio e localizar pontos de estudo.

Assim definimos o trecho, correspondente a uma área de aproximadamente 47,25 Km, com cerca de 9 ilhas, sendo que várias delas não possuem moradias, apenas são utilizadas para usos específicos dos ilheiros residentes em outras ilhas. Além disso, foi realizado um primeiro contato com os moradores das ilhas. Em bloco de anotações registramos os nomes dos respectivos moradores encontrados no local, atividades desenvolvidas, tempo de moradia entre outras informações. Concomitante a isso, com auxílio do GPS (Sistema de Posicionamento Global), retiramos os pontos de localidades no trecho como a Pedra Grande, ilhas e moradias nas ilhas.

A segunda viagem de campo foi realizada no mês junho de 2015, com período de 2 dias. Este campo se limitou em manter contato com um pescador experiente, conhecedor dos principais pontos de pesca no rio, o Louro (Lázaro Duarte), para então mapearmos essas localidades. Além disso, obtivemos com ele várias informações sobre seu modo de vida, sobre os padrões de pesca no rio, destacando as técnicas mais utilizadas pelos pescadores e por ele. Fato que nos motivou a centrar o olhar para essa atividade que se mostrou mais atuante no local.

Este campo também possibilitou confirmar e/ou consertar informações coletadas no primeiro campo como a ordem das ilhas e seus respectivos nomes a partir da Pedra Grande, tipos de moradias nas ilhas, local de venda de pescados, igarapés utilizados pelos pescadores entre outras.

No terceiro campo, realizado no mês de setembro de 2015, realizamos entrevistas semi-estruturadas<sup>5</sup> com alguns moradores das ilhas.

Considerando a pesquisa como um processo construído e em construção, tomamos 6 representantes de famílias que vivem nessas ilhas.

A pesquisa tomou como critério indivíduos maiores de idade e que concordaram em participar da pesquisa e cederam entrevistas.

No texto do quarto capítulo, estaremos usando de forma complementar a fala<sup>6</sup> dos moradores escolhidos para as entrevistas. São relatos carregados de significados que contribuem para o entendimento da dinâmica social presente na

---

<sup>5</sup> O Roteiro de Entrevista consta no anexo.

<sup>6</sup> Estaremos utilizando a forma [SIC] na entrevista, identificando que a fala dos entrevistados foram escritas conforme a fala original, não obedecendo à norma culta de linguagem e escrita.



localidade. Dessa forma, temos, os indivíduos participantes da pesquisa como sujeito-colaborador da pesquisa, a fim de esclarecer os elementos do presente e também do passado por meio das narrativas orais.

Subsidiados pela pesquisa de Silva (2006-2012), que em seus trabalhos analisa os territórios pesqueiros no rio Ituquara, Breves – PA amparado pelo uso de geotecnologias, foi possível coletar informações georreferenciadas e valorizar a percepção de pescadores na indicação de seus territórios (marcação de pesqueiros).

Dessa forma valorizamos nessa pesquisa a percepção que os moradores têm do ambiente em que vivem – mostrando suas cartografias. Esses indivíduos percebem os seus espaços baseados no conhecimento local. Concomitante a isso, o uso de geotecnologias torna-se possível a visualização e expressão cartográfica da realidade, territorializada na localidade. Segundo Silva (2006) é o tipo de geoinformação que possibilita a melhor análise do espaço geográfico.

O uso de técnicas de geoprocessamento possibilitou o mapeamento das ilhas analisadas bem como os tipos de usos correspondentes. Além disso, foram elaborados mapas temáticos que mostram as tipologias de usos nas ilhas analisadas. Os dados coletados com o GPS foram plotados em ambiente SIG para manuseio, tratamento e armazenamento da informação geográfica, que possibilitou a elaboração dos mapas.

Para a melhor visualização dessas atividades utilizamos o formato de *shap file* no software ArcGis 9.1. O mapa de classificação supervisionada que mostram as condições ambientais que está no terceiro capítulo da dissertação foi elaborado a partir de carta-imagem da cena LandSat 8 já georreferenciada.

Foi também com a ajuda dos moradores que elaboramos mapas de tipos de moradias, pois alguns deles indicavam habitações nas ilhas, assim como as funcionalidades das ilhas que não são utilizadas como moradias, reconhecimento de igarapés e cursos d'água. Toda essa metodologia baseia-se nas técnicas do **mapeamento participativo**, consistindo em uma metodologia que surgiu nos anos 1990. Essas práticas têm envolvido diversas instituições como agências governamentais, ONGS, organizações indígenas, fundações privadas, universidades entre outras, e atualmente vem sendo muito utilizada em trabalhos que se referem a Unidades de Conservação e outras áreas que são habitadas por comunidades locais<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Também refere-se a comunidades tradicionais.

com o objetivo de auxiliar em planos de manejo e gestão territorial por exemplo (ACSELRAD e COLI, 2008).

A pesquisa aqui expressada possui um contexto diferenciado; não possui demanda com nenhum órgão de gestão de áreas protegidas, mas se utiliza dessa metodologia para adquirir informações georreferenciadas do uso do território no rio Uraricoera, contemplando o conhecimento local da comunidade estudada, pois essas informações ajudam na interpretação dos resultados. Ainda não existe um Plano de Gestão para a localidade. No entanto, a pesquisa pretende servir como subsídio para a possibilidade de um.

Segundo Herlihy e Knapp (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que chamam de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa”.

É importante também deixar claro que a base cartográfica que utilizamos apresentou algumas falhas no tocante à identificação das ilhas, por exemplo, algumas ilhas não aparecem, outras não possuem denominação, desta forma, o campo realizado durante a pesquisa com auxílio do GPS acompanhado dos relatos dos moradores das ilhas nos proporcionou informações suficientes para elaboração de vetores (novos shapes) que permitiram identificar e caracterizar as ilhas na localidade.

Com a finalidade de sistematizar os dados sobre o uso e apropriação do território fluvial, utilizamos a análise das informações provenientes dos trabalhos de campo e inspirados pelo trabalho de Célia Fudemma (2006), sobre a comunidade de Patos, localizada a leste de Santarém, no estado do Pará, onde ela analisa o uso e acesso aos recursos florestais no Baixo-Amazonas, definindo três graus de dependência aos recursos, caracterizando a partir de finalidade de uso: subsistência; mercado; ou subsistência e mercado. A partir disso, pudemos elaborarmos nossas categorias de dependência dos recursos, a saber: subsistência, subsistência e mercado e lazer, a observação no campo revelou que muitos moradores das ilhas vivem nesses locais e retiram dele o básico para sua sobrevivência, não desenvolvendo atividade de venda dos produtos, dependendo exclusivamente dos recursos naturais; em outros casos, os recursos naturais retirados do rio e da terra, por exemplo, são uma fonte de renda, sendo utilizados

tanto para a alimentação da família como para venda; já outros casos os recursos da localidade são explorados apenas para o lazer.

Diante disso, a proposta de análise de dados de Fudemma (2006), apresentada acima pôde contribuir no sentido de nos inspirar para a compreensão da relação da comunidade com o lugar, abrindo a possibilidade de analisar os padrões de uso e apropriação do território a partir da finalidade de usos dos recursos e então elaborarmos as categorias dos graus de dependência dos recursos naturais.

### **1.1.3 Estrutura dos capítulos**

A dissertação está dividida em quatro partes. O primeiro capítulo traz reflexões teóricas acerca do território como conceito chave nesta pesquisa inerente às territorialidades e ao processo de territorialização baseados nas concepções de diversos autores que tratam sobre a temática como Haesbaert, (2011-2005); Souza, (1995-2013); Raffestin, (1993); Sack, (1986); Little, (2002) entre outros. Assim seguimos até chegarmos à discussão recente sobre o termo comunidades tradicionais.

O segundo capítulo é resultante de uma revisão bibliográfica, relacionados à geografia da Amazônia, em destaque para o processo de formação da fronteira, identificando assim como ocorreu a produção do território na Amazônia, além disso, reflexões sobre a Faixa de Fronteira, onde a questão fronteiriça no Brasil é tratada como de grande relevância, pois é compreendida como essencial na política de segurança nacional e de desenvolvimento ou integração regional. São informações que julgamos pertinentes para compreensão da realidade dessas ilhas, que encontram-se sob domínio da União.

No terceiro capítulo, realizamos a descrição dos fatores fisiográficos da paisagem na localidade, destacando fatores hidrográficos, solos, clima, vegetação, geomorfologia e sua importância na dinâmica de produção do espaço social das ilhas. Sendo assim uma importante caracterização da área de estudo, estudo esse integrado, com a finalidade de diagnosticar manifestações ecológicas podendo contribuir para estudos do meio físico na localidade.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentadas as orientações sistematizadas oriundas de levantamentos de campo realizados no trecho que compreende as ilhas,

por intermédio dos procedimentos metodológicos adotados em campo como o mapeamento participativo, identificado os agentes, os usos e os processos sociais existentes na referência empírica. Destacando assim, as diferentes territorialidades existentes nessas ilhas associadas ao processo de uso e apropriação, e reconheceremos os espaços de vivência ribeirinha.

## 2. TERRITÓRIO E COMUNIDADES TRADICIONAIS – REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS BASILARES DA PESQUISA

### 2.1 O TERRITÓRIO

As ilhas do rio Uraricoera no contexto amazônico caracterizam-se por uma diversidade biológica e social que reflete nas diferentes manifestações socioculturais expressada pelo caboclo amazônico na sua vida cotidiana. Dessa forma, a categoria (a nosso ver) que melhor explica os aspectos que caracterizam o cotidiano dos indivíduos no espaço onde vivem é o território, pois, o estudo do território tem como suporte central as relações entre agentes políticos sociais e econômicos, influenciando na gestão do espaço. A delimitação do território baseia-se nas relações de poder, domínio e apropriação contidos nele.

É o uso diferenciado do território que acaba conferindo-lhe grandes complexidades; estas por sua vez retratam diversidades culturais, que embora convivam mutualmente buscam na produção do território o reconhecimento de suas especificidades. Além disso, para compreender a territorialidade refletida nos tipos de usos e apropriação do território é necessário primeiro entender o território na sua construção conceitual. Assim, este capítulo trata da reflexão acerca da categoria território, na sua construção analítica, logo adiante uma reflexão teórica acerca do surgimento e uso do termo “comunidades tradicionais”.

O território como um conceito chave na geografia, vem sendo alvo de discussões e contribuições que visam a aplicabilidade do conceito. O território foi e continua sendo alvo de estudos, diálogos, concepções e visões distintas. Ao longo do desenvolvimento do conhecimento científico este assume várias formas e significados de acordo com a perspectiva contida nele.

Este geralmente é concebido no senso comum por seus atributos físicos, sua extensão e limites, muitas vezes não associados ao conhecimento sobre a sua forma de ocupação e/ou criação. Na Tradicional Geografia, o conceito é concebido como produto, associado aos fundamentos materiais jurídico-político do Estado-Nação (MORAES 1990; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995/2013; HASBAERT, 2011 MORAES, 2000).

O território deve ser visto de uma forma especial, pois só pode existir a partir do domínio social sobre o espaço, através da conquista, da posse, ou jurisdição político-administrativa, onde o fator fundamental é o poder.

A respeito disso veremos as diversas concepções dos autores que se dedicaram no estudo da compreensão do território, entre eles destacamos Haesbaert (2005; 2011) e Souza (1995; 2013).

Haesbaert (2011), na sua obra, *O mito da desterritorialização*, apresenta que existem transformações do conceito de território em função das questões priorizadas. Estas questões específicas se baseiam em algumas das principais linhas teórico-conceituais, entre elas a política, a cultural e econômica.

É possível ver a amplitude do conceito quando nos deparamos com o território interpretado, por outras áreas do conhecimento científico, como aponta Haesbaert, (2011, p. 37).

[...] enquanto a geografia enfatiza a materialidade do território em suas múltiplas dimensões a ciência política enfatiza sua construção a partir das relações de poder, que na maioria das vezes privilegia o Estado-nação como detentor deste, a economia, percebe-o muitas vezes como fator locacional ou como uma das bases da produção, a antropologia valoriza sua dimensão simbólica principalmente no que se refere ao estudo das comunidades tradicionais, a sociologia dá o enfoque no território a partir de sua intervenção, já nas relações sociais em sentido amplo, a psicologia se posiciona a fazer uma leitura sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo.

Destarte, o autor deixa claro que à medida que o pesquisador adota sua posição filosófica, o estudo do território pode assumir outros significados, priorizando assim uma dimensão em função da outra (HAESBAERT, 2011).

Uma das grandes contribuições de Haesbaert foi a forma de conceber o território, a partir da perspectiva integradora da visão do território, onde o território não é visto somente como político, econômico e cultural. A proposta de integração dessas dimensões é capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta (HAESBAERT, 2011).

Ainda, segundo o autor, o privilégio de uma dessas dimensões acontecerá em função do recorte disciplinar e da problemática que envolve o objeto de estudo que se pretende responder, ou investigar.

O território construído de forma conectada e/ou articulada envolvendo “muitas coisas”. Dessa forma:

Há necessidade de uma visão de território como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política e economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, numa complexa interação tempo-espaço (HASBAERT, 2011, p.79).

Ainda segundo o autor: “O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HASBAERT, 2011. p.79).

Souza (1995) em seu texto *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*, define o território como “o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Anos mais tarde em sua obra *Conceitos Fundamentais da pesquisa socioespacial*, em 2013, o autor com o objetivo de rever algumas coisas e atualizar outras, traz novas visões sobre a concepção do território; explica que a definição acima é uma “formula” que deve ser entendida como uma *primeira aproximação* no entendimento do território; diz ser necessária, mais insuficiente, frente à depuração e refinamento conceitual da respectiva categoria de análise (p.17).

Souza (2013) coloca em primeiro plano a dimensão política, para após isso verificar, mas de forma associada, outras dimensões, que segundo ele (SOUZA, 2013, p.88) poderiam ser “de vital importância para que se compreendesse a gênese de um território ou as razões do interesse em mantê-lo”. O autor utiliza um fragmento do seu texto: *quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?* Para explicar a *segunda aproximação*, que diz respeito às relações de poder, socialmente espacializadas que atuam como “campo de forças” num substrato referencial. Deixando claro que o território não pode ser visto apenas como uma “coisa”, um substrato espacial estritamente material, este podendo ser intangível, assim como o poder.

No entanto, o autor deixa claro que “o *leitmotiv*<sup>8</sup> do conceito de território é político” (SOUZA, 2013, p. 89). Ou seja, o fator mais importante na conformação do território é a relação política proveniente do poder. Diz ainda que a análise do território a partir das relações de poder não excluiria a parte simbólico e cultural. “Todas as dimensões das relações sociais são importantes e devem ser levadas em conta na análise” (SOUZA, 2013, p.101). Finalmente considera que o território na sua formação, por envolver uma dimensão de poder (política), nem por isso deixa

---

<sup>8</sup> Do alemão, motivo condutor ou motivo de ligação.

igualmente de envolver, acima de tudo uma fricção no plano cultural-simbólico. Dá exemplos de territorialização de grupos humanos que reproduzem a afirmação de uma identidade ou estilo cultural.

Haesbaert, como vimos, não nega a importância do aspecto político do território. Deixa claro que o território é um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. O que poderíamos desprender dessas duas formas de pensar, é que a forma de análise do território é diferente apenas. Haesbaert (2011) parte de uma análise integrada de várias dimensões, esta que importa em identificar quais, já Souza (2013) hierarquiza, partindo da dimensão política. Não que outros aspectos como o social e simbólico sejam desprezados, mas o mais importante e para esse autor é o político.

Outra concepção importante de se mencionar é a de Oliveira (2013), quando trata a compreensão do território a partir da analogia do tear baseado no pensamento de Sack (2010). Onde o território é concebido como um tecido decorrente do entrelaçamento de componentes da realidade, a saber: *o domínio do empírico, domínio da moral e domínio da estética*, sendo visto como “campo de força” quanto de perspectivas. Cada componente está intimamente atrelado a um âmbito específico de cada domínio, sendo o território o meio necessário das diversas conexões. “Não existe um componente mais importante privilegiado e tampouco central em meio às tramas estabelecidas através do território, eles são dinâmicos, relacionados e interdependentes” (OLIVEIRA, 2013, p. 97). Não existem polos antagônicos, de negação<sup>9</sup>. Este autor propõe colocar mudanças no sentido de não se colocar em oposição binária ou contraditória as “coisas” com outras formas de pensamento. É recorrente o uso de expressões na sua leitura como imbricação, conjunção, conexão.

Sendo assim o território é definido como “campo complexo de relações sociais que envolvem poder/resistência atrelado a conduta individual/coletiva manifestado em relações entre agência e estrutura, esta última (i) material”<sup>10</sup> (OLIVEIRA, 2014).

É tentadora a proposta do geógrafo Milton Santos, quando a respeito do território diz que o “uso” econômico, sobretudo é o definidor por excelência do

---

<sup>9</sup> A corrente filosófica pós-estruturalista surgiu na França nas décadas de 60 e 70. Se caracterizando pelo pensamento rizomático, não antagônico. Sobre o pensamento pós-estruturalista ver: PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000. Cada vez mais os geógrafos têm assumido posições pós-estruturalista, tais como Foucault, Deleuze e Gatarri, Haesbaert, Souza, entre outros

<sup>10</sup> Conceitualização realizada em março de 2014, na aula de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima.



território. Este autor na verdade faz uma correlação de território com espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2001; SANTOS, 1996).

Os “usos” nesse trabalho assume importância central, não obstante, verifica-se que a concepção de Milton Santos reduz a conceitualização do conceito, pois conforme Haesbaert (2011) e Souza, (2013) Milton Santos se baseia numa visão materialista, onde a dimensão econômica na construção do território é privilegiada. “De início salientamos que, apesar de comumente confundidos por diversos autores, inclusive dentro do campo da Geografia, território e espaço não são sinônimos” (OLIVEIRA, 2013, p.122).

Desta forma, não poderemos enveredar estritamente por esta concepção teórica-conceitual, pois o objeto de estudo da pesquisa obriga a refletir diversas dimensões de investigação, e, além disso, existe um rico processo de complexificação do conceito verificados em diversas obras de autores entre eles geógrafos que se dedicam no conhecimento do território como conceito.

Diante da diversidade de abordagens a respeito da discussão sobre a categoria território, há a necessidade de ser articular teorias e de se considerar aspectos específicos que se adequam ao objeto em análise. A proposta é realizar isto de forma dialética, os fatores que engendram essas concepções.

Como visto, existem muitas formas de entender/conceber o território, buscamos aqui uma abordagem que seja possível envolver as diversas dimensões sociais, não pretendendo claro, delongar as discussões que já seguem, mas conforme o objetivo proposto anteriormente, pretendemos articula-las de modo que haja um entendimento desse território fluvial à luz da vivência prática da pesquisa.

Não pretendemos começar simplesmente pelo já desgastado debate em torno de “o que é território [...]”. a questão, no nosso ponto de vista, é com que problemáticas nos envolvemos e “o que fizemos”, concretamente, a partir dos conceitos de território que (academicamente falando) construímos (HAESBAERT, 2011, p. 95)

Dessa forma, é o uso social do território e não o território em si que se configura como objeto de análise desta pesquisa.

O território neste caso é considerado a partir da dinâmica socioespacial de uso e apropriação e ainda manejo dos recursos e significação que acontecem nesse espaço (o território) sendo essas relações sociais projetadas no substrato, que nesse

caso, material (as ilhas). São, portanto, as formas de vivências a partir do vínculo com este território, produzindo territorialidades que nos interessa conhecer.

Enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade. Haesbaert (2011) Diz que ainda que consideremos o território ou a territorialidade inerente a todo grupo social, ao longo de toda sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico.

Dentre as diversas definições de território, as mais clássicas, que moldam a tradição deste está relacionada ao poder, no sentido *le politique, das politische*<sup>11</sup> ou seja, na dimensão política.

Portanto, “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 6674).

A respeito da apropriação, uma visão importante de se conhecer é a de Lefebvre (1986), que mesmo referindo-se ao espaço diz que a apropriação só adquire sentido quando contraposto de forma dialética ao conceito de dominação. Este afirma que a apropriação é uma ação do homem no espaço natural, modificando-o para servir as suas necessidades, podendo dizer então que determinado grupo humano se apropria desse espaço.

Este autor diferencia a apropriação de dominação, onde o primeiro admite um significado mais simbólico repleto de conteúdo do vivido e do valor de uso, já o segundo admite um significado mais concreto, associado ao valor de trocas. “O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica ‘apropriação’ e não ‘propriedade’ (LEFEBVRE, 1986, p. 411).

Haesbaert (2005), numa interpretação de ideia de Lefebvre diz que “podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é ‘um espaço feito território’ através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)” (Haesbaert, 2005, p.6775).

Haesbaert defende a ideia de Lefebvre, mas aponta para as relações entre dominação/apropriação que diferenciam ao longo do tempo histórico, principalmente com o advento do capitalismo. Este alega que ao se trabalhar com a perspectiva

---

<sup>11</sup> Em francês, no sentido amplo de política das relações sociais e não no sentido de a política (la politique de o politik (SOUZA, 2013, p. 88). Sobre esta diferença consultar, Castoriadis (1990).

integradora, o território responde pelo confronto das relações de domínio e apropriação no, com e através do espaço. Mais adiante conceitua que:

Territorializa-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos, poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo [...] cada grupo desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes globais (HAESBAERT, 2011,p.97).

Na visão de Raffestin (1993), em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, explica que o espaço é anterior ao território e se forma a partir da ação de um ator, que ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o territorializa, dentro dessa perspectiva, o espaço é o palco onde acontece o trabalho, seja energia de informação, que por resultado evidenciam relações assinadas de poder.

Assim, a possibilidade do poder, e não o poder em si, se constrói sobre a apropriação do trabalho no seu adjetivo de energia informada. Raffestin (1993) considera então como “trunfos” do poder a população, os recursos e o território.

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAET 2005, p.6776).

Para Sack (1986) a territorialidade é uma qualidade necessária para a construção de um território e é associado ao espaço quando este media uma relação de poder que é utilizado como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais, tratando-se do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma determinada área. Diz que a fronteira é o controle do acesso, reconhece assim que a territorialidade é uma base de poder.

Sack (1986) afirma que a territorialidade pode ser ativada e desativada, o autor mostra que os territórios possuem uma mobilidade, a falar, flexibilidade, o que denota que territórios estáticos não existem. O que nos leva a entender que territórios podem ser desfeitos, haja vista processos de (des) territorialização.

Souza (1995) expõe que a territorialidade remeteria, a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, as relações de poder espacialmente delimitadas sobre um substrato referencial. As territorialidades

significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades dinâmicas, etc. Este autor também diz que a discussão sobre territorialidade não é unânime entre os autores (SOUZA, 1995).

Nesse sentido Souza (1995) escreve que o território como campo de forças ou rede de relações sociais, ciente de sua complexibilidade interna, define um limite, uma alteridade: a diferença entre os membros da coletividade ou “comunidade” (insiders) e os outros (os de fora - outsiders).

Por isso, “toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa, e ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” (HAESBAERT, 2011p. 86).

Complementa dizendo ainda que todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação (HAESBAERT, 2011).

A respeito da identidade dos grupos, o autor Woodward (2005), argumenta que:

As identidades são formadas por meio da marcação da diferença e essa marcação de diferenças ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de forma de ‘exclusão social’. A identidade, então, não é o oposto da diferença, mas depende dela, na medida em que a diferença separa uma identidade de outra” (WOODWARD 2005, p. 39).

É, portanto, essa diferença de limites, classificação e comunicação de fronteiras que vai gerar as identidades específicas dos “de dentro” e dos “de fora”, o princípio da alteridade de Raffestin (1993), e Souza (1995) quando fala do processo de territorialização. Woodward não explicitou o poder no seu texto, no entanto, entende-se que essas relações simbólicas a que se refere, são relações sociais que expressam o poder em escala diferenciada.

Marcelo Lopes de Souza (1995), a respeito da ideia de identidade e território diz que:

O território surge na geografia política como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. a ocupação do território é vista como algo gerador de raízes de identidades: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza patrimônio arquitetônico “paisagem”) (SOUZA, 1995, P 84).

Nessa perspectiva a territorialidade é um conceito utilizado para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural.

Paul Little (2002) em uma análise sobre os territórios sociais, contribui dizendo que a renovação da compreensão de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos (LITTE, 2002). E complementa dizendo que: “Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* <sup>12</sup>(LITTE, 2002 p,3).

Sack (1986) mesmo enfatizando o território como instrumento de poder, não nega sua dimensão simbólica, onde não negligencia importância da cultura na definição de territorialidades.

Acreditamos, que o território está vinculado as relações de poder, no que se refere às territorialidades. Quando analisarmos as relações de poder, no que se refere ao uso e apropriação do território nessas ilhas habitadas, deverá ser levando em consideração além das formas de dominação e de soberania outras formas como apropriação, uso, resistência e significação.

Dessa forma, será levado em conta uma análise de macro e micro poderes (no que se refere ao poder do Estado e do poder da comunidade que se auto organiza).

A nosso ver, é a partir do território que se pode falar em manifestações culturais, modos de vida e formas de uso e apropriação, implicando em territorialidade específica. A partir daí surge um novo conceito a ser discutido, o de comunidades tradicionais, aqui na pesquisa entendido como o grupo humano culturalmente diferenciado de se apropria do espaço, possuindo direitos territoriais, imprimindo nele sua forma de produzir e viver.

---

<sup>12</sup> Palavra em inglês que tende a ser traduzida como pátria.

## 2.2 “COMUNIDADES TRADICIONAIS”: UM CONCEITO COMPLEXO, LÓGICAS E CONTRADIÇÕES

Não nos cabe aqui julgar o que é certo ou errado, no que se refere ao debate para definir o uso do termo comunidades tradicionais. No entanto, uma reflexão a respeito das diversas visões e concepções é importante para o avanço do pensamento científico.

Torna-se necessário esta reflexão devido a natureza da pesquisa, pois envolve uma relação entre os ilheiros, a propriedade de terra e a União, detentora por lei desses territórios, que se contrapõe à apropriação privada regida pela lei da tradição.

Neste tópico são colocadas em mostra diversas concepções de autores, que ao longo das suas pesquisas puderam considerar e realizar um esforço de definição do referido objeto: comunidades tradicionais. Dessa forma, as teorias são articuladas podendo contribuir para o entendimento a complexidade e a diversidade da concepção do termo Populações Tradicionais no contexto da pesquisa.

Cabe a nós como pesquisadores, analisar tais perspectivas e enveredar por aquela que melhor se adequa a realidade da pesquisa, a saber: as comunidades caboclas da Amazônia<sup>13</sup> que vivem nas ilhas do rio Uraricoera em Roraima.

A intenção não é trabalhar com esse grupo eclético de grupos humanos a que o conceito de comunidades tradicionais abarca (ou admite), mais especificamente com o grupo culturalmente diferenciado, atualmente conhecidos como caboclas amazônicas, mais especificamente aqueles que vivem em ilhas fluviais. Baseados numa concepção de cunho antropológico, que privilegia esse tipo de discussão, pretende-se focar na questão territorial desse grupo e não nos enfoques de etnicidade e raça.

A concepção de sociedades caboclas amazônicas é defendida por diversos autores entre eles: Browder e Godfrey 1997; Bunker, 1984, Nugent 1993; Murieta, 2006, Barreto Filho, 2006; Futemma, 2006, Little, 2000, ente outros. Define-se como sociedades “não-urbanas” contemporâneas da Amazônia e podem ser divididas a grosso modo em sociedades indígenas; camponeses tradicionais ou históricos (caboclos), oriundos da incorporação colonial da região amazônica e os

---

<sup>13</sup> Sobre a caracterização das sociedades caboclas amazônicas ver Murieta, 2006, além de trabalhos de (Bondízio e Siqueira, 1997, Castro 2000, e Futemma 2000) onde apresentam algumas preocupações voltadas para a construção da identidade cabocla.

neocamponeses que desde a década de 1970, têm migrado como parte das políticas governamentais de ocupação da Amazônia.

Definido o grupo específico que pessoas que iremos investigar (caboclos da Amazônia) é necessário pois, voltarmos a discussão do termo “populações tradicionais”.

Cunha e Almeida (2009) argumentam que definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológico atuais.

Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o ambiente, para depois afirmar que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. “Se definíssemos como populações que estão fora da esfera do mercado, seria difícil encontrá-las hoje em dia” (CUNHA e ALMEIDA, 2009, p.278).

A palavra tradicional de acordo com Little (2002) gera dificuldade de entendimento, devido à polissemia que detém e a forte tendência de associá-la com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico.

Não visamos tomar discussões sobre o “moderno e o tradicional” até porque não se pode desconsiderar as importantes mudanças históricas provocadas por diversos fatores de ordem política, econômica e social no processo de expansão de fronteiras e múltiplos tipos de territórios que produziram, principalmente no que se refere a comunidades tradicionais na Amazônia brasileira” (LITTLE, 2002, p.03).

Os autores Cunha & Almeida (2009) colocam, que “No momento, a expressão “populações tradicionais”, ainda está na fase inicial de sua vida” (CUNHA e ALMEIDA, 2009, p.278).

Os primórdios dessa discussão, segundo autores como Diegues, (1998); Barreto Filho, (2006) Cunha e Almeida (2009) e Prado, (2012) é recente, com primeiras ações e discussões a partir da década de 70, nos EUA e década de 80 no Brasil até o presente momento.

O advento da criação do parque Nacional Yellowstone, em 1872, nos Estado Unidos, marca o início do movimento moderno de conservação da natureza e o marco da recente discussão sobre a presença humana em áreas protegidas e, por conseguinte, da viabilidade e discussão de comunidades tradicionais.

Diferentemente do conceito de território, que mesmo diante de longa discussões acerca da sua origem, formação e estrutura, apresenta grandes contribuições teórica de estudiosos e uma história de construção de discussões teóricas. Verifica-se certo consenso entre autores contemporâneos e não

contemporâneos sobre o território ser político, no sentido, de ser conformado a partir de relações de poder, relações estas que em outros autores envolvem outras esferas como política, a cultura, e economia. Já no que tange a definição de comunidades tradicionais as concepções são bem distintas, existem muitas definições que se complementam ou se negam.

No entanto, independente do cunho analítico da definição, fica evidente a prática estratégica de controle territorial, seja no âmbito nacional, estado ou municípios provenientes da criação e implementação de áreas protegidas.

Diante disso, é necessário conhecer algumas das mais importantes definições, conhecidas no campo das ciências sociais.

Uma concepção clássica e também muito influente a respeito da noção de conhecimento tradicional, assim como sua definição é a de Diegues (1998). Na sua obra *O mito moderno da natureza intocada*, define alguns atributos para que determinados grupos humanos sejam reconhecidos como culturalmente diferenciados, em outras palavras: comunidade tradicional, onde:

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela: a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e volta do para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 1998, p.87-88).

Segundo ele, um dos critérios mais importante para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida é a identidade, um dos temas centrais na Antropologia. Nesse sentido, a população deve reconhecer-se a si mesma como uma população diferenciada, tradicional. Remete ao princípio da alteridade neste



caso. “Esse auto-reconhecimento é frequentemente, nos dias de hoje, uma identidade construída ou reconstruída, como resultado, em parte, de processos de contatos cada vez mais conflituosos com a sociedade urbano-industrial, e com os neomitos criados por esta” (DIEGUES, 1998, p. 88).

Boaventura (1993) argumenta que “as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos imutáveis. São resultados sempre históricos e fugazes de processos de identificação” (BOAVENTURA, 1993, p.31) Nesse sentido, a perspectiva de Diegues pode e deve ser refutada.

A partir dessa visão culturalista de Diegues, pode-se atribuir que um só descumprimento dessa tabela de atributos colocaria todo o conceito a perder-se, abrindo o questionamento: “são” ou “não” comunidades tradicionais? Ou só são comunidades tradicionais “se”.

A respeito disso Prado (2012) argumenta:

Talvez se possa dizer que a marca dessa concepção original de Diegues seja esse tom classificatório, e é justamente nesse sentido que se torna problemática. De um lado, a lista de onze características pode tornar-se um “gabarito” para medir se os grupos são ou não são tradicionais, como uma grade que aprisiona (PRADO 2012, p.176).

Araújo (2013), no seu texto *Sobre questões de uso comum*, mostra a contradição na própria lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC sobre as comunidades tradicionais:

[...] Pois na própria legislação a respeito do conceito há ambiguidades. A lei 9.985/00 que institui a SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) faz menção a uma definição jurídica do conceito de população tradicional no inciso XV do art. 2º “população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para a subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”. E essa definição foi vetada em 2000, pois existem grupos culturalmente diferenciados que em algumas dessas características não se “enquadram” (ARAÚJO, 2013, p. 25).

Há críticas ao referido autor no sentido de, apesar de ter ressaltado a importância do critério do auto-reconhecimento dos componentes da comunidade, remetendo a uma questão de identidade cultural, não faz uma reflexão a respeito das motivações, quer sejam políticas ou jurídicas pelas quais o auto-reconhecimento é assumido, atribuído ou acionado. Uma visão discutida pelos autores como Prado,

(2012); Cunha e Almeida (2009) e Barreto Filho (2006). Na sociogênese proposta por Barreto Filho (2006), vemos um árduo processo histórico-político de construção da noção de populações tradicionais, apresentando diferentes contextos de formulações dessa noção.

O autor faz uma crítica muito forte ao discurso político em torno do termo e no decorrer das suas palavras é possível apreender um novo tipo de conceitualização: o de “comunidades residentes” ou “pessoas e/ou grupos sociais residentes” (BARRETO FILHO, 2006). O autor finaliza seu texto fazendo um brusco esvaziamento da categoria de análise: Populações Tradicionais. E diz ser um importante marco na ruptura com os mecanismos conceituais e administrativos de controle e subordinação dos processos de mudança social. As conclusões do texto de Barreto apontam para uma leitura árdua de todo o processo histórico-conceitual do surgimento das discussões acerca do tema. O texto traz importantes informações a respeito da influência nacional e internacional das concepções de Diegues, o que já havíamos percebido após as pesquisas sobre a temática.

O autor fala que as características desses grupos sociais “tradicionais” constituiriam, também, para muitos autores que partilham dessa perspectiva, o passaporte para sobrevivência futura (BARRETO FILHO, 2006, p. 123).

O autor também faz uma série de relatos históricos sobre a noção de populações tradicionais e os novos movimentos sociais, que ganharam visibilidade a partir de 1980. Os que se referem às reservas extrativistas amazônicas.

Em linhas finais da concepção, o autor, diz encontrar alguns referentes importantes de termo “população”:

Encontramos, assim de um lado, a referencia ecologista simplificadora, que naturaliza esses grupos como parte da paisagem natural, de outro, a clivagem demografista otimizadora, que apaga distinções e singularidades em favor da orientação censitária, que é a mesma orientação do cadastro – entendido como forma de controle social e de produção de conhecimentos para atender aos objetivos de intervenções governamentalizadoras (BARRETO FILHO, 2006,p.137).

Este autor propõe um novo termo pra se referir às populações residentes em área de conservação (já estabelecida ou proposta), como alternativa à noção de comunidades tradicionais.

Para fugir do ardis conceituais implicados na noção de população tradicional, o indicado é uma definição ainda mais genérica e de conteúdo menos denso, o

que não significa dizer politicamente neutra, tal como a proposta por West & Brechin (1991, p.6) “pessoas e/ou grupos sociais residentes” – sem necessidade de definição formal específica para fins previstos em leis reguladoras. Seriam aqueles indivíduos, famílias, comunidades e grupos – “tradicionais”, ou modernos, não importa – que ocupam, residem ou então usam, regular ou recorrentemente, um território específico dentro de ou adjacente a uma área protegida, estabelecida ou proposta (BARRETO FILHO, 2006, p. 13).

Diz que o termo “residentes” traria vantagens pelo fato de ser uma conotação menos densa e em ser um termo mais definido pelo espaço, que pelo tempo – como ocorre com “tradicional” – e do que por um rótulo cultural – como quando o termo “tradicional” faz referência a um modo de viver a um só tempo diferente e genérico (BARRETO FILHO, 2006).

O principal ponto a se analisar na proposta de Barreto Filho é que sua concepção sempre está referida a áreas protegidas e a grupos que vivem nessas áreas. É também sem dúvida uma concepção que liberta dos aspectos ambíguos que encontramos na noção de comunidades tradicionais, onde o grupo de pessoas não precisaria de adjetivos pré-estabelecidos para serem considerados com tal, a respeito do que estamos nos referindo.

A perspectiva dos autores antropólogos Ingold e Kurtilla, a ideia de “conhecimento tradicional local”, assim designada, refere-se:

Trata-se de conhecimento que não é do tipo formal e autorizado, transmissível em contextos fora de sua aplicação prática. Ao contrário, é baseado em sentimento, consistindo de habilidades, sensibilidades e orientações desenvolvidas através de longa experiência de condução da própria vida num ambiente particular (INGOLD, 2000, p.25, tradução livre).

Dessa forma, os autores entendem que o conhecimento tradicional é gerado na localidade, não aceitando a ideia do conhecimento tradicional enquadrado no discurso moderno, chamando-o de modelo genealógico, implicando na ideia de herança biológica/cultural passada de geração a outra geração. Indicam erro na concepção de conhecimento tradicional com base na herança - que dessa forma permite dizer se grupos “não são mais tradicionais”. Propõem ao contrário, a noção de conhecimento local entendido como associado às práticas que ocorrem no ambiente onde se vive, conformadores e conformados pelos moradores (no caso do estudo de caso, as ilhas do Uraricoera).

O conhecimento é local porque é inerente à atividade de habitar a terra, que de fato cria o lugar. E ao criar lugares essa atividade também faz os habitantes serem daqueles lugares - ela os torna locais. As pessoas pertencem às localidades e ambientes em que cresceram, tanto quanto estes pertencem a elas (INGOLD & KURTILA, 2000, p.195)

Prado (2012), interpretando a ideia de Ingolde e Kurtila (2000) no contexto das discussões sobre populações tradicionais propõe que se desvincule o conteúdo da concepção de “populações tradicionais” da visão enquadrada no discurso da modernidade (PRADO, 2012), modelo genealógico renegada por Ingold e Kurtila. Diz ainda que essa perspectiva é particularmente eficaz na sua referência ao campo do meio ambiente.

Ao contrário da ideia de Barreto Filho o esvaziamento de uma categoria, a nosso entendimento, não seria o caminho mais viável, porque o Brasil possui várias unidades de conservação e áreas da União, onde vivem comunidade locais. E ainda existem instituições próprias que trabalham com essas comunidades, principalmente na Amazônia, portanto, ainda é necessário lidar com a existência do termo no contexto das áreas protegidas, no qual este foi gerado e persiste. A definição, portanto, do conceito faz-se necessária, para a facilitamento da compreensão. A *posteriori*, podemos tornar a discutir o conceito, em outra oportunidade de pesquisa, no entanto, adotamos a concepção teórica de Cunha e Almeida (2009), onde:

Todos esses grupos apresentam, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e demonstram, no presente, interesse em manter ou recuperar o controle sobre o território que exploram. Além disso, a acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais (CUNHA e ALMEIDA, 2009, p. 279).

Os autores estabelecem um elo direto de relação da “constituição” de comunidades tradicionais com a correspondência da conservação biológica, que resultariam no uso sustentável dos recursos naturais e a “prestação de serviços” ambientais, a partir de uma cooperação mutua por parte dos sujeitos que vivem na localidade em questão e os órgãos ambientais/UCs. Sendo assim explícita uma “ocupação” da categoria, pelos “membros” atuais ou candidatos a “membros”. Dando realce ao seu sentido político e jurídico. Esse é o contexto real, portanto da nossa pesquisa (“Comunidades Tradicionais”: uso e apropriação do território em ilhas federais do rio Uraricoera-RR). Concepção esta que revisada até agora é a que mais se aproxima da natureza o objeto de pesquisa, tanto pela sua proximidade categórica, de áreas protegidas, como pela classificação dos sujeitos, quais, vivem numa

determinada área protegida, do estado, que para adquirirem o direito da propriedade de terra, assumem certo compromisso em regular os usos, preservar e conservar a natureza.

### **2.2.1 “Comunidade tradicional” com aspas**

Pretendemos aqui agregar as perspectivas que mais poderiam denotar o grupo ao qual estamos trabalhando (a comunidade das ilhas analisadas do rio Uraricoera, em especial o trecho delimitado).

Dessa forma, excluimos a ideia do fechamento de “adjetivos” referidos aos grupos em tom classificatório, como na perspectiva de Diegues (1998), é preciso lembrar que como apontam Prado (2012), Cunha & Almeida (2009), Barreto Filho (2006), que o fator que leva a essas denominações de “quem são ou não” comunidade tradicional é a questão fundiária, do direito a posse de terra, direitos estes políticos, onde esses direitos são submetidos pela legislação ambiental recorrente.

Foi interessante apreender com Barreto Filho as ambiguidades que cercam o conceito, ativada para garantir ou negar direitos territoriais. No entanto, não nos posicionamos em abandonar o uso da noção de comunidades tradicionais, ao contrário, propomos baseados em Prado (2012), o uso das aspas, onde resguardam de naturalizar um conceito como este que estamos tratando e de atribuir uma essência a um grupo humano.

Abandonar o uso do termo não nos livraria, conforme Prado, (2012) de sua existência no plano das representações e práticas que povoam o universo das áreas protegidas e das preocupações com a preservação da biodiversidade. O que a referida autora, portanto propõe é que as bases cristalizadas do conceito de “população tradicional” sejam rebatidos e neutralizadas a partir da concepção que ela aponta, usando dessa forma as aspas para indicá-la.

Associado a essa concepção podemos aglutinar as ideias de Cunha e Almeida (2009), quando escrevem que os grupos locais envolvidos no contexto de direitos de posse têm passado a adquirir essa categoria que vem junto com os seus direitos. E ainda a visão de conhecimento tradicional gerado nas práticas da localidade de Ingold e Kurtilla (2000) que muito se aplica ao objeto nessa pesquisa analisado.

As aspas assim seriam necessárias, pois carregaria de um lado, o cuidado, para se referirem, de suas perspectiva, a um conceito correspondente a uma

identidade atribuída de fora e sustentada inclusive por estudiosos de várias áreas, de modo a não fazer soar um significado da coisa referida. E de o outro, a insistência de se retirarem as aspas pelo setor ambientalista em favor das comunidades locais para se referirem de sua perspectiva, a um conceito correspondente a uma identidade a ser reconhecida e afirmada em seu suposto conteúdo – de maneira a fortalecer os portadores de tal pressuposta identidade (PRADO, 2012).

Ao passo que podemos refletir sobre os usos e concepções do termo comunidade tradicional, chegamos a uma compreensão que o referido conceito é, portanto, político e analítico, analítico no sentido de ser tratado no campo do conhecimento em diversas áreas, elaborado pelo pesquisador e sustentada por diversas concepções, inclusive as que se confrontam e político no sentido de sempre ser acionado quando necessário garantir direitos territoriais de grupos específicos.

Portanto, torna-se relevante a reflexão a fim de tornar a compreensão de que comunidades tradicionais não são apenas um grupo diferenciado de pessoas que vivem de forma rústica, sem contato com o meio técnico científico informacional. Não obstante, verifica-se que a comunidade a qual deseja-se investigar possui relações comerciais capitalistas modernas, muito associadas à economia da cidade de Boa Vista e Amajari. É importante também saber que essa comunidade vive em ilhas, de uma localidade protegida, de domínio da União Federal, a Superintendência da União localizada na cidade de Boa Vista Roraima aperacionalizou no ano de 2014 o reconhecimento e caracterização das ilhas dos rios Uraricoera, Tacutu e Branco.

Na oportunidade, em se tratando de comunidade tradicional, os indivíduos “habitam” essa categoria, por terem direitos territoriais nessa área, conforme aponta os autores Cunha e Almeida (2009).

Apresentado e refletidos os conceitos basilares da pesquisa partimos para uma nova etapa, onde se faz necessário uma leitura sobre a produção do território amazônico, entendendo quais processos e agentes que contribuíram para a atual configuração territorial e logo em seguida, a caracterização da área, que constitui no processo de leitura do território, mesmo que de uma forma física (geografia física) posteriormente associaremos aos atributos ambientais a expressão humana cultural na área em estudo.

### 3. O CONTEXTO DA PESQUISA

#### 3.1 FRONTEIRA AMAZÔNICA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO

Conhecida por sua grandeza e diversidade a Amazônia é o palco onde acontece disputas entre diversos agentes pela apropriação dos recursos, concomitante a isso tem-se a degradação ambiental. É nesse sentido que os diversos agentes responsáveis pela dinâmica presente devem ser conhecidos, sejam eles sociais, econômicos e políticos. Uma reflexão a respeito da produção do espaço amazônico faz-se necessário, a fim de contextualizar o objeto da pesquisa.

Huertas (2009) argumenta que há indícios de ocupação da Amazônia por populações eurodescendentes já nos tempos da conquista e colonização do Brasil, no entanto, de forma geral, a sua ocupação em massa, bem como a visual retirada da floresta se deu na década de 1970 com a inauguração da Rodovia Transamazônica.

A inauguração da rodovia e a implementação de estratégias traçadas pelo governo militares deram início e trouxeram além de um processo de ocupação acelerada na região, profundo impacto no meio ambiente e nos espaços ocupados por indígenas, populações ribeirinhas e trabalhadores extrativistas (CAVALCANTE, 2012; SOUZA, 2010; MARTINS, 2012).

O auge das ações políticas e desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia aconteceu no Estado Novo na Era Vargas (1930-1945). Nesse período a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais, tanto comerciais como pela necessidade de defesa das fronteiras e de consolidação da soberania nacional (BECKER, 2001; SOUZA, 2010).

Essa ação acarretou numa expressiva migração para a região, evidenciando a evolução de fronteiras agrícolas<sup>14</sup>. Diniz (2002) argumenta que, a trajetória evolutiva das fronteiras pode ser compreendida a partir de quatro fases distintas: pioneira, transitória, consolidada e urbanizada. Estes processos são carregados de historicidade evidenciam a forma como foi promovida a exploração da fronteira amazônica. Nesse sentido, as origens étnicas e socioespaciais diferenciadas

---

<sup>14</sup> Sobre a migração na fronteira agrícola brasileira Godfrey, 1990; Volbeda, 1996. Ver também Diniz 2001 para uma leitura sobre evolução da fronteira agrícola.

possibilitam a formulação de hipóteses acerca da atração que as fronteiras agrícolas exercem sobre os migrantes (DINIZ, 2002; MUELLER, 1992).

Vele ressaltar que partir da década de 1950 a Amazônia Brasileira torna-se conhecida como Amazônia Legal, conceito este político, incorporando cerca de 700 km<sup>2</sup> de ecossistemas diferenciados típicos dos estados de Roraima, Pará e Amapá (SOUZA, 2010).

A década de 1960, durante o governo militar foi um período marcado pela implantação de grandes projetos que visavam desenvolver economicamente o norte do país, além claro, dos interesses de fortalecimento da soberania brasileira. Becker (2005) afirma que a geopolítica<sup>15</sup> foi o fundamento do povoamento da Amazônia desde o período colonial. Embora os interesses econômicos tenham sido definidores, não foram bem-sucedidos, nesse sentido, a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, segundo a autora, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência.

Nesse contexto, a ocupação e a exploração econômica da Amazônia foram aceleradas. Para tal fim, o governo Castelo Branco realizou a “Operação Amazônia”, que consistiu em ações para atrair os grandes capitais corporativos. Dentre os projetos mais importantes podemos citar a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) em 1966. Este empreendimento tinha o objetivo de elaborar planejamentos para a valorização da Amazônia na busca de integrá-la à vida nacional, traduzida pela frase “Integrar para não entregar”. E ainda houve a transformação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia, com maiores recursos e poderes, e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 1967 para atrair financiamento para a região. Becker (2005, p. 73) diz que a Suframa “foi um posto avançado geopolítico colocado pelo Estado na fronteira Norte, em pleno ambiente extrativista tradicional”. Hoje ela é grande produtora não só de bens de consumo duráveis, como da indústria de duas rodas, de telefonia e mesmo de biotecnologia.

Foi criado ainda o Ministério do Interior, com o objetivo de promover o desenvolvimento regional, a radicação de populações, a ocupação do território, as migrações internas e os territórios federais, entre outros.

---

<sup>15</sup> Trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço Geográfico (BECKER, 2005).



Estabelecido o paradigma geopolítico no governo dos militares para colonização da Amazônia, outros projetos surgiram, entre eles o “Calha Norte”, criado para proteger a extensa faixa de fronteira. Não obstante o viés geopolítico, outra motivação para colonização da Amazônia foi de caráter econômico expressada pela expansão da fronteira agrícola do país visando a exploração de riquezas minerais e exploração de outros bens naturais específicos da região. O objetivo do empreendimento era a exportação de grãos e produtos vegetais, implantação da pecuária e exploração mineral.

Diante disso, muitas pessoas foram incentivadas a habitar a região. Surgiram vários núcleos urbanos, hoje conhecidas como cidades cogumelos (SANTOS e SILVERA, 2001) argumentam que: “na Amazônia houve desde o século XIX condições para a concentração da população em poucos núcleos, exatamente em função da descontinuidade e da raridade do povoamento” (p.209).

Em 1970, ainda no governo militar foi implantado o Plano de Integração Nacional (PIN), por meio do Decreto-Lei n.1.106/1970. O referido Plano tinha como objetivos promover a integração da Amazônia com o resto do país reduzindo assim os “vazios” da Amazônia, com ações planejadas com a finalidade de facilitar o acesso às áreas em condições de exploração econômica e às faixas de solos mais favoráveis à implantação e desenvolvimento da pecuária; construção de rodovias, delimitação da faixa destinada à colonização e à reforma agrária em 10 km de cada lado das rodovias (SELUCHINESK, 2008).

É sabido que a abertura de estradas e rodovias além do impacto ambiental causou conflitos entre grupos, provocando extermínio ou expulsão de inúmeros grupos indígenas (SOUZA 2010; MARTINS 2012).

A respeito disso, Mueller diz que:

De modo geral, as maiores marcas da expansão das diversas frentes na Amazônia foram os conflitos de terra, a degradação do meio ambiente, o desperdício de recursos públicos e os problemas, as doenças e a miséria das frentes camponesas (MUELLER, 1992, p.76).

Visando ainda estimular o fluxo migratório para a Amazônia, foi também criado, em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, denominado Poloamazônia, com o objetivo de integrar áreas selecionadas segundo o potencial agropecuário, agroindustrial e mineral. Em consequência dessa ação de indução migratória, em meados dos anos de 1970, afluíram inúmeras caravanas à

Região Norte. A propaganda sobre terras férteis e baratas atraiu inúmeros pequenos agricultores.

Sabe-se que na Amazônia existem ecossistemas de características peculiares, (AB'SABER, 2002) que necessitam de um modelo próprio para o uso e manejo da terra. A forma como foi executada esses planos geraram problemas ambientais inimagináveis, expropriação de terras improdutivas como no caso de grandes áreas em Rondônia e Acre. A respeito da mercantilização da natureza ocasionada pelos planos de integração nacional Becker argumenta:

Todos sabem como o projeto de integração nacional acarretou perversidades em termos ambientais e sociais. Mas, com sangue, suor e lágrimas deve-se reconhecer o que restou de positivo nesse processo, porque são elementos com os quais a região conta hoje para seu desenvolvimento. E não se pode esquecê-los (BECKER, 2005, p.73).

O fracasso em alguns casos dessa exploração agrícola que não foi estudada e/ou planejada ocasionou a falência da agricultura rudimentar e da pecuária, o que acabou por levar muitos colonos, que insistiram em permanecer na terra, a praticar a exploração da madeira como única atividade viável, resultando no aumento do desmatamento (SOUZA, 2010).

Nesse contexto de muita desordem fundiária, problemas ambientais e sociais, surgem grandes debates internacionais sobre a preservação ambiental, no Brasil, onde os primeiros discursos foram na década de 1980, valorizando o paradigma *sociedade-natureza* (BARRETO FILHO 2006; BECKER, 2005; SOUZA 2010)

O desmatamento da Amazônia chama a atenção internacional e dificulta parcerias e financiamentos, os bancos oficiais internacionais passam a fazer exigências para liberar recursos, entre os quais, a necessidade de considerar os fatores socioambientais (MUELLER, 1992; SOUZA 2010).

Nos governos que seguem vários programas e projetos foram criados voltados para a preservação e cuidado ambiental da Amazônia nas décadas de 1980 e 1990. Entre eles podemos citar: o Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (alterado pelo Decreto n. 97.636/1989) denominado Programa Nossa Natureza. Este tinha como objetivo gerir as políticas oficiais relacionadas com a produção de recursos naturais renováveis e o seu uso adequado, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A Constituição de 1988 contemplou temas até então ignorados em Constituições anteriores, como direitos quilombolas, questões ambientais etc. Como consequência da regulamentação de algumas de suas leis, em 1989, com a Lei n. 7.735, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Esse período também foi marcado pelo fortalecimento de movimentos ambientalistas e pela presença de Organizações Não-Governamentais – ONGs. Movimentos sociais<sup>16</sup> também tiveram grande relevância na Amazônia tais como o movimento indígena que se organizou e conquistou direitos de terras, os quilombolas e o movimento dos seringueiros encabeçado por Chico Mendes (CUNHA & ALMEIDA 2009; LACERDA, 2012).

No final da década de 1980 dentre os projetos de ocupação e defesa da Amazônia desenvolvidos inicialmente estavam os estudos que resultariam no projeto Sistema de Vigilância da Amazônia e Sistema de Proteção da Amazônia – SIVAM/SIPAM e o projeto Calha Norte.

Segundo Becker (2005), na dinâmica recente da Amazônia, o povoamento regional se localiza ao longo das rodovias e não mais ao longo da rede fluvial. Demandou-se na região uma forte migração e contínua expropriação da terra, entretanto, organizou-se uma sociedade como nunca antes verificado. Os grandes conflitos de terras e de territórios das décadas de 1960 a 1980 constituíram um aprendizado político e, na década de 1990, transformaram-se em projetos alternativos, com base na organização da sociedade civil.

É extremamente importante lembrar que hoje, essa sociedade tem voz ativa na Amazônia e no Brasil, inclusive muitos grupos indígenas. Essa organização da sociedade política trouxe, por sua vez, mudanças no apossamento do território, com a multiplicação de unidades de conservação federais e estaduais, assim como também com a demarcação de terras indígenas (BECKER, 2005, p.74).

Ainda segundo Becker (2005), os projetos e atores responsáveis pela dinâmica regional não são homogêneas, pois dependem de interesses diversos dos diferentes agentes que materializam ações diferentes no território amazônico.

---

<sup>16</sup> Entendendo como ‘movimento social’ as formas associativas e reivindicativas que demandam ações por parte de setores da administração pública, tornando possível contribuir para a discussão acerca dos processos de formação do Estado, bem como suas configurações próprias, contextuais e históricas. (LACERDA, 2012, p.154) Para uma leitura mais abrangente sobre movimentos sociais na Amazônia ver Lacerda 2012, Almeida 1993.

Conforme Cavalcante (2012), o processo de apropriação do território e dos recursos naturais e a incorporação de novos agentes contribuíram para novos padrões de ordenamento<sup>17</sup> do território amazônico.

Assim, diante das referências aqui apresentadas, considera-se, que a produção do território amazônico deu-se de forma relativamente articulada, visando a integração nacional com forte discurso geopolítico que desencadearam processos de exploração cheios de historicidade representado por lutas sociais, desordem ambiental, mas também conquistas no plano político e ambiental.

### 3.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FAIXA DE FRONTEIRA: ASPECTOS POLÍTICOS E JURÍDICOS.

Apresentada as informações básicas a respeito do agenciamento na produção do território amazônico brasileiro e sua dinâmica, é importante agora avançarmos na compreensão do contexto em que se insere nossa pesquisa. Dessa forma, não se pode deixar de fazer uma leitura a respeito da Faixa de Fronteira.

Anjos (2014) aponta que foi com a Constituição de 1988 que se intensificaram as estratégias de desenvolvimento regional, com o objetivo principal de minimizar as diferenças regionais brasileiras. Diante disso, nas áreas fronteiriças brasileiras que se encaixam nessa assimetria, foi criada a Proposta de Restruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF, orientado pelo Ministério da Integração, onde a questão fronteiriça no Brasil é tratada como de grande relevância, pois é compreendida como essencial na política de segurança nacional e de desenvolvimento ou integração regional.

Com fortes tendências econômicas (ANJOS, 2014; BRASIL, 2009) e erigida sob as bases da geopolítica, a Faixa de Fronteira brasileira foi definida na atual Constituição como uma extensa faixa de até 150 km, e é considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo que sua ocupação e utilização são reguladas em lei. A lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979 regulamenta a Faixa de Fronteira, cujo regulamento está disposto no Decreto nº 85.064/80.

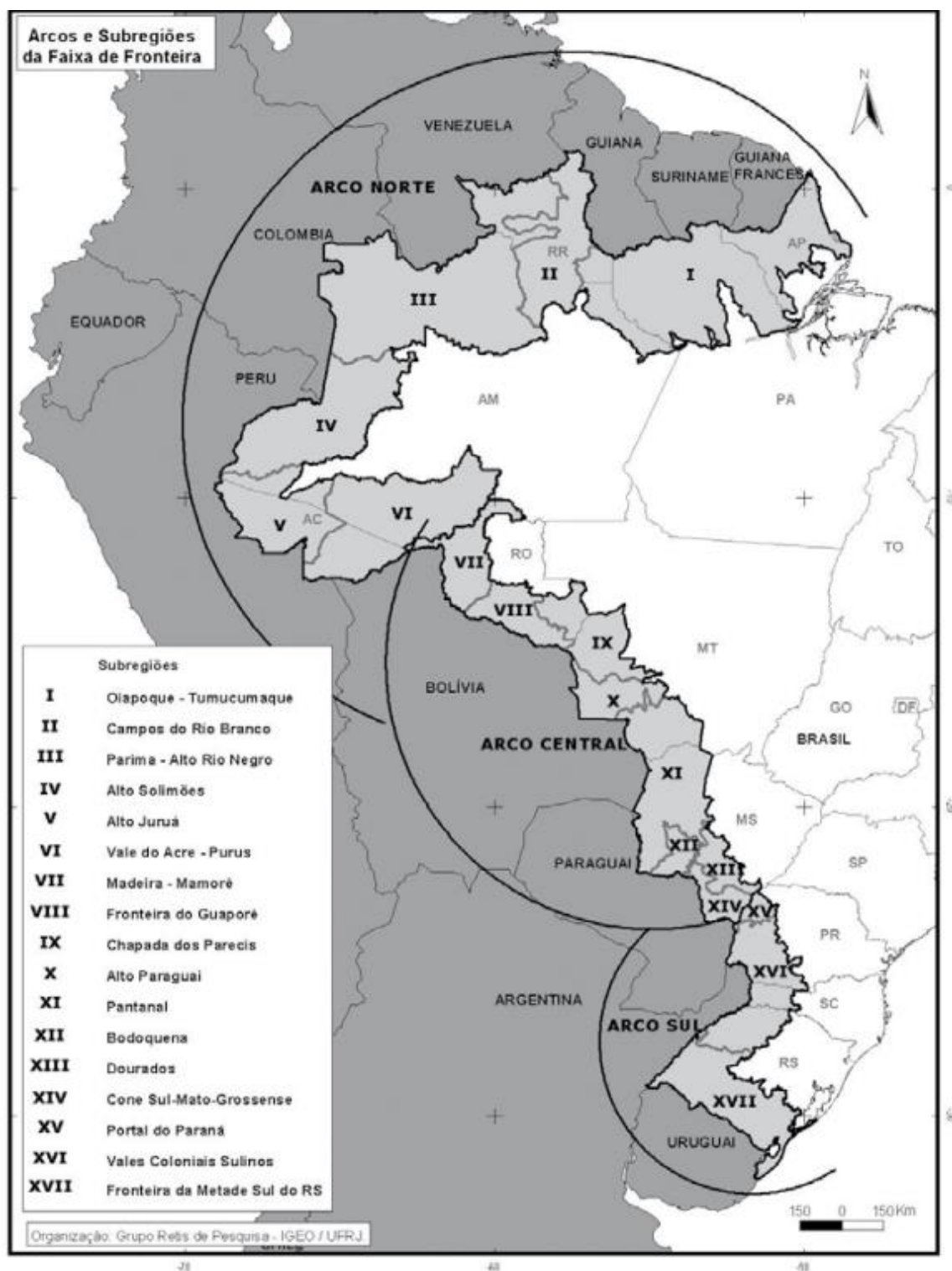
---

<sup>17</sup> Conforme a autora Cavalcante (2012) o ordenamento do território é entendido com o resultado da gestão territorial. Consequência das ações lideradas pelo poder político (governo e segmentos da sociedade), os quais contribuem para o padrão de organização existente que se configura sobre a base física.

A Constituição Federal assim deu tratamento especial à Faixa de Fronteira, valorizando sua importância nos assuntos estratégicos de segurança e desenvolvimento regional, reconhecendo sua complexidade.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional (2009), as fronteiras brasileiras são divididas em três arcos. Estes são organizados em três macro-escalas, a saber: Arco Norte, Arco Central e Arco Sul. O Arco Norte abarca os estados do Amapá, do Pará, de Roraima, do Amazonas e Acre. O Arco Central, os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já o Arco Sul compreende a faixa de fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande de Sul (Figura 2).

Figura 2: Faixa de fronteira do território nacional.



Fonte: Brasil, 2009.

No que se refere à tipologia das interações fronteiriças a faixa de fronteira roraimense se define pela sua especificidade e posição geográfica como A-2( arco II, na figura). Esta é representada pela Zona-tampão: o termo é aplicado às zonas estratégicas onde o estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas (BRASIL, 2009). É só visualizar um simples mapa de gestão do território roraimense que percebemos a quantidade de áreas protegidas definidas e delimitadas nesse território.

O estado de Roraima integra a região amazônica localizando-se na parte mais setentrional do Brasil, na borda da Amazônia Ocidental, encravado nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana, vizinho do Amazonas e do Pará (AGOSTINHO, 2008). Por esse motivo e ainda os que já foram apresentados Roraima possui uma faixa de cerca de 150 Km a partir das fronteiras dos estados e países denominada com já sabemos de faixa de fronteira (Figura 3).

Figura 3: Faixa de fronteira do estado de Roraima.



Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN, 2013.



A figura 3 mostra o mapa com a delimitação da faixa de fronteira roraimense. O rio Uraricoera localiza-se nas áreas dessa faixa, não é um rio federal<sup>18</sup> porque sua nascente, assim como seu leito encontra-se em território roraimense, no entanto, as suas ilhas são de domínio do ente Federal (SPU, 2014) por localizarem-se na faixa de fronteira. As ilhas desse rio são bens da União, onde ninguém (civil) possui o direito pleno da propriedade fundiária. O patrimônio da União é gerido pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU/RR), que participa de modo sistemático de licenciamento integrado com outros órgãos públicos de controle territorial, analisando processos de demandas ao serem solicitados por interessados em ocuparem os respectivos espaços.

A legislação apresenta suas divergências no que se refere à dominialidade de bens e arbitrariedade na delimitação da faixa de fronteira que pode ser até 150 km. No entanto, cabe ao pesquisador interpretar os dados e informações disponíveis. O que se pode até agora retratar é que o rio Uraricoera não é um rio federal e acordo com os conceitos da CF/88, no entanto, está dentro da faixa delimitada de fronteira. As *ilhas* que ele admite são bens da União, segundo o texto constitucional e portanto, passíveis de regularização<sup>19</sup> por este ente.

### 3.2.1 A legislação e seus desdobramentos

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 20 dispõe sobre os bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

---

<sup>18</sup> Rio Federal conforme a C.F (art. 20,III) são aqueles que banham mais de um estado, sirvam de limite com outros países ou deles provenham. No estado de Roraima existem 16 rios federais enquadrados nesse conceito (ver legenda da figura 3 deste capítulo). Sobre a conceituação dos rios federais, ver o PARECER/MP/CONJUR/AM/Nº0355-5.12/2009.

<sup>19</sup> A superintendência do patrimônio da união operacionalizou em parceria com a UFRR o processo de identificação e caracterização das ilhas dos rios Uraricoera e Branco. Que segundo as normas legais são bens de sua dominialidade e competência.

IV - **as ilhas fluviais** e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, IIIV.

As ilhas fluviais e lacustres só pertencem à União quando ficam na zona limítrofe entre o território brasileiro com o estrangeiro (faixa de fronteira), nos outros casos, esses bens são de domínio dos estados onde se localizam. Dessa forma, a constituição coloca como detentores desses territórios o poder público, tanto a União como os estados.

É importante deixar claro que nem todos os imóveis que estão nas zonas limítrofes (faixa de fronteira) são bens da União, ou em casos de rios são considerados federais. O que deixa explícito que as terras situadas na faixa de fronteira podem ou não estar sob domínio da União. Esses bens são geridos pelo regime jurídico determinados pela Lei n.11.952/09 (trata do patrimônio da União da faixa de fronteira e do território abrangido pela Amazônia Legal).

No entanto, conforme o parecer 0561 MP/CONJUR (BRASIL, 1988; PARECER Nº 0561 MP/ CONJUR) as ilhas fluviais pertencerão à União em sua totalidade sempre que se situarem nas zonas limítrofes com outros países e onde se faça sentir a influencia das marés. Observa-se que para isso, é irrelevante o fato de o rio ser federal ou não. Caso a ilha se enquadre em alguns desses casos, pertencerá à União.

Quanto à regularização fundiária em faixa de fronteira o PARECER 0561 MP/ CONJUR aponta que essas atribuições dependerão da natureza do bem da União, podendo pertencer ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de glebas por ele arrecadadas em nome da União, ou à SPU, no caso de terrenos marginais<sup>20</sup>, de marinha, áreas de várzea, ainda outros bens inalienáveis da União com as ilhas. O que deixa claro que o processo de regularização das ilhas do rio Uraricoera em Roraima é realizado pela SPU que possui critérios específicos de identificação, caracterização e instrumentos administrativos para regularizar as habitações existentes nessas ilhas.

---

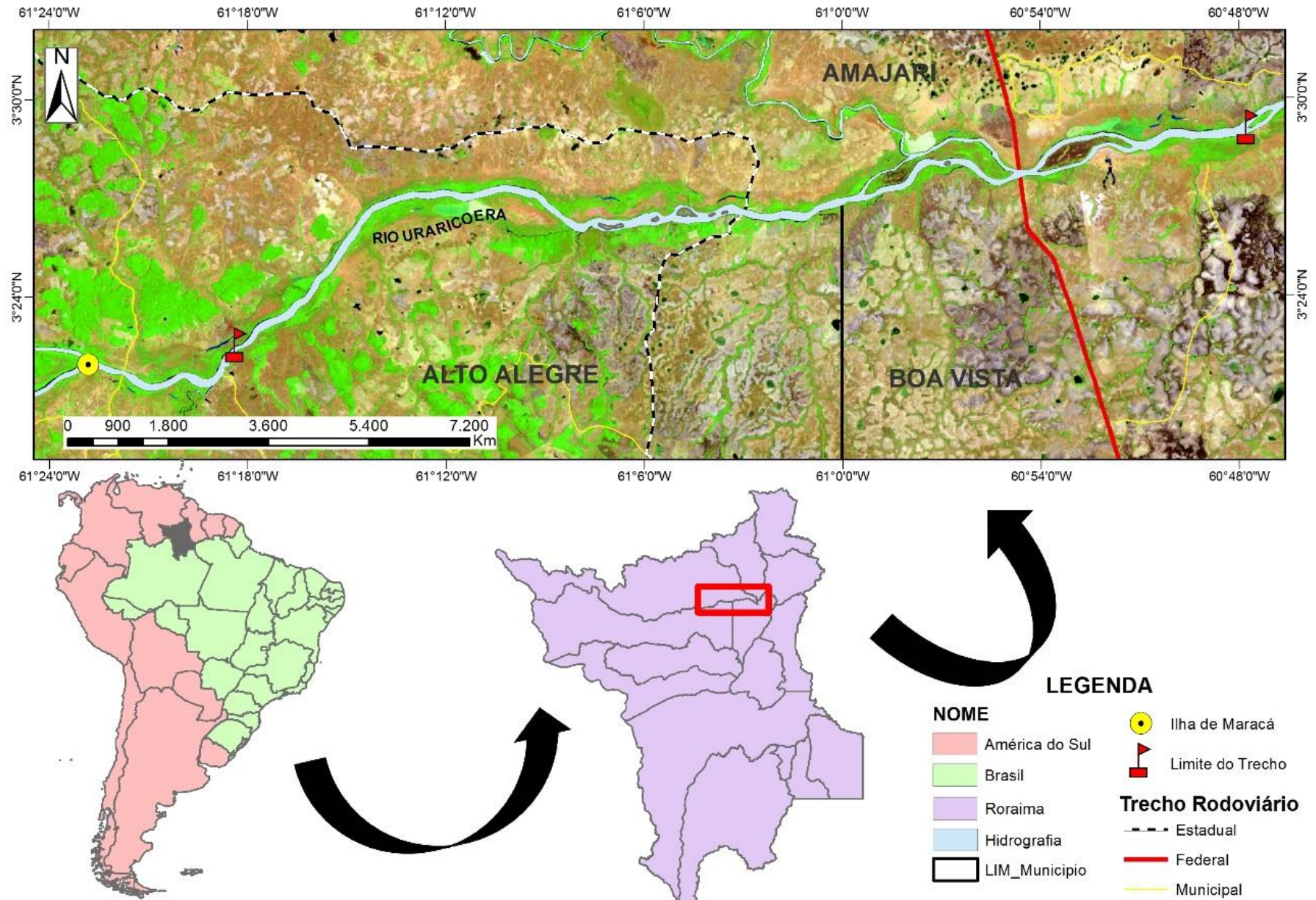
<sup>20</sup> Decreto Lei Federal nº 9.760/46, Art. 4º - São terrenos marginais os que banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.

#### **4. UM DIAGNÓSTICO AMBIENTAL GEOGRÁFICO DA LOCALIDADE**

Finalizando o processo de teorização do contexto da pesquisa representados pelos capítulos 1 e 2 cabe a partir de agora, apresentar os aspectos que caracterizam as manifestações ecológicas e humanas na localidade, representados por este capítulo e o capítulo 4.

A área em estudo está localizada na porção nordeste do estado de Roraima – Brasil, entre os municípios de Amajari, Alto Alegre e Boa Vista. O trecho em análise foi delimitado baseado em observação de campo (reconhecimento da área), abrange cerca de 47km de extensão, no rio Uraricoera (baixo curso). (Mapa 1).

MAPA 1: Localização da área de estudo.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE 2010. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

É importante apresentar neste momento a descrição dos aspectos fisiográficos da paisagem<sup>21</sup>, que poderão contribuir para o conhecimento da área assim como auxiliar no entendimento dos tipos de usos na localidade. Os aspectos fisiográficos são: geologia, relevo, solo, clima, hidrografia e vegetação, cujo conjunto é denominado área nuclear (AB'SABER, 2003; BERTRAND, 2004; JIMÉNEZ-RUEDA; PESSOTTI e MATTOS, 1998).

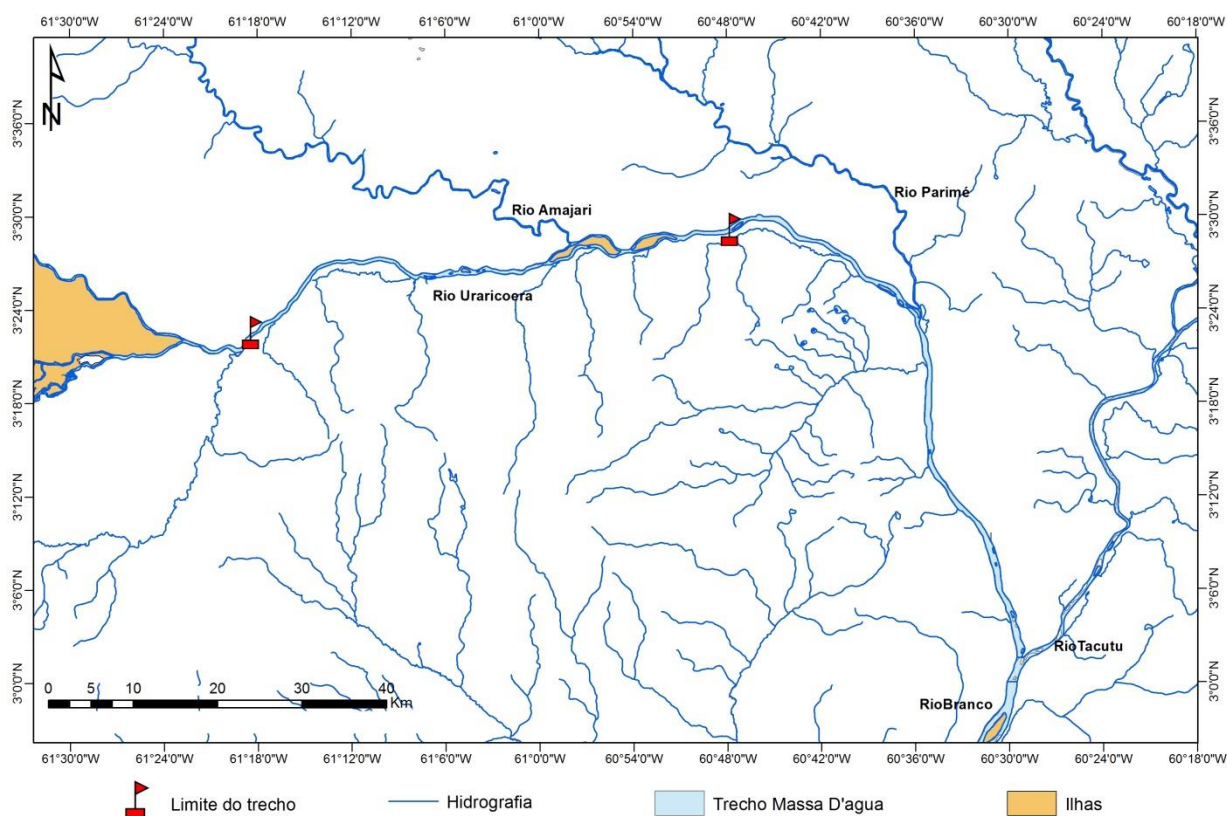
Devido à dificuldade de levantamento de dados ambientais na localidade, uma vez que está localizada entre três municípios, as informações são baseadas na observação de produtos como carta- imagem, mapas cadastrais oriundos das geotecnologias, bem como do levantamento bibliográfico e ainda levantamento de informações com os moradores das ilhas que têm um conhecimento “tradicional” local.

O rio Uraricoera é um dos principais afluentes do rio Branco, principal rio do estado de Roraima. O estado é drenado por uma bacia principal, a saber bacia do Rio Branco e por quatro sub-bacias: bacia do Uraricoera, Tacutu; Mucajaí; Catrimani; Anauá. O Uraricoera, mede 70 km de extensão, e nasce na serra Pacaraima. Seus principais afluentes são os rios Amajarí e Parimé, ambos à margem esquerda de seu baixo curso (Mapa 2).

---

<sup>21</sup> Ao falar sobre aspectos fisiográficos da paisagem é necessária uma revisão sobre conceitos de paisagem na geografia. No entanto, aqui estaremos apenas fazendo menção aos aspectos físicos da localidade a fim de caracterizá-la e não iniciar uma argumentação teórica de outro conceito geográfico divergente do abordado nessa dissertação.

MAPA 2: Mapa hidrográfico - Baixo curso do Uraricoera.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE e SEPLAN, 2010. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

O substrato do rio é rochoso, formado por rochas cristalinas, classificando-se como rio de águas “claras”. São rios característicos de áreas tectonicamente “estáveis”, com embasamento rochoso cristalino (ígneas e metamórficas). Os rios de águas claras são rios com baixo material em suspensão (água transparente), pois drenam relevo com litologia estável; geralmente < 5mg/l. Praticamente todos os demais rios do norte, nordeste e noroeste do estado são de águas claras. No que se refere ao padrão do canal, comporta-se como rio retilíneo com grande poder hidráulico, controlados pela litologia e tectônica (CARVALHO, 2012).

É comum durante a navegação no rio Uraricoera vermos vários paredões rochosos e fazem a movimentação da água ainda maior (Figura 4).

Figura 4: Aspectos físicos do substrato rochoso do rio e vegetação local.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014.

A vegetação de terra firme se distribui sobre diversas unidades pedogenéticas, predominando argissolo amarelo, alumínico, e latossolo amarelo e vermelho-amarelo, alumínico, com potencialidade agrícola apenas regular. O uso atual é a pecuária extensiva e lavouras de subsistência e semicomerciais (ZEE, 2002) observadas nas fazendas beira-rio e em terras indígenas na região.

A vegetação, por estar muito associada aos tipos de solos e climas apresenta características peculiares nessa localidade. Verifica-se na localidade o ecossistema de domínio das savanas úmidas, conforme do ZEE (2002), esse domínio abrange a bacia do Uraricoera (médio-baixo), caracterizado por uma cobertura vegetal de savanas desenvolvida sobre extensa superfície plana a levemente ondulada, com dissecação variando de muito baixa a baixa, esculpidas em rochas Ígneo-metamórficas e sedimentares pleistocênicas. Ocorrem, frequentemente, inúmeras formas residuais subordinadas, tais como campos de blocos, colinas isoladas, pequenos alinhamentos serranos e inselbergs. Estudos recentes denominam a referida área como lavrado<sup>22</sup> (ecossistema de lavrado), Carvalho 2009; Carvalho e Carvalho 2012). Conforme os autores, o termo lavrado tem três aspectos que no

<sup>22</sup> Para comentários a respeito de termos que designam grandes formações vegetais e fisionomias de vegetação, para situar as formações abertas de Roraima denominada de lavrado. Ver Heyer, 1994; Vanzolini e Carvalho, 1991; Carvalho 1997, 2002; Vitt e Carvalho, 1992; Nascimento, 1998).

conjunto podem habilitar o seu uso corrente: situa uma área geográfica específica; mantém viva e forte a identidade cultural própria de Roraima; tem um conjunto de características ecológicas e geomorfológicas que situam claramente a área dentro dos ecossistemas amazônicos.

O estado de Roraima apresenta segundo Neta e Tavares (2008) e Costa (2008) três grandes unidades e relevo: porção norte, central e sul. A localidade investigada aqui se localiza na porção norte, com várias unidades, no entanto, a área investigada é representada pelas Superfícies Pediplanadas Intramontanas. Caracterizada por áreas planas com suaves ondulações, denominadas de *tesos* correspondendo a remanescentes residuais de origens diversas (lateritos, rochas pré-cambrianas, etc.).

Conforme Morais e Carvalho, (2015 p. 61): “trata-se da formação mais recente de Roraima dentro da bacia sedimentar pertencente à Formação Boa Vista com uma predominância dos processos agradacionais com fraco controle estrutural e dissecação de relevo”. As cotas do compartimento dessa superfície situam-se entre 40 a 250 metros. Esta região possui algumas serras e morros isolados (*inselbergs* e *hogbacks*), com sistemas de acumulação, como planícies fluviais e lacustres. Ainda segundo os autores, compartimento, apresenta feições agradacionais, que é caracterizado pelos sistemas lacustres do lavrado. São áreas com extensos depósitos aluvionares e planícies fluviais bem desenvolvidas, as quais atuam em cotas inferiores a 250 metros. Estas são regiões estáveis, com dissecação fraca, caracterizada por uma superfície aplainada por rede drenagem dos rios Branco, Tacutu, Uraricoera, Cauamé e afluentes, com feições topográficas suaves, formadas por colinas dissecadas, localmente conhecidas como *tesos*.

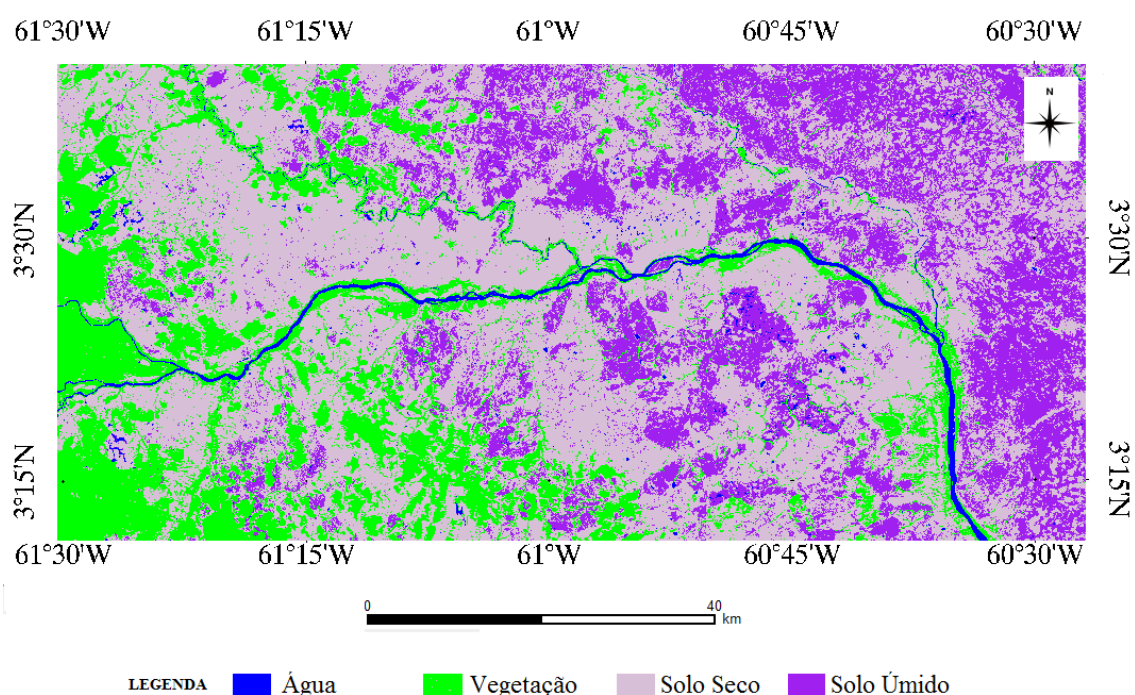
O clima predominante nesta região é tropical úmido do tipo AW (segundo a classificação de Köppen), identificado prioritariamente pela precipitação, apresentando duas estações bem definidas, uma chuvosa, de abril a setembro, e outra seca, de outubro a março, com temperatura média anual de 27,4°. Em geral o período do ano mais seco ocorre no mês de janeiro, onde a precipitação média inferior gira em torno dos 60 mm. A precipitação média anual oscila em torno de 1650 mm, sendo a média no início da estação chuvosa de 210 mm/ano (Abril-Maio); em Junho-Julho no período de máxima precipitação, com médias de 330 mm/ano (Junho-Julho) e Agosto-Setembro retornando ao período de estiagem com médias de 140



mm/ano. Predominam maciçamente a circulação dos alísios (ventos de E e NE) (MORAIS e CARVALHO, 2015; RELATÓRIO SPU/2013).

Os elementos básicos para o levantamento e classificação da cobertura e do uso da terra (na grande área de estudo) foram identificados a partir da observação de campo, assim como análise de imagem de satélite Landsat 8 e técnica de classificação computacional. No Mapa 3 foram classificadas 4 classes temáticas de cobertura da terra, a saber: água, vegetação, solo seco e solo úmido.

MAPA 3: Mapa cobertura do solo.



Fonte: Imagem LandSat 8. Elaborado por Roseane Morais/2015.

A classe “água” é representada pelo curso do rio Uraricoera e seus afluentes, rio Amajari e rio Parimé e ainda por alguns lagos muito comum em áreas aplainadas.

A classe “vegetação” é caracterizada principalmente pelas florestas aluviais no percurso dos curdos d’água e em áreas de contato entre o lavrado e a floresta ombrófila.

Percebeu-se que a vegetação aluvial da planície do rio Uraricoera possui espécies de igapó provenientes dos rios de água clara.

Essa vegetação conhecida como ambiente ciliar ou floresta ripária é importante e deve ser preservado, pois segundo estudos (LIMA, 1989; HINKEL, 2003; D'ORAZIO, 2012), as raízes das espécies desempenham o papel de contenção do solo, proporcionando a estabilidade do solo, além de propiciar a infiltração da água da chuva para as camadas abaixo do solo. Desta forma, além de evitar os processos erosivos, a vegetação atua no carregamento do reservatório de águas subterrâneas, ou lençol freático. Essas florestas desempenham importantes papéis ecológicos, como habitat, fornecendo alimento para a fauna aquática e terrestre (Figura 5).

Figura 5: Floresta típica aluvial.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014.

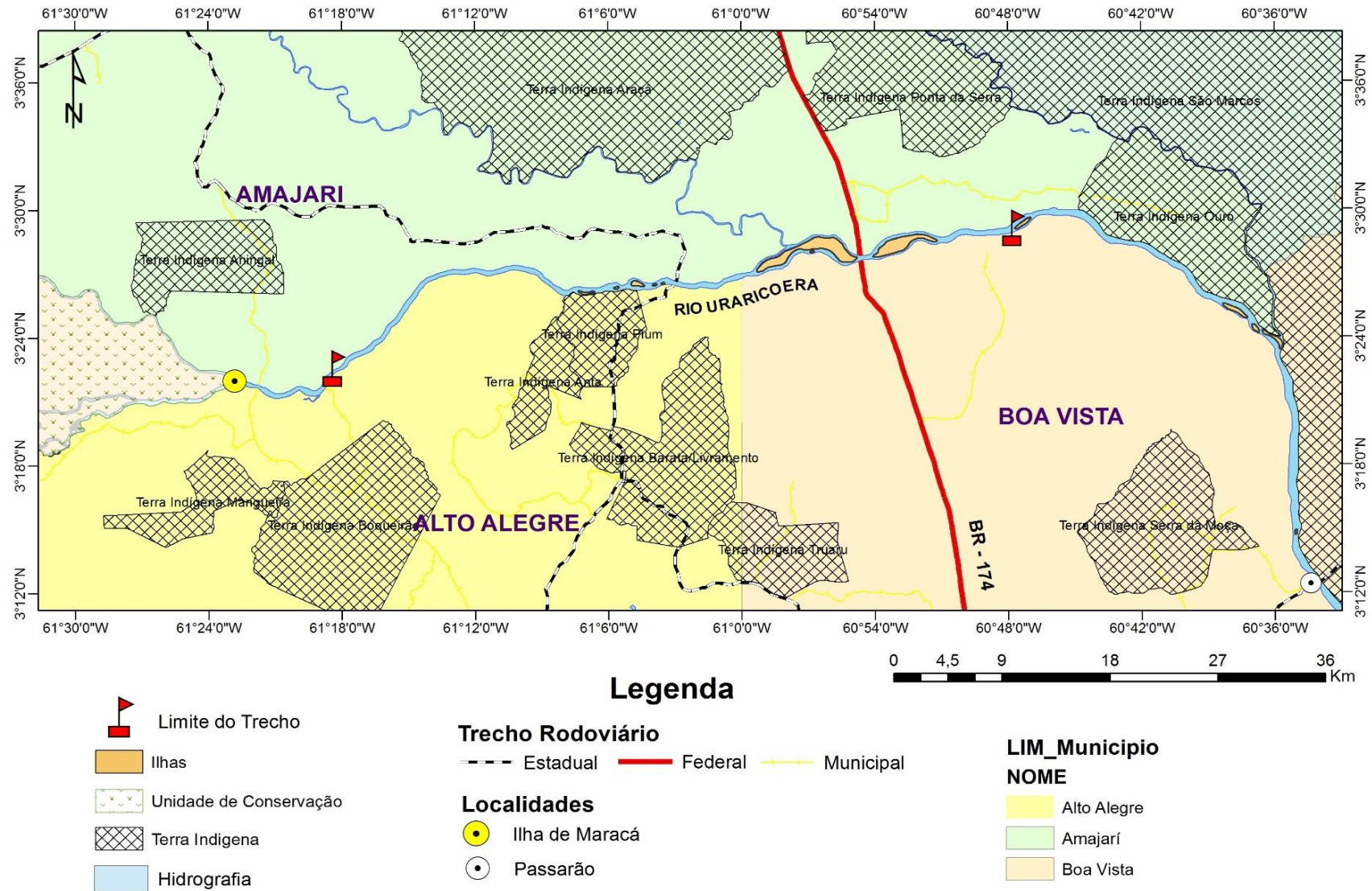
A classe “solo seco” compreende as extensões de terra marcadas pela ausência de água, com vegetação esparsa, graminosa típica de lavrado. A classe “solo úmido” é mantida pela precipitação, pelo sistema fluvial ou por ambos. São áreas dependentes do clima, da topografia e do sistema de drenagem (RELATÓRIO SPU, 2013)

Segundo o relatório da SPU (2015), as áreas úmidas amazônicas têm relevante importância ecológica e socioeconômica. Do ponto de vista ecológico funcionam como fontes primárias para as cadeias tróficas e mantêm a diversidade de peixes, interferem na ciclagem de nutrientes entre os sistemas aquáticos e terrestres, bem como influenciam no ritmo de crescimento da vegetação. São também fontes importantes de metano e atuam nos processos de sequestro de carbono da atmosfera. Estas áreas úmidas também oferecem refúgios permanentes ou temporários para a fauna de vertebrados terrestres e invertebrados associados a estes ambientes.

#### 4.1 GESTÃO TERRITORIAL

Na localidade, as terras são ocupadas por várias comunidades indígenas como a comunidade do Ouro, Anta, Pium, entre outras, antigas fazendas de gado e o núcleo de colonização (Projeto de Assentamento Passarão). Nessa área também foi criada uma unidade de conservação na modalidade Estação Ecológica, (ESEC) pela lei nº 9.985 (SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação), de julho de 2000. Maracá é a terceira maior ilha fluvial do mundo, que integra um arquipélago em uma zona de transição lavrado e floresta, com suas particularidades fauna e flora, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (Mapa 4).

MAPA 4: Gestão territorial.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010. Elaborado por Vivian Rodrigues/2015.

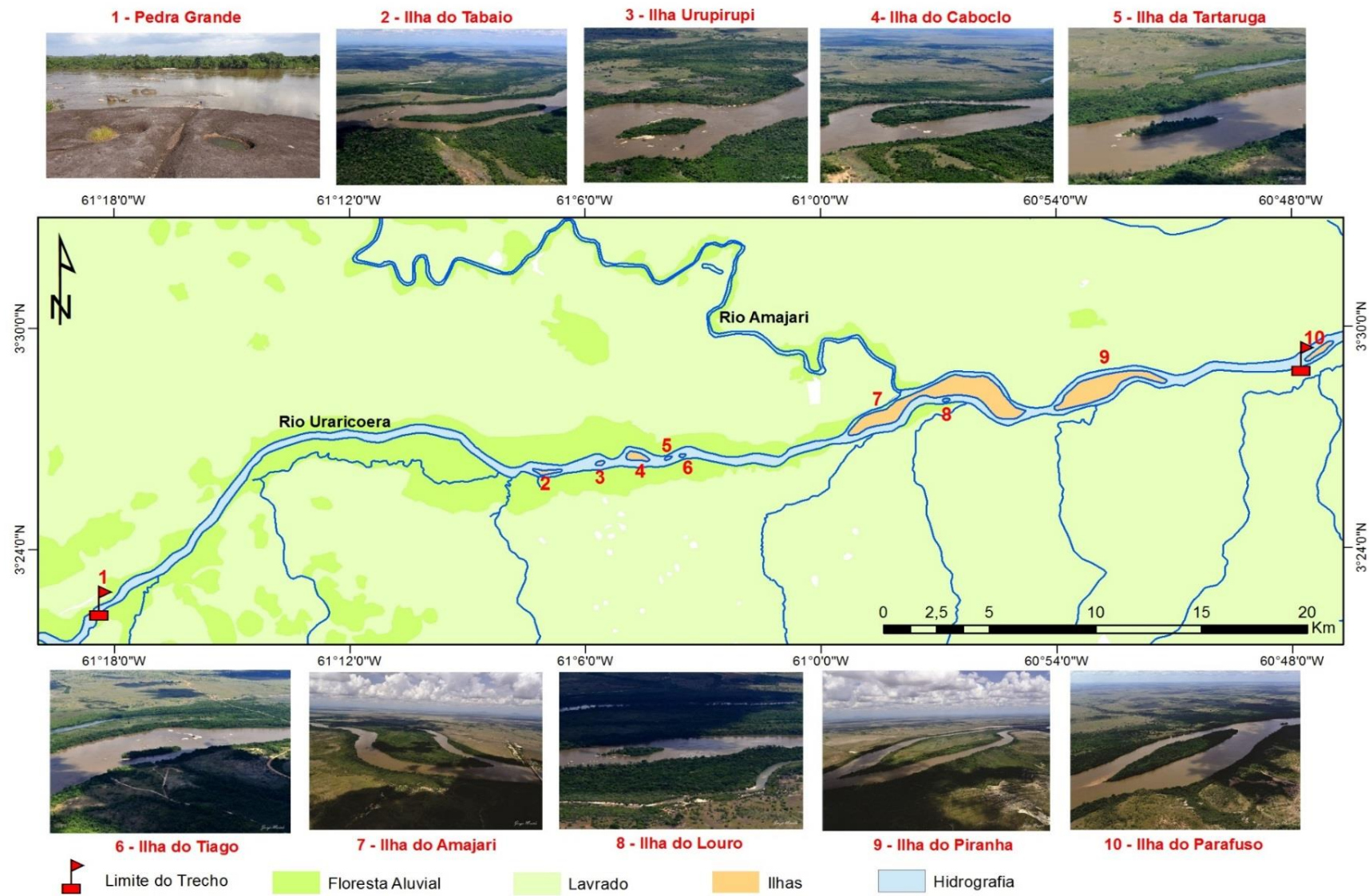
## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TRECHO DA PESQUISA

A área de estudo compreende 9 Ilhas no trecho definido para esta análise. São ilhas de diversos tamanhos, com usos diferenciados que complementam a dinâmica de uso e apropriação do território. Dentre as 9 ilhas, 5 ilhas são habitadas, a saber: ilha do Tiago, Louro, Amajari, Piranha e Parafuso.

A base cartográfica, que utilizamos como auxílio na elaboração dos mapas apresenta algumas falhas no tocante à identificação das ilhas, por exemplo, algumas ilhas não aparecem, outras não possuem denominação. Desta forma, a pesquisa de campo realizada, as informações dos moradores e uso do GPS nos proporcionaram dados para a elaboração de vetores (novos shapes) que permitiram identificar e caracterizar as ilhas na localidade.

Assim, a partir do ponto inicial (Pedra Grande) estão localizadas as seguintes ilhas, a saber: Ilha do Tabaio, ilha do Urupirupi, ilha do Caboclo, ilha Tartaruga, ilha do Tiago, Ilha do Amajari, ilha do Louro, Ilha do Piranha e Ilha do Parafuso (Mapa 5).

MAPA 5: Identificação das ilhas no trecho da pesquisa.



Fonte: Dados compilados do IBGE/2010; Fotos do Relatório SPU/Jorge Macedo. Adaptado e Organizado por Vivian Rodrigues/2015.

Essas ilhas fluviais são periodicamente inundadas, constituindo típicas planícies de inundação com vegetação pioneira, herbáceo- arbustiva. As áreas mais altas das ilhas fluviais exibem uma floresta aluvial mais exuberante desenvolvida acima do nível das cheias sazonais. Diversas ilhas fluviais foram formadas a partir de afloramentos rochosos no leito do rio, gerando condições locais de retenção de sedimentos.

Contudo um número expressivo de ilhas, principalmente as próximas da localidade ilha de Maracá apresentam na sua constituição material rochoso.

Ainda na área das ilhas próximas à Estação Ecológica de Maracá ocorre de maneira exuberante grandes blocos alinhados a NE-SW, evidenciando corpos intrusivos na forma de diques, representados por uma rocha de cor escura, granulação média e de textura granular, composta por plagioclásio, biotita e outros máficos, provavelmente anfibólio e piroxênio (RELATÓRIO SPU, 2013).

A abundância de arbustos como as goiabas brabas e trepadeiras, e o rápido crescimento de folhas e partes suculentas dessas plantas, contrasta com a situação no restante do ecossistema das ilhas, onde predominam árvores de grande porte como sumaúma (*Ceiba pentrandia*). (Figura 6) por esse motivo, em algumas ilhas foi observado concentrações de herbívoros maiores, como a capivara, que se alimenta de gramíneas, e a cigana, que se alimenta principalmente de folhas de trepadeira.

Figura 6: A- vista parcial da vegetação da ilha; B- Sumaúma sobressaindo à vegetação de mata.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014.

Durante a seca, a vegetação das ilhas é pouco afetada devido à proximidade do rio e com isto a elevados teores de umidade. Com as primeiras chuvas da nova estação de enchentes, as ilhas ficam em quase sua totalidade alagadas, e passa a ser um importante habitat para a reprodução de anfíbios.

As ilhas sofrem pouco uso antrópico direto (RELATÓRIO SPU, 2013).



## **5. USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO URARICOERA.**

Este capítulo procura analisar o território fluvial compreendendo suas formas de uso ocupação e apropriação, verificando os aspectos socioeconômicos das principais atividades realizadas pelos moradores das ilhas, bem como a relação destas atividades com o meio ambiente.

Para melhor entendimento o capítulo foi dividido em quatro tópicos com seus respectivos subtópicos. O primeiro descreve o uso nas ilhas que não possuem moradores, representado no mapa 7. O segundo retrata como ocorreu a ocupação das ilhas, e quais os tipos de usos presentes no local. Tomamos como suporte a fala dos entrevistados, que são escritas no texto de forma complementar. O terceiro tópico trata das formas diferenciadas de ocupações na ilha do Piranha, pois é a ilha que apresenta maior quantidade de moradias merecendo uma explanação mais detalhada. O quarto tópico trata da territorialidade da pesca. Neste procuramos dar importância para a atividade mais relevante e produtora de renda da localidade, que é a pesca, mostrando como é percebida a territorialidade da pesca e como os pescadores das ilhas do rio Uraricoera representam cartograficamente seus territórios.

O entendimento da territorialidade, neste caso, sugere a flexibilidade da representação que impera na relação homem/meio ambiente na busca de recursos naturais.

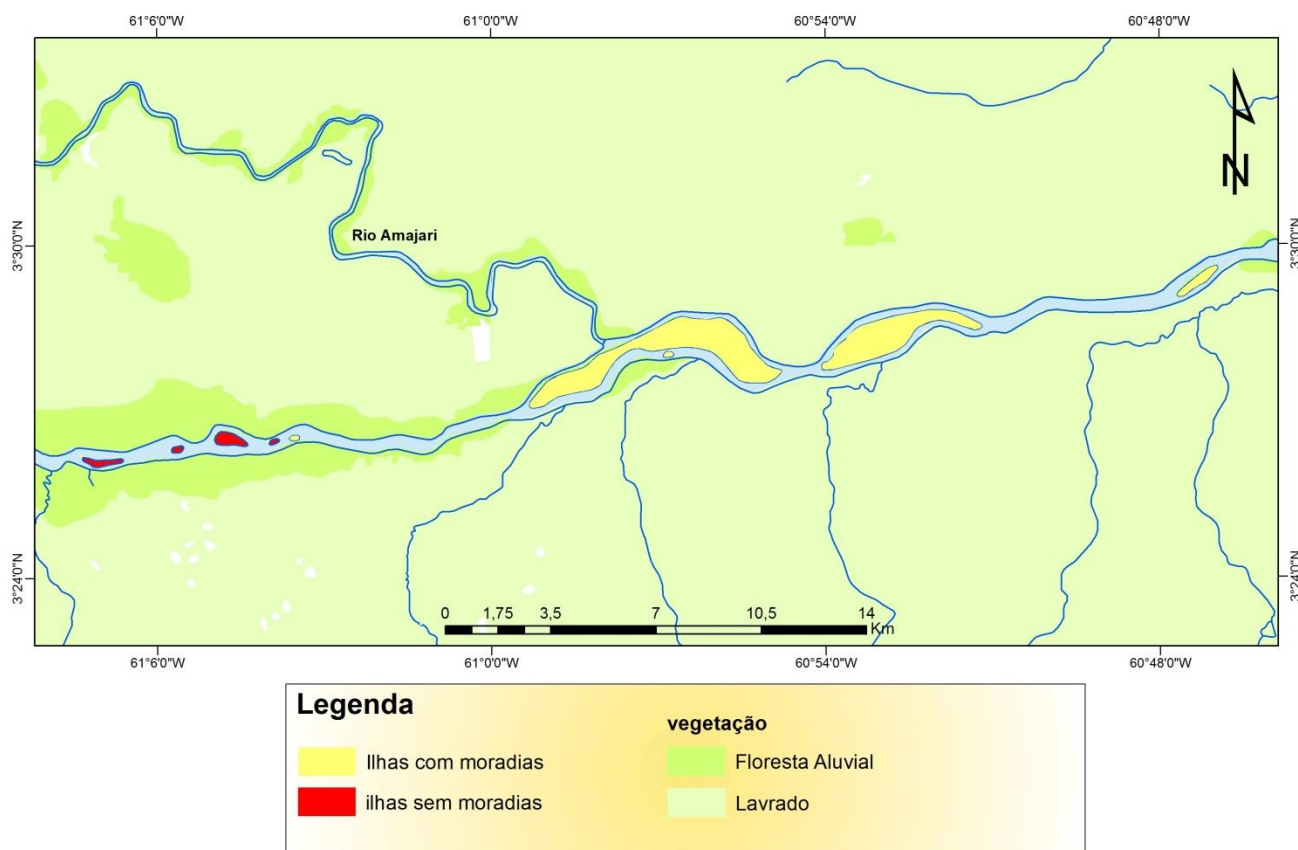
### **5.1 O TERRITÓRIO FLUVIAL**

Todas as ilhas do trecho da pesquisa foram visitadas e georreferenciadas. Somente cinco ilhas possuem moradias. A ilha do Tiago possui uma moradia e recebe esse nome porque o proprietário chama-se Tiago, a ilha do Amajari possui duas moradias, a ilha do Louro possui uma moradia e também recebe este nome porque o proprietário é conhecido como Louro, a ilha do Piranha possui trinta e quatro moradias, sendo a ilha com as mais diferenciadas formas de ocupação. E por fim a ilha do Parafuso com uma moradia apenas. Assim totalizam nessas ilhas 39 moradias.

As demais ilhas são utilizadas para fins específicos dos ilheiros e também de turistas que visitam o local. Mais adiante falaremos sobre os tipos de usos.

O mapa 6 mostra as ilhas com moradias e sem moradias. É interessante notar que essas condições estão espacializadas na ordem, conforme o mapa.

MAPA 6: Ilhas com moradias e ilhas sem moradias.



Fonte: Dados compilados do IBGE/2010. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

A primeira localidade que define o trecho analisado na pesquisa denomina-se Pedra Grande, localizando-se próximo a ilha de Maracá. É um local, que apresenta a maior quantidade de peixes, pois é uma área preservada, onde não há barulho de motores de barco com muita frequência e também não há presença de muitas pessoas. De forma geral, grande parte do sustento dos pescadores das ilhas é retirado deste lugar. Os pescadores profissionais realizam viagens até a Pedra Grande com duração de aproximadamente uma semana com intuito de realizarem

fartas pescas para posterior venda. A figura 7 mostra uma visão parcial da Pedra Grande.

Figura 7: Pedra Grande.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014.

Nas ilhas que não possuem moradia foi possível notar tipos de usos específicos tanto dos ilheiros como de turistas e indígenas das comunidades próximas.

A ilha do Tabaio não possui moradia, no entanto, é utilizada para acampamento de pesca para turistas. A ilha Urupirupi não é utilizada para acampamento, no entanto, nas suas proximidades existem “águas profundas”, caracterizadas por regiões onde o leito do rio apresenta profundidade maior que o

comum do restante do rio. Nestes locais os pescadores das ilhas geralmente utilizam a ponta de linha<sup>23</sup> para a captura de peixes grandes, e rede de seda<sup>24</sup> para a captura de peixes de tamanho médio. A ilha do Caboclo recebe esse nome porque são utilizadas por indígenas da comunidade do Pium. No local foi observado um barracão construído por eles que serve para acampamento de pesca, Figura 8.

Figura 8: Barracão de acampamento construído na ilha do Caboclo.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014.

A ilha da Tartaruga recebe essa denominação porque é utilizada como área de reprodução desses animais. Conforme informações, existe um morador que vigia a localidade para que não ocorra caça predatória desses animais, ajudando dessa forma na preservação de espécies de tracajás e tartarugas. É possível observar nessa ilha uma pequena praia, onde acontece a desova desses animais conforme a figura 9.

---

<sup>23</sup> Técnica de pesca que será explicada mais adiante no tópico sobre territorialidades da pesca no capítulo 4.

<sup>24</sup> Técnica de pesca que será explicada mais adiante no tópico sobre territorialidades da pesca no capítulo 4.

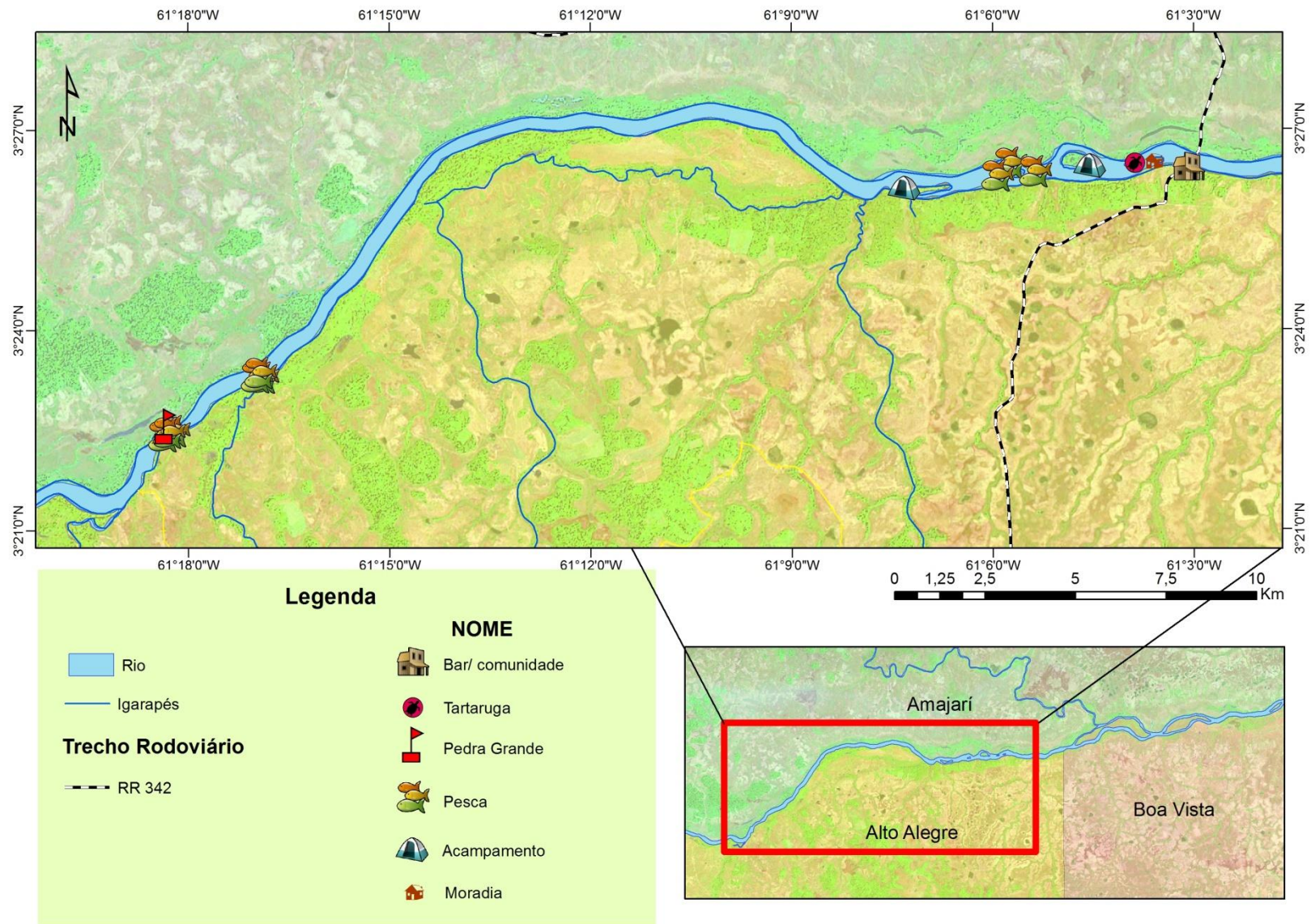
Figura 9: Vista parcial da ilha da Tartaruga.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014.

Além desses usos específicos, a região dessas ilhas é utilizada pelos pescadores profissionais para tráfego e pesca em alguns igarapés próximos da Pedra Grande e ilhas. O mapa 7 mostra ilustrativamente os usos específicos nesse território fluvial.

MAPA 7: Usos das ilhas e localidades a partir do ponto inicial do trecho - Pedra Grande.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2014. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

O mapa 7 indica algumas funcionalidades específicas no território, a partir da localidade Pedra Grande, a legenda de peixinhos indica lugares de pesca, onde a retirada desse recurso é feita de forma significativa, a legenda denominada Bar/comunidade, representa o local de parada dos pescadores que realizam a viagem para a Pedra Grande, tanto na ida como na volta. Neste bar são comercializados produtos como bebidas alcoólicas, refrigerantes, escova de dentes, açúcar, café, entre outros (Figura 10).

Figura 10: Bar/ponto de parada dos pescadores das ilhas.



Fotografia: Edson Vicente/2014.

## 5.2 USO E OCUPAÇÃO DAS ILHAS

As ilhas foram ocupadas de forma gradativa, as pessoas passaram a ocupar esses territórios a partir do interesse nos recursos que a localidade oferecia.

Durante as entrevistas foi possível identificar os primeiros moradores e traçar um perfil de tipos de moradias nessas ilhas:

[SIC] Moro aqui uns 40 anos, fui o primeiro a chegar aqui, vim com meus filhos e eu tinha uma roça aqui, meus filhos eles eram tudo curumim, já tive de tudo aqui, muita macaxeira, feijão, eu dava saco de feijão de vagem. Tenho 88 anos e ainda faço serviço. Sou daqui mesmo, meus pais do rio Negro. Conheço tudo aqui na ilha. Pessoal antigo eu conhecia tudo. Antigamente não tinha morador aqui, só na Nova Fazenda lá no outro lado. Com gado manso eu trabalhei, botava pra engordar aqui. Tinha muito aqui era veado, eu pescava também. No início falavam comigo pra morar aqui, mas depois invadiram aqui, fizeram casa bem aqui perto da minha roça, isso ai tudo era minha roça (Sabá,2015).

A narrativa acima é do senhor Sebastião Teixeira<sup>25</sup>, o primeiro morador da ilha do Piranha. É importante deixar claro que a primeira ilha ocupada do trecho analisado foi a ilha do Piranha seguida da ilha do Amajari e por diante as demais ilhas habitadas do trecho. A partir desse relato podemos entender que no início da ocupação dessa ilha havia certo respeito e contato com o primeiro morador. Os novos candidatos à moradia nessa ilha sempre faziam um contato inicial, e o reconhecimento da localidade, é como vimos no caso do seu João e seu Paulo:

Eu cheguei aqui há muitos anos, sou um dos mais antigos junto sou seu Teixeira, seu Geldo, Paulo ninguém mais do meu conhecimento. Quando cheguei aqui tava meio queimado, mas localizei seu Teixeira, ele que mandava aqui, ele me trouxe aqui e fiquei, naquele tempo ninguém pagava nada aqui não. Ele era o governador na época, tinha lá uma barraca de palha. Chegamos aqui em 1993. Foi dia 3 de março veio fazer a barraquinha, viemos de Boa Vista (João, 2015).

Eu morava num sítio lá no Cem. Quando eu cheguei aqui só tinha três morador, sou o quarto morador. Só morava parente aqui, primo da minha mãe, aí me mostraram um lugar aqui e decidi fazer uma casa aqui mesmo, me apossei aqui e tô até hoje” (Paulo,2015).

Durante a pesquisa no campo foi possível conhecer moradores que nasceram no local e ali criaram seus filhos como o seu Geldo, que nasceu às margens do rio

<sup>25</sup> O Senhor Sebastião Teixeira é o morador mais antigo das ilhas, mora na localidade há uns 60 anos. Ele trabalhava na fazenda do JG Araújo. Veio para a ilha do Piranha somente para fazer plantações, mas acabou gostando e fixando residência.



Amajari, afluente do Uraricoera, marido da dona Nidis que é filha do primeiro morador da ilha, seu Sabá.

Foi interessante notar que antes da presença da SPU nas ilhas não havia o conhecimento dos moradores a respeito da dominialidade do imóvel. Vinham morar em ilhas com intuito de reproduzirem suas vidas às margens do rio, tirando do meio ambiente o necessário para sua sobrevivência. Foi possível notar também que as primeiras habitações respeitavam um laço de parentesco. E em outros casos, pescadores que vinham de outras regiões decidiram morar em ilhas como no caso do Louro <sup>26</sup>(Lázaro Duarte), Juvan, Bené (Benedito Soares) e outros.

Eu vivo aqui já faz uns 10 anos, mas antes eu já andava pescando por essas bandas, conheço as fazendas que criavam gado nessas ilhas aqui. Vim pra cá quando me ajuntei com a Maria, viemos na raça, não tínhamos nada, só eu e ela dentro do mato” (Louro,2015).

Com o tempo novos moradores chegaram às ilhas e foi possível notar diferentes motivações no interesse em habitar o local. Estas novas habitações são caracterizadas por sujeitos que possuem residência na cidade, geralmente em Boa Vista, são trabalhadores autônomos e em alguns casos funcionários públicos que decidiram vir habitar numa ilha, mas com objetivo de adquirir um lote para usos de lazer onde a permanência é esporádica, somente nos finais de semana e/ou em feriados e férias<sup>27</sup>.

Vimos casos nos quais alguns moradores vieram da cidade, não possuem vínculo de dependência dos recursos naturais para sobreviverem, mas habitam de forma permanente seus lotes nas ilhas, por isso decidimos caracterizar três tipos de sujeitos conforme o tipo de moradia. O primeiro é o *morador permanente*, ou seja, aquele que vive no local de forma permanente não possuindo outro imóvel e que depende da localidade para reprodução da sua vida; o segundo tipo é o *morador intermediário*, caracterizado por aquele que é da cidade, mas por motivos pessoais ligados ao lazer e descanso veio morar em uma ilha, e que não necessita dos recursos disponíveis no meio ambiente para a sua subsistência, possuindo outras

---

<sup>26</sup> Louro é o apelido do Senhor Lázaro Duarte que é pescador. Vive na sua ilha há mais de 10 anos. No entanto costumava pescar com seu pai na localidade. Veio morar na ilha quando casou com sua esposa Maria, indígena da comunidade de Ouro.

<sup>27</sup> É importante deixar claro que a proximidade da cidade de Boa Vista, bem como a facilidade de acesso, baseado na pavimentação da BR são importantes determinantes para que haja fluxos de turistas na localidade, bem como de pessoas que decidiram morar numa ilha para a prática do lazer.

fontes de renda, e por fim, o *turista fixo*<sup>28</sup>, isto é, sujeito que mora na cidade, mas possui um lote na ilha, onde pôde construir benfeitorias e utiliza o local para o lazer e, portanto, não depende dos recursos naturais para a sua subsistência.

É possível, portanto notar usos múltiplos na localidade estudada. Onde diferentes agentes se apropriam do espaço territorializando-o de formas diferentes.

De acordo com Silva (2006), a territorialidade sempre vai estar relacionada com a aplicação de materialidades sociais em suas múltiplas dimensões, que sempre vão estar relacionadas com a interação sociedade e natureza.

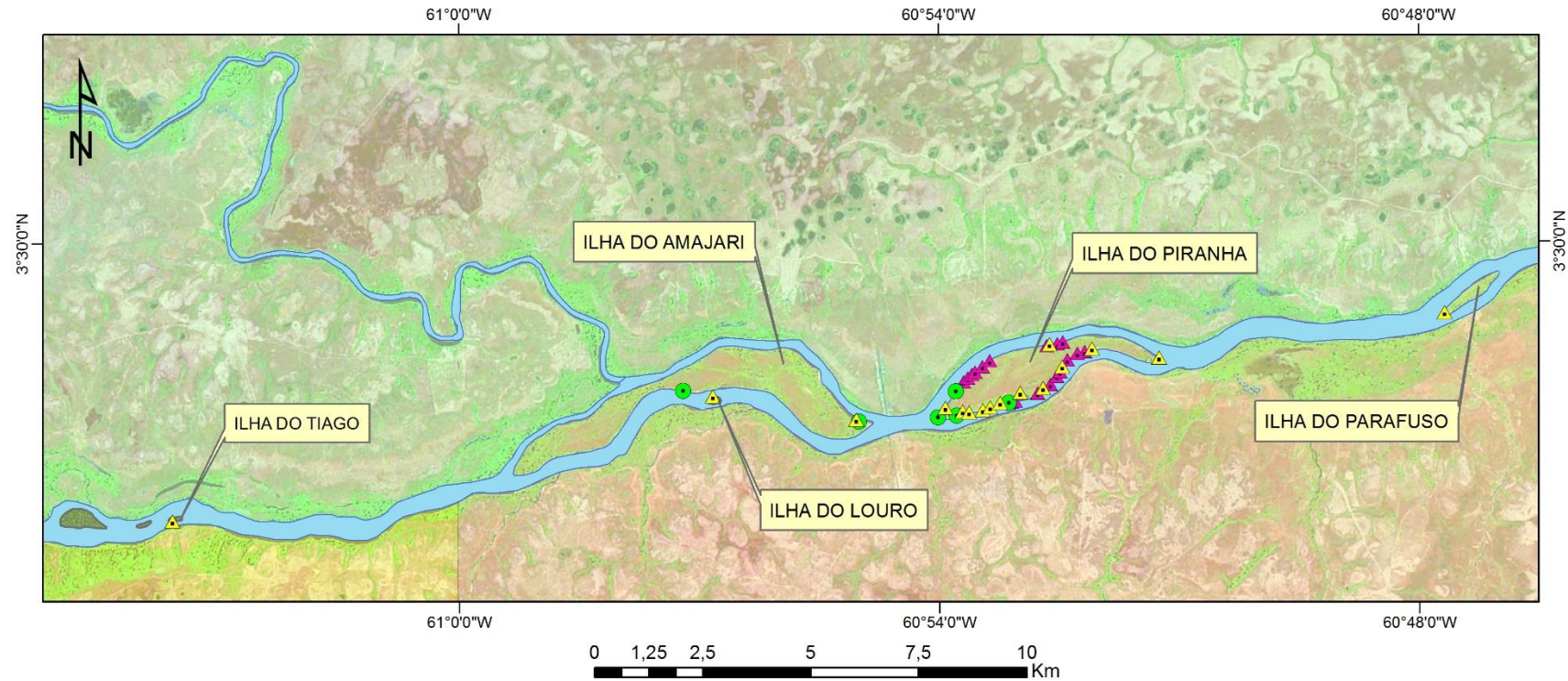
Desta forma, a territorialidade, por conseguinte a territorialização ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, expressando poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente, ou concretamente (com benfeitorias, cercas, limites etc.). Quando ocorre uma espécie de exclusão, privação e/ou precarização do território como “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à participação efetiva de membros de uma sociedade (HASBAERT, 2011).

O mapa 8 mostra a sistematização dos dados referente ao tipo de morador nas ilhas analisadas.

---

<sup>28</sup> Para fins de esclarecimento, sabe-se que turismo e lazer são termos distintos. No entanto, utilizamos essa denominação (turista fixo) para caracterizar o tipo de morador que se beneficia dos recursos da localidade para a o lazer pessoal. Portanto, a categoria revela a força de expressão para se referir aqueles que não possuem características de ribeirinho, no entanto, vivem na ilha, reconhecidos como “turistas” pelos moradores permanentes.

MAPA 8: Tipos de moradores nas ilhas.



### Legenda

- |   |                       |   |     |
|---|-----------------------|---|-----|
| ▲ | Morador permanente    | ■ | Rio |
| ● | Morador intermediário |   |     |
| ▲ | Turista fixo          |   |     |

Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

Como mencionado anteriormente, encontramos situações distintas de moradias. No primeiro, referindo-se ao morador permanente, a temporalidade no local é integral, as casas apresentam padrões simples, apenas com móveis básicos (Figura 11).

Figura 11: Padrão das residências dos moradores fixos.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2014-2015.

Nos outros casos, referindo-se ao morador intermediário e turista fixo, geralmente as casas apresentam padrões mais elaborados, de alvenaria, com piso e variedade de móveis (Figura 12).

Figura 12: Moradias de turistas fixos nas ilhas.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Diante dessa situação entendemos que nas ilhas existem distintas formas de uso e apropriação do território, em um primeiro caso, temos o território enquanto reprodução da vida e reafirmação de saberes, caracterizados pelo manejo dos recursos, em especial a pesca e algumas práticas rudimentares agrícolas, consideradas tradicionais. Em um segundo caso, o território apropriado para o lazer, contemplação, utilizado sem nenhum vínculo identitário com a terra e com o rio. Foi durante a primeira viagem de campo que constatamos tal problemática, o que motivou a pesquisa e o tipo de abordagem. Dessa forma, o uso das ilhas pode ser considerado múltiplo, apropriado por diversos agentes (político, econômico e social), orientados e legitimados por fins distintos. Na esfera política o território é apropriado por instituição competente, vinculada ao Estado, na esfera econômica e social, o território é apropriado tendo em vista diversas finalidades pelos sujeitos que utilizam as ilhas para moradia permanente ou esporádica.

Tanto os *moradores permanentes*, *intermediários* e *turistas fixos* entendem que a forma de apropriação de terras nas ilhas se dá apenas com o direito de uso, apesar de alguns terem comprado seus lotes e respectivas benfeitorias e terem construído ali suas casas, entendem que até o momento não possuem garantias sobre o bem adquirido.

Como o objetivo da pesquisa é estudar o uso e apropriação do território, verificaremos diversas e diferentes manifestações no território. No entanto,

preferimos centrar o olhar para “os de dentro”, ou seja, para as famílias que de fato vivem no local, tiram seu sustento de lá e possuem uma relação afetiva com o respectivo território, que podem ser encontrados em qualquer hora do dia nas suas residências ou mesmo no rio desenvolvendo trabalho.

A legitimação do direito sobre o território aqui se dá pelo uso material, expressado pelo trabalho, extração dos recursos necessários à sobrevivência. Esse tipo de território se opõe ao território jurídico do Estado. Alguns dos moradores das ilhas precisam desses territórios para viver, no entanto, atualmente entendem que ocupam e moram em um lugar cuja propriedade é do Estado.

MacIver e Page (1973) afirmam que “uma comunidade ocupa sempre uma área territorial”. Mas mesmo assim é possível existir uma comunidade sem suas bases territoriais geograficamente demarcadas por todo o tempo, como é o caso das ilhas fluviais que em determinado período do ano são inundadas e alguns de seus moradores deixam o local. Assim, tal qual afirmado por Marcelo Souza (1995), o território pode ter seus limites indefinidos ou mesmo cíclico como comparado às ilhas no período de inundação.

Maciver e Page (1975 p.122) escrevem que:

Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo comunidade.

Dessa forma, entendemos que as ilhas constituem um território insular remodelado a partir dos ciclos naturais, onde os seus moradores ou usuários estabelecem laços de convivência e ainda de solidariedade. Destarte são as relações sociais espacializadas que caracterizam o território.

A localização das ilhas habitadas próximas à Rodovia BR 174 oferece aos seus moradores acesso aos serviços urbanos básicos provenientes da cidade de Boa Vista e Amajari. No entanto, a localidade mais frequentada pelos moradores das ilhas quando necessitam de bens ou serviços de imediato é a Vila Três Corações, também conhecida como Vila do Cem<sup>29</sup>, no município de Amajari.

---

<sup>29</sup> A partir de agora estaremos no referindo a Vila Três Corações como Vila do Cem, conforme os moradores das ilhas a denominam.

[SIC] Ainda bem que nós mora perto da comunidade ali (comunidade indígena). Eles têm muito direito com saúde, essas coisa ai. Nos já estamos fazendo casa pra sair da alagação lá com eles. Eles se dão com a gente. Na hora que a gente chega nós somos bem tratados, se tiver uma ambulância, leva, nos corre pra eles, lá na comunidade do cem, nos três corações a 20km daqui. A gente usa do deles porque aqui não tem nada, ninguém dá nada pra gente” (Louro, 2015).

A partir dessa fala é possível perceber que os serviços básicos de saúde é inexistente nas ilhas, constituindo-se em um problema relacionado à infraestrutura governamental no campo da saúde. Graças a relação harmoniosa com a comunidade mais próxima das ilhas (comunidade do Cem), os ilheiros podem se relacionar comercialmente e fazer uso de alguns serviços públicos básicos.

Em conversa com os moradores pudemos verificar que a maioria dos serviços terciários são realizados em Boa Vista, assim como as compras de materiais para a pesca, para a agricultura, roupas, eletrodomésticos básicos etc.

Fraxe (2004), no seu estudo sobre a cultura cabocla ribeirinha, argumenta que os agrupamentos populacionais, como as comunidades, sempre mantém relações com a cidade “A relação com a cidade também se configura como um importante fator na formação da comunidade. A apropriação de novos elementos característicos da vida citadina marca a oposição entre ontem/hoje” (FRAXE,2004. p. 19). Assim as influências citadinas acabam, inevitavelmente, marcando as áreas rurais, causando intercâmbios mútuos.

Portanto, a proximidade de cidades, de comunidades indígenas e de vilas influencia da dinâmica territorial desses ambientes (as ilhas).

O acesso dos ilheiros para outras localidades como a Vila do Cem, a cidade do Amajari e a cidade de Boa Vista é realizado pela rodovia BR 174. A ponte construída sobre o rio é um ponto de referência dos compradores de peixes e turistas do rio Uraricoera; – o porto na margem esquerda do rio, sob a ponte do Uraricoera é o lugar onde são realizados os contatos com os pescadores para o turismo nos pesqueiros e atravessadores<sup>30</sup>, transporte de pescado e estacionamento para as embarcações (barcos pequenos e canoas). A figura 13 mostra a ponte sobre o rio e as embarcações no porto.

---

<sup>30</sup> Aqui estamos nos referindo aos ilheiros que atravessam passageiros do porto para as ilhas.

Figura 13: Vista parcial da ponte sobre o rio Uraricoera.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Próximo à ponte do lado esquerdo da rodovia BR 174 (sentido Brasil-Venezuela), havia uma construção de madeira que era utilizada como ponto de venda dos pescadores. No entanto, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT proibiu a comercialização naquele lugar, constatando insegurança no tráfego e ordenou a destruição da construção. Embora a construção não mais exista, os pescadores da localidade continuam vendendo seus produtos no local.

### **5.2.1 Vivendo e sendo uma comunidade**

Wirth (1973) conceitua comunidade como “o viver-se juntos, de um lado, e o de participar-se de uma vida em comum com o outro” (Wirth (1973, p.85). Nesse caso é dada importância à participação coletiva dos indivíduos e a representatividade própria de cada sujeito. Isso nos conduz a um espaço com características peculiares de vivências conforme visto nas ilhas do rio Uraricoera.

O “habitar” no caso das ilhas constitui o elemento de territorialização, significa produzir no território uma forma diferenciada de viver, imprimir nele (o local) sua



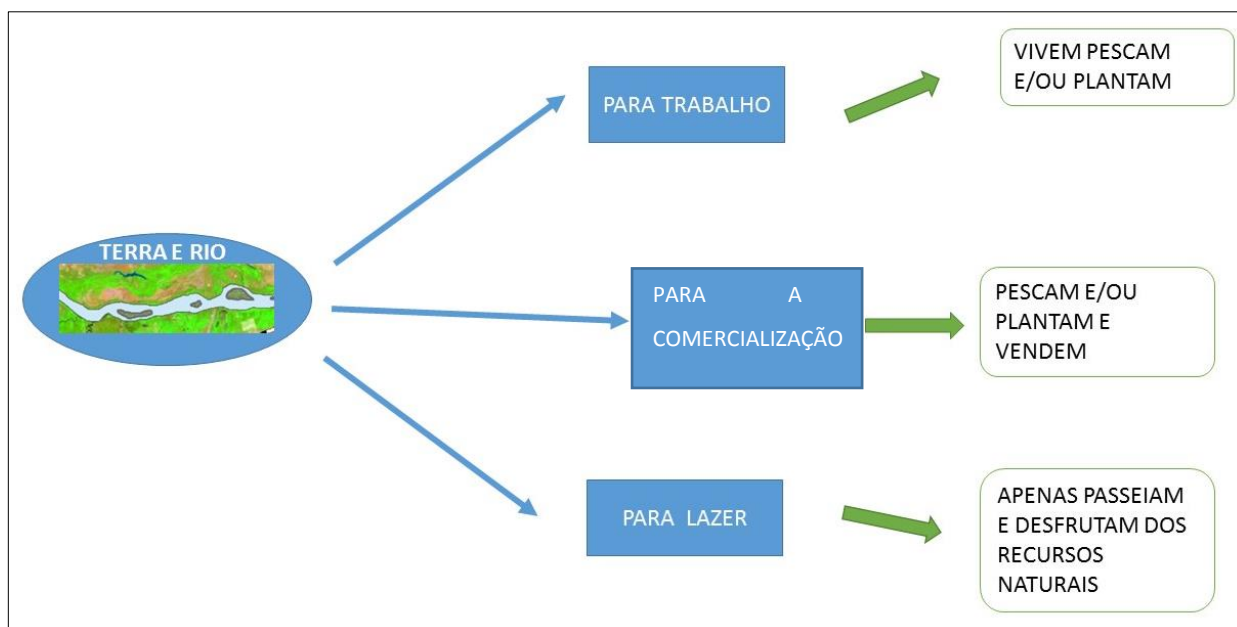
conduta. Destarte, é necessário conhecer como são realizadas as atividades produtivas e de subsistência nas ilhas analisadas.

### 5.2.2 Sobre o “fazer”

Os estudos de Araújo (2009) descrevem várias formas de ocupação e usos dos espaços de trabalho. A beira do rio, a lagoa, a ilha são espaços de vivência, onde saber observar as regras da natureza é essencial para se produzir. A comunidade aqui estudada desenvolve técnicas singulares de produção de acordo com o conhecimento que detêm. Estas muitas vezes são transmitidas de pai para filho. “Eu aprendi a pescar com o melhor professor de todos, meu velho, meu pai. Nós não nos dávamos muito bem, mas ele me ensinou muito” (Louro,2015).

Os recursos provenientes da terra e do rio são utilizados por alguns moradores das ilhas para a reprodução das suas vidas, em outros casos não. Nesse sentido podem ser divididos em três finalidades conforme o esquema abaixo (Figura 14): para o trabalho, para a comercialização e para o lazer.

Figura 14: Esquema de finalidade de uso dos recursos naturais.



Criação e Elaboração: Vivian Rodrigues/2015.

Esse esquema mostra como ocorre o uso da terra nas ilhas nas suas múltiplas funções. Para os moradores permanentes, a terra e recursos naturais representam a possibilidade de trabalho; o trabalho investido na terra (inclui-se aqui o rio) gera produtos que permitem a comercialização, para o sustento e de suas famílias. Para os moradores esporádicos (*turista fixo*) o uso dos recursos naturais serve apenas para satisfazer as necessidades pessoais de lazer.

Foi possível observar que as ilhas como substrato material servem em muitos casos apenas como lócus de habitação e não como meio de produção no que se refere à venda de produtos agrícolas e pescado. A pesca assume grande relevância na localidade, sendo possível observar que a comunidade ilheira é composta por vários pescadores que possuem a carteira de pescador profissional artesanal, expedida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura- MPA. Observamos em alguns lotes pequenas porções de terra destinadas ao plantio de hortaliças, mandioca, milho entre outros.

### 5.2.3 A Agricultura

Foi interessante notar que a prática da agricultura nas ilhas do rio Uraricoera é bem restrita, ou seja, pouco praticada. Apenas alguns moradores se autodesignam como agricultores, alguns dizem “sou mais agricultor do que pescador”.

Tal situação foi compreendida a partir do trabalho de campo e do contato com moradores. Em muitas falas apontavam os entraves existentes para a abertura da mata e plantio, Atribuem tal situação à ingerência da Gerência Regional da Superintendência do Patrimônio da União- GRSPU, órgão que gere o patrimônio da União, em Roraima<sup>31</sup>. A orientação dos gestores do órgão proíbe o desmatamento por menor que seja alegando vulnerabilidade no ambiente da ilha. No entanto, foi constatada certa resistência quanto ao cumprimento de tal orientação, que, na opinião de alguns dos moradores, vai de encontro ao direito de produzir, por exemplo, encontramos algumas plantações em alguns lotes na ilha do Piranha, e em outros lotes plantações menores.

---

<sup>31</sup> Doravante a Gerência Regional da Superintendência do Patrimônio da União será referida como SPU.

É possível notar a resistência expressada na fala do seu Paulo<sup>32</sup>: “Dona moça, não tem no mundo quem impeça de um trabalhador trabalhar” (Paulo, 2015). Diante disso, percebe-se que neste caso, a apropriação do território ocorre de forma plena, sem inibição decorrente do domínio da União.

Rafesttin (1993) argumenta que onde há poder há resistência. A resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações segundo o autor.

Dessa forma, o poder é exercido nesse caso pelo órgão responsável por gerir o patrimônio sob o domínio da União.

A prática agrícola realizada nas ilhas é voltada para a complementação alimentar da família. Praticamente não há a comercialização de produtos onde estabeleça relações com os mercados. Estes circulam entre os demais moradores por meio de trocas.

Poucas famílias realizam atividades de agricultura <sup>33</sup>com roçado e poucos produtores vendem o excedente, que neste caso é feito de forma avulsa como no caso do seu Paulo.

Foi possível observar plantação de diversos tipos de hortaliças, frutas, verduras e leguminosas. Conforme informações dos agricultores que encontramos, a terra é boa para o cultivo. “Tudo que se planta dá” (Paulo, 2015). O Sr. Lampião (2015) conta sobre a dificuldade que alguns enfrentam no que se refere à obtenção de recursos da terra: “Eu tenho essa plantação só pra mim aqui, tenho muito não, mas tô com vontade de aumentar, a dificuldade aqui é grande, pra gente conseguir alguma coisa tem que comprar na cidade”.

Nas ilhas encontramos plantações de tubérculos como a macaxeira, batata, mandioca, que se adaptam bem aos solos secos, típicos do lavrado. Assim como as leguminosas como o feijão, milho, maxixe, frutas como a laranja, banana e hortaliças como o cheiro verde, cebolinha, coentro, couve, pimenta etc. a figura 15 mostra alguns tipos de plantações.

---

<sup>32</sup> O Senhor Paulo é agricultor. Diz que a sua principal fonte de renda é a agricultura que desenvolve na ilha do Piranha. Vende seus produtos em Boa Vista e forma avulsa. Era vaqueiro na fazenda Belém e conta que na ilha do Piranha era como um “depósito de bois”. Foi o quarto morador da ilha.

<sup>33</sup> Existem várias discussões a respeito da agricultura de subsistência e autoconsumo no campo das ciências. Não aprofundamos a questão nesta dissertação. Para mais esclarecimentos ver Sahlins (1970) e Woortmann (1978). Alguns estudos brasileiros também se dedicaram à temática, igualmente perseguindo entender a organização das unidades camponesas (HERÉDIA, 1979; GARCIA JR. 1983,1989; WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; CÂNDIDO, 2001).

Figura 15: Tipos de plantações.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Existem também aqueles moradores mais antigos que plantavam, no entanto, deixaram de plantar decorrente das ordens administrativas da SPU, ou até mesmo por motivos de saúde e idade. Conforme relata seu João (2015): “aqui eu tinha bananal muito grande, e outras plantações, eu vendia. Hoje não vendo mais não. Hoje eu já não faço mais, sou aposentado, hoje eu só como e durmo (risos), planto uma mandiocinha pra comer, só pra nós mesmo”.

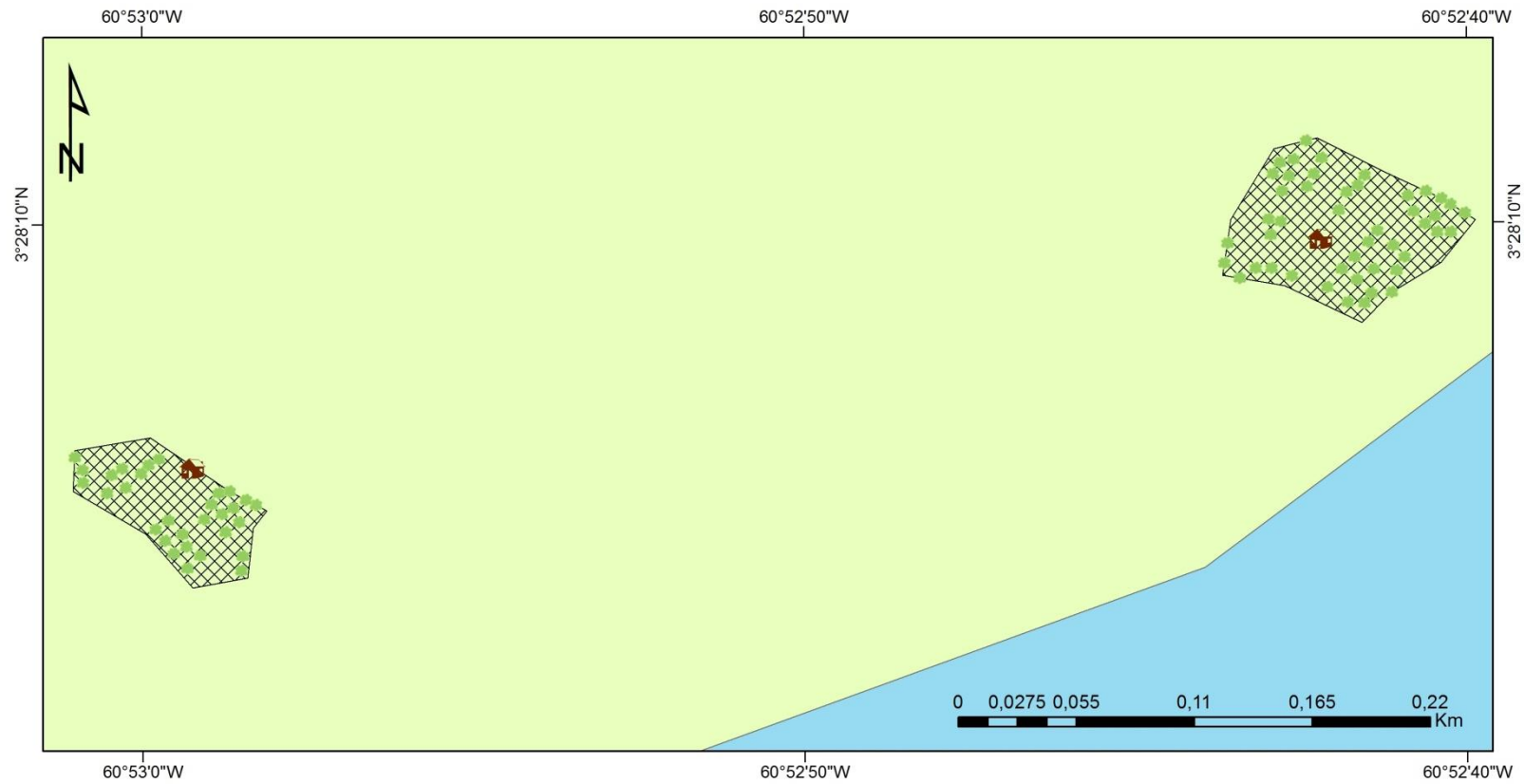
Nas ilhas, segundo os que trabalham com a agricultura, é dispensável o uso de fertilizantes e agrotóxicos, pois alegam que os solos são de boa qualidade. Conforme tratado no capítulo 3 dessa dissertação sabe-se que as ilhas encontram-se no ecossistema lavrado com florestas aluviais apresentando dessa forma, solos de aptidão regular.

Como foi possível observar, são cultivadas principalmente espécies de culturas de curto período, isto é, que são plantadas e colhidas rapidamente, direcionadas principalmente para a própria alimentação. Alguns dos moradores também aproveitam o espaço e fazem a criação de galinhas e patos por exemplo.

Como parte da metodologia adotada em campo, retiramos pontos no GPS a fim de representar a abertura dos lotes que possuem plantações. Foram tirados

pontos de apenas alguns lotes. O mapa abaixo, (mapa 9) mostra a abertura de dois lotes (lote do seu Paulo e do seu João). Durante a pesquisa de campo, pedimos para que alguns dos agricultores fizessem um desenho mostrando a abertura do seu lote e os tipos de cultivos realizados por eles.

Mapa 9: Abertura de dois lotes onde é praticada a agricultura.



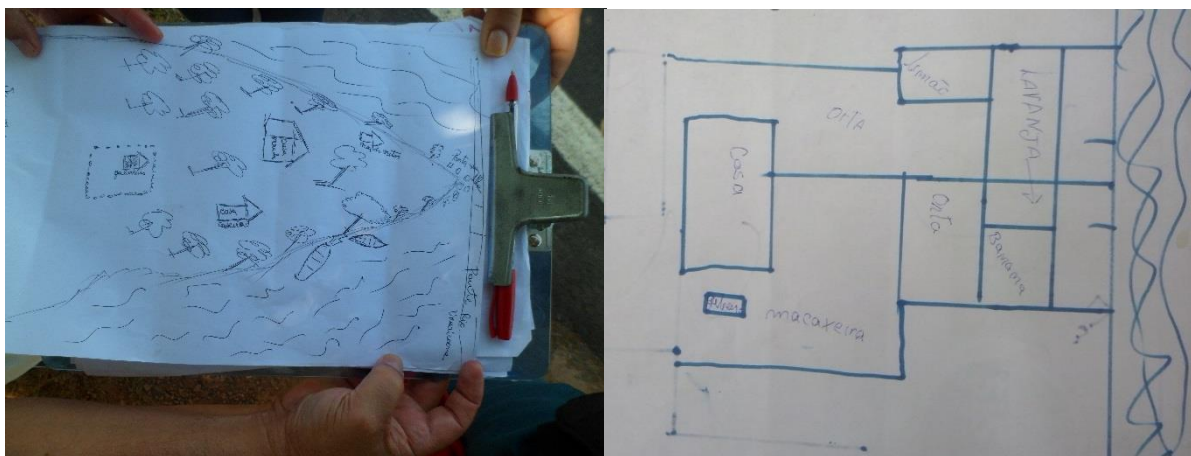
## Legenda



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

Essa atividade realizada com alguns agricultores mostrou a importância de valorizar e incentivar a percepção territorial que os moradores têm de seus territórios. A figura 16 mostra dois desenhos que revelam elementos presentes nos respectivos lotes como o rio, formato do lote, benfeitorias, plantas, plantações entre outros.

Figura 16: Desenho da dona Sueci e do seu Paulo.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Foi interessante ver a elaboração dos desenhos dos lotes realizados pelos próprios moradores que cuidadosamente representaram elementos do seu ambiente, mostrando a sua percepção territorial contribuindo assim no processo de mapeamento participativo da localidade.

#### 5.2.4 A caça

A caça nas ilhas do rio Uraricoera é pouco exercida, é realizada apenas para complemento na alimentação de alguns dos moradores das ilhas. Conforme a pesquisa aponta, nem todos os moradores praticam essa atividade. Dentre os animais caçados na localidade podemos citar a capivara, pato do mato, macaco, cotia, jabuti, veado, entre outros.

Houve um período onde havia muita caça nas ilhas da localidade, em especial na ilha do Piranha. No entanto, os moradores argumentam que a caça está sumindo.

### 5.2.5 A pesca

A pesca representa na localidade a atividade de maior relevância. Foi possível observar que a grande maioria de moradores, sejam eles permanentes ou não costumam pescar, no entanto, a pesca voltada para a comercialização que será abordada no tópico sobre *a territorialidade da pesca no rio Uraricoera* é realizada somente por alguns pescadores, ou seja, aqueles que têm a pesca como fonte de renda principal.

Conforme informações da dona Nidis<sup>34</sup> a pesca como atividade voltada para o comércio nem sempre foi exercida no rio.

tamo por aqui, tenho a carteirinha de pescador, de vez enquanto a gente dá uma pescadinha, a gente até vende, mas agora tá ruim de peixe...gosto muito mais de peixe do que de carne. Assim que eu abri aqui pra morar eu tinha de tudo, tinha macaxeira, batata, banana, mandioca, era pro consumo da gente, pra não tá comprando, naquele tempo ninguém vendia peixe por aqui não (Nidis, 2015).

Durante as entrevistas foi possível verificar que a comunidade tem cada vez mais identificado dificuldades decorrentes da escassez do peixe, o aumento do tráfego no rio, entre outros determinantes apontados por eles. A fala do seu Juvan<sup>35</sup> narra os supostos motivos da escassez do peixe e outras possibilidades:

Quem sai todo dia pro rio pra pescar tem a visão da dificuldade... Acho que ano que vem vai ser mais difícil, e daqui três anos o pescador aqui mesmo não vai sobreviver se não tiver um projeto. Agora é época crítica de peixe, só peixinho pequeno, não subiu peixe aqui. No rio Branco não subiu. Tá liberado a pescaria lá no baixo rio branco e os peixes não sobe, mas quando o rio dá aquela enchente doida e os pescadores lá de baixo não dão conta de cercar rio que os peixes sobe. A situação aqui na verdade, de quem mora aqui, pescadores de verdade é crítica. Ninguém sabe bem o motivo, eu acredito que tá entrando em extinção várias qualidade de peixe. Muita gente acha que não tá subindo. A gente sabe que tá subindo pouquinho coisa, mas eu acho mesmo é que tá se acabando... Aqui onde a gente mora tem muitas famílias, mas pescadores mesmo tem poucos. Que depende mesmo do peixe, que reside. Mas tem uns que tem o lazer não andam se lascando...Os pescadores de mentirinha e vem só tomar cerveja na beira do rio. Os de verdade moram aqui. Tem época que dá só pra comer, comprar um ranchinho. O pescador profissional aqui se manter é difícil, mas tem vários pescadores aqui, mas passam por situações apertadas. Nós vendemos na ponte pro pessoal que passa, o peixe aqui é fresco eles compram, mas a dificuldade do gelo é grande demais (JUVAN, 2015).

<sup>34</sup> A dona Nidis é uma das moradoras mais antiga do local. É filha do seu Sabá, primeiro morador da ilha do Piranha. Foi criada juntamente com seus irmãos na fazenda do JG Araújo nas proximidades das ilhas, e foi para ilha quando seu pai decidiu lá morar.

<sup>35</sup> O senhor Juvan mora na ilha do Piranha há uns 11 anos. É pescador e decidiu morar na ilha para desenvolver a atividade.



Diante da fala do seu Juvan é possível perceber que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos pescadores é a ausência de energia elétrica que serviria para a produção do gelo para a conservação do peixe. Mas além disso, o aumento do tráfego de barcos de motor tem segundo ele afastado os peixes da localidade, pois os peixes são mais frequentes em águas calmas. O relato acima aponta para a necessidade de um gerenciamento coletivo; acreditamos que a elaboração de um Plano de Gestão local possa contribuir para o manejo sustentável e para a melhoria das condições de vida da população local.

São frequentes os relatos de pescadores e moradores a respeito da escassez de peixes no rio Uraricoera, conforme indica a fala do seu João: “Antigamente a gente mostrava o anzol pro peixe e ele pegava, hoje em dia a gente passa o dia inteirinho e não pega nada” (João, 2015).

Dentro deste contexto, os pescadores atuam de acordo com a dinâmica do rio com a estação do ano, respeitando a época do defeso, que ocorre entre 01 de março e 30 de junho. Durante este período conforme a legislação as atividades de pesca ficam vetadas ou restritas durante este período. Durante esses meses de proibição, os pescadores geralmente procuram outras áreas para a pesca de pequenos peixes, mas dessa vez apenas para o consumo. A fim de inibir a pesca nesses meses de piracema, o Ministério da Previdência Social instituiu um benefício aos pescadores da localidade, isto é, o pescador artesanal que trabalha de forma ininterrupta e tem sua atividade profissional paralisada durante o período de defeso para a reprodução das espécies. Este benefício é garantido por Lei Federal (BRASIL, 2005) e é conhecido como seguro defeso, com o valor de um salário mínimo. A Lei 7679/88 proíbe a pesca durante o período de piracema e estabelece também a competência do IBAMA para fixar os períodos e as espécies que deverão ser proibidas de acordo com as peculiaridades regionais<sup>36</sup>.

Este período de proibição representa para os pescadores grandes dificuldades, pois segundo eles, o valor do benefício é insuficiente para suprir a necessidade da família. Assim, durante os meses de proibição, alguns se retiram da localidade e realizam outras atividades informais na cidade; outros permanecem convivendo com a circunstância.

---

<sup>36</sup> A portaria nº 48, de 5 de novembro de 2007, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA estabelece normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas.

A pesca no rio Uraricoera atrai muitos turistas<sup>37</sup> principalmente nos finais de semana. O maior índice da presença de turistas acontece no período seco (verão), onde são realizados os pesqueiros<sup>38</sup>. Os impactos do uso turístico desordenado das ilhas incluem a produção de ruído e aumento da produção de lixo, incêndios acidentais ou intencionais, remoção da vegetação, furto de objetos e afugentamento de animais que buscam áreas preservadas para nidificar.<sup>39</sup> Mesmo acampamentos que não removam a vegetação podem, através do distúrbio gerado pela presença de pessoas em quantidades significativas, causar a perda efetiva de habitat de diversas espécies de animais.

Há reclamações de moradores quando a presença desordenada de pessoas de fora, no caso os turistas. A fala do seu Juvan retrata tal situação:

Aqui tá entrando muita gente de fora no final de semana pra pescar e se a gente passa mais de uma semana na pescaria eles invadem, meu colchão às vezes tá furado, meu gerador que eu sofri pra comprar, eu chego acho o gerador batido e muitos objetos somem da sua casa, objetos de valor a gente tem que esconder dentro da mata. Antigamente podia deixar... Não tem como controlar mais não. Lá pra cima geralmente somos só nós mesmo. Aqui é aquele barulho de canoa pra cima e pra baixo, os turistas vêm beber e ainda tira sarro (JUVAN, 2015).

A expressão do seu Juvan quando retrata que “la pra cima somos só nós”, refere-se a região da Pedra Grande, que é o lugar onde os pescadores realizam as “viagens”, nas quais permanecem aproximadamente uma a duas semanas. São aproximadamente 40 km percorridos de viagem de barco.

No que se refere à pesca na localidade, acreditamos que a produção pesqueira é desenvolvida de forma “tradicional”. Se houvesse melhores condições de estruturas oferecidas aos pescadores, a produtividade deles aumentaria, bem como o lucro em proporção semelhante. É interessante ressaltar que estes pescadores criativamente procuram maneiras de continuar com essa atividade. A problemática da produção de gelo e a dificuldade de encontrar ou comprar o combustível que precisam para locomoverem-se no rio é um grande obstáculo para eles.

---

<sup>37</sup> Turistas são frequentadores esporádicos, que frequentam a ilha em finais de semana e feriados, sobretudo para a realização de pescarias. Muitos pernoitam na localidade acampados ou abrigados por algum morador.

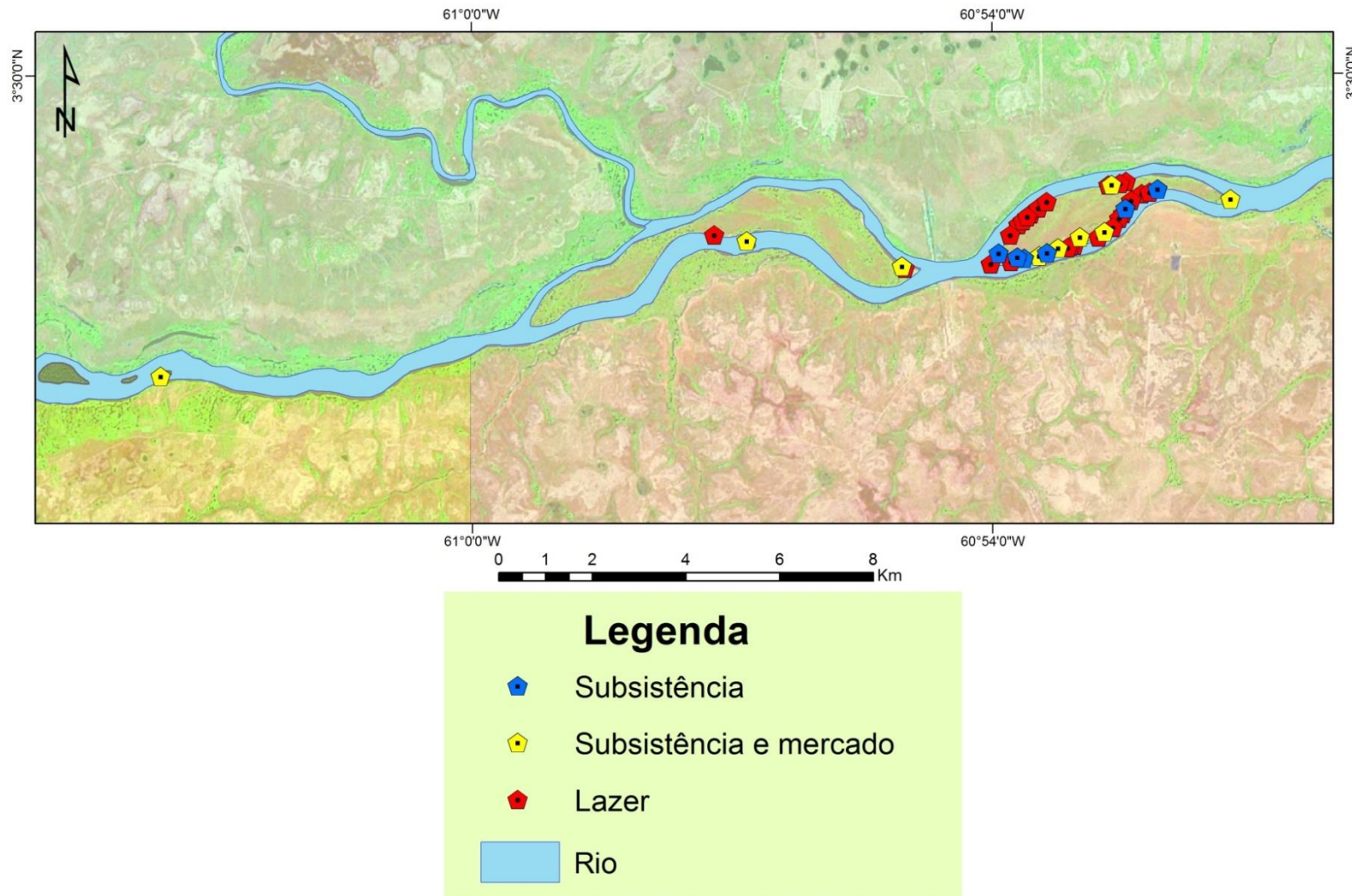
<sup>38</sup> A definição de pesqueiros será abordada no subtópico sobre a territorialidade da pesca no rio Uraricoera.

<sup>39</sup> É o ato de determinada espécie ao construir seu ninho em determinado local.

Assim, a produção pesqueira depende de fatores como: o ciclo das águas (sazonalidade inverno e verão), a produção de gelo (para a conservação dos peixes) e a compra do combustível (para o abastecimento dos motores dos barcos que são único e exclusivo meio de transporte).

Baseado nos dados de campo sobre as atividades produtivas nas ilhas e inspirados pela análise de dados proposta por Furtemma (2006) foi possível sistematizar e representar no mapa dados georreferenciados sobre o uso e apropriação dos recursos, mostrando importantes informações a respeito da dependência dos recursos do respectivo ambiente (Mapa 10).

MAPA 10: Grau de dependência dos recursos naturais nas ilhas.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

É possível observar no mapa 10 que existem três categorias de dependência dos recursos provenientes do rio e das ilhas. A categoria *mercado* propriamente dita não aparece, pois não encontramos na comunidade moradores que exploram os recursos apenas para o comércio. É possível observar também um grande número que expressam a dependência dos recursos para o *lazer* na localidade. É importante deixar claro que muitos desses moradores possuem residência fixa caracterizando-se como moradores intermediários, no entanto, se utilizam da localidade e recursos para satisfazer suas necessidades pessoais voltadas para o lazer. Já a quantidade de moradores que dependem dos recursos para sua manutenção arrolando-se à categoria *subsistência* caracterizam-se por morarem no local há bastante tempo, explorarem os recursos para o consumo familiar, no entanto, já não plantam ou pescam com o objetivo comercial, geralmente são homens e mulheres com idades avançadas que recebem algum benefício do governo.

A categoria *subsistência e mercado* é caracterizado por moradores que vivem no local de forma permanente e desenvolvem trabalho de uso/manejo dos recursos tanto para a sua manutenção alimentar como para o comércio baseado na venda dos elementos/produtos extraídos do meio. O número de moradores que se enquadram nessa categoria é relativamente baixo comparado à quantidade de moradores que dependem dos recursos para o lazer.

O discurso dos moradores que vivem de forma permanente nas ilhas é que este é o lugar deles, demonstram em suas falas o sentimento de pertencimento no local e necessidade de sobreviverem do que o meio ambiente oferece. É possível verificar esse sentimento na fala do seu Louro quando perguntado sobre a possibilidade de morar em outro lugar e se tem medo de sair da ilha onde mora com sua família:

[...] porque não me vejo morando em outro lugar, Deus me livre. agora se criarem uma reserva aqui, infelizmente a gente vai ter que sair. [...] sim, tenho muito medo, é aqui que eu vivo, tiro meu sustento desse lugar e gosto muito, eu praticamente me tornei homem aqui (Louro,2015).

Dessa forma em concordância com o que foi apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação, o território vem a ser um produto social construído historicamente, tanto econômica como política e culturalmente, sendo espaços sobre

o qual certo grupo garante a seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos.

A apropriação dos moradores das ilhas ocorre de forma plena quando estes atuam no espaço natural, modificando-o para satisfazer suas necessidades (Levfebre, 1986) expressando assim um conteúdo mais simbólico, ou seja, o “vivido”.

Existe entre os moradores a consciência e a diferenciação dos que são “de dentro” isto é, os que vivem de forma permanente nas ilhas e dependem desse território e os que são “de fora”, que vêm às ilhas de forma esporádica e ainda aqueles que vivem nas ilhas, mas não necessitam dos recursos para sobreviver não se enquadrando nos padrões de morador ribeirinho. No entanto, diante dessas diferenças os moradores das ilhas e/ou visitantes convivem de forma harmoniosa preservando os laços de amizade.

Na comunidade existe uma Associação, presidida por um morador, o Sassá. Ele se responsabiliza por desenvolver atividades que visam o melhoramento das condições de trabalho e vida dos moradores das ilhas. Este recolhe assinaturas e articula reuniões e processos que objetivam a movimentação popular da comunidade, por serviços básicos como saúde, educação, energia entre outros direitos sociais. Na foto, (figura 17) o senhor Sassá<sup>40</sup>, representante da Associação dos moradores das ilhas.

---

<sup>40</sup> Senhor Sassá no foto, em pé de camisa amarelo-queimado.

Figura 17: Reunião de moradores.



Fotografia: Raiane dos Santos/2015.

No dia 26 de setembro (sábado), houve uma reunião com representantes da SPU e Terra Legal (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que tratou dos novos trâmites de regularização fundiária e esclarecimentos sobre outras questões. Foi um momento onde alguns moradores puderam expor suas ânsias e dúvidas. Esse fato mostra que há mesmo de forma tímida a inserção de interesses externos voltados para as políticas de regularização fundiária e outros programas para a comunidade ilheira.

### 5.2.6 Educação

A cidadania é o exercício dos direitos e deveres de um indivíduo, direitos esse que podem ser civis, políticos e sociais. Em meio a isso, observou-se que a maioria dos entrevistados não possuem um ensino básico regular completo, alguns (maioria) são analfabetos. Destarte, quando precisam resolver assuntos de seus interesses em repartições públicas na cidade, sentem a consequência dessa falta de oportunidade educacional.

Nesse viés, preocupados com a educação de seus filhos, os moradores das ilhas buscaram assistência junto à Prefeitura do município de Amajari, através da

qual conseguiram uma escola localizada na ilha Amajari, na área da residência cedida pela proprietária Sueli (que não vive na ilha de forma permanente).

A escola conta com o corpo docente composto por duas professoras da Vila do Cem, ministrando aulas atualmente para oito 8 crianças com faixa etária de 4 a oito 8 anos. Esse fato é tido pelos moradores como um grande avanço e uma enorme conquista alcançada pelos moradores, dando motivo para orgulho. A pequena escola, sem muita estrutura, funciona apenas pela manhã e oferece materiais didáticos e merenda para as crianças. Nesse contexto, isso demonstra que aprender é um direito e baseado nisso, as crianças já começam a exercer sua cidadania, com o direito a educação (Figura 18).

Figura 18: Instalações da escolinha numa residência na ilha Amajari.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

### 5.2.7 A dinâmica da natureza

As ilhas são espaços que se formam a partir das necessidades de quem as utiliza, passando a representar espaços de moradia e lazer em função dos ciclos da natureza, em destaque à água. No contexto do rio Uraricoera elas apresentam uma mobilidade moderada.

Os moradores das ilhas relatam que já houve várias cheias, no entanto, essas cheias vêm diminuindo significativamente na região, já somam três anos consecutivos em que as águas do rio não sobem como eles costumam presenciar.



Os motivos ainda não foram identificados pelos moradores, mas atribuem a fatores naturais do meio ambiente.

As cheias representam um momento difícil para vários moradores. Os que têm moradias em outro lugar se retiram para lá; os que não têm muitas vezes ficam alojados nas casas de conhecidos ou familiares. Existem também casos onde o morador permanece no local convivendo com as águas. Dessa forma, vemos que o território insular é diferencialmente ocupado e utilizado em função das condições favoráveis do clima sobre o rio.

Vemos que as formas geográficas mudam, mas a produção humana continua, às vezes com menos espaço. As pessoas que vivem nas ilhas sabem conviver com a fluidez de seus territórios, possuem conhecimento local que os fazem saber a hora de abandonar sua morada ou até mesmo conviver com a situação de cheia. A fala do Louro expressa a relação com o rio e também a dificuldade em viver numa ilha: “O rio aqui é tudo pra nós, é dele que vem nosso sustento, se encher tem peixe, se não encher ai a gente passa baixo, a vida aqui não é fácil, mas é boa de se viver” (Louro,2015).

Nesse sentido, Souza (2012) argumenta que “os territórios podem ser criados e se desfazer ciclicamente, ter duração efêmera e nem chegar a deixar marcas na paisagem” (p.97). No caso das ilhas fluviais no rio Uraricoera nos períodos representados pelas cheias, expressando assim uma territorialidade cíclica, conforme expõe o autor em sua obra.

Assim, o território é constituído pela comunidade que se apropria, no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, conforme teoriza Hasbaert (2011).

As cheias que ocorreram nas ilhas são lembradas como momentos desagradáveis e laboriosos para muitos moradores, principalmente para aqueles que têm plantações e criam animais em seus lotes. Perdem praticamente tudo. A fala do seu João<sup>41</sup> expressa um pouco do drama vivido por alguns moradores agricultores:

Ave Maria! Já saí várias vezes, tudo alagado. O colchão encharcado, a cobra tava debaixo do colchão. Aqui a gente já estragamos muita macaxeira, a gente queria dar e ninguém queria, já demos galinha. É triste, a gente ficava aperreado, via tudo que é da gente indo embora, era triste demais, você vê a plantação da gente tudo se estragando, você perdendo sem poder fazer nada. Eu dizia que nunca mais ia plantar, mas depois pensava: não posso mais do que Deus, quem tá mandando era Deus, tinha que me conformar, assim seja! Aí depois plantava novamente. É assim.... Planta, perde, planta perde, aproveitava só as galinhas, levava pra lá. A gente ia pra cidade, a

---

<sup>41</sup> O senhor João mora na ilha há mais de 30 anos com sua esposa Maria.

gente abandonava aqui, era um mês dois meses pra voltar... Na dificuldade eu falava, vou morar aqui mais não, mas depois passava a angustia, rum que nada, voltava de novo pra cá, eu gosto (João,2015).

A figura 19 mostra seu João no momento de descontração durante a entrevista.

Figura 19: Seu João no momento da entrevista.



Fotografia: Raiane dos Santos/2015.

A fala do seu João mostra que mesmo diante da dificuldade, perda de bens, ainda decidem voltar para a residência na ilha quando as águas baixam. Esse fato mostra o vínculo com o território, demonstrando que há sentimento de pertencimento, expressado na conduta do morador que não desiste do local.

Já outros moradores, tais como os pescadores que não possuem plantações e nem criam animais permanecem em seus lotes inundados. No entanto, reconhecem a dificuldade e o perigo que enfrentam ao decidir permanecer no local.

No momento das entrevistas foi possível verificar que alguns moradores das ilhas começaram a se preocupar em guardar recursos para a construção de barracos na Vila do Cem, vendo como medidas para saírem das cheias, comumente denominada por eles por alagação.

### 5.3 ILHA DO PIRANHA: UM CASO ESPECIAL DE FORMAS COEXISTENTES DE OCUPAÇÕES

A ilha do Piranha<sup>42</sup> é a que apresenta maior número de moradias e os mais diversos tipos de sujeitos, conforme foi representado no mapa 8. Entre as ilhas investigadas foi a única que teve iniciado o processo de regularização fundiária, que ocorreu no ano de 2012, segundo informações da SPU<sup>43</sup>. As demais ilhas do trecho foram reconhecidas pela instituição competente e caracterizadas. No entanto, o processo de regularização e concessão do Termo de Autorização de Uso<sup>44</sup> para os moradores não foi realizado por motivos administrativos da instituição.

Na ilha do Piranha, a ocupação ocorreu aos poucos, as terras foram ocupadas pela divisão em lotes com tamanhos variados, proporcional ao uso da terra expressado pela necessidade do morador, isto é, aqueles que têm roças, por exemplo, geralmente têm uma parcela de terra maior de terreno, mostrando assim que alguns ocupam maiores extensões, outros menores.

Os lotes são definidos por pequenas estacas de madeira com garrafas pets, indicando assim a delimitação dos pontos iniciais e finais dos lotes.

Atualmente, com o início do processo de regularização houve o geoparcélamento dos lotes, o que não tornou mais possível aumentar o tamanho dos lotes nem realizar a retirada da mata (Figura 20). Conforme normativas da SPU os lotes não podem ser cercados, no entanto, há casos onde a normativa é desrespeitada, pois foram encontrados alguns lotes cercados, cujos proprietários são turistas.

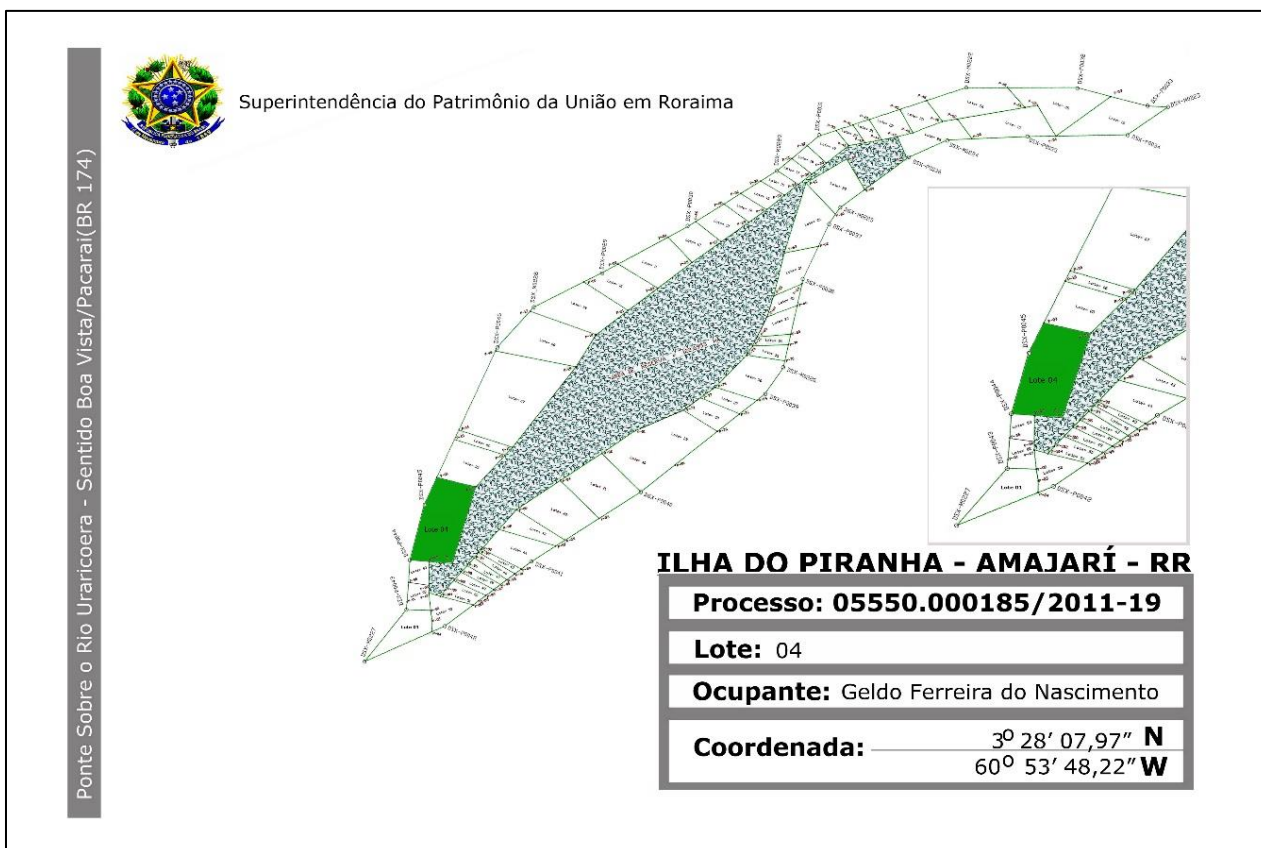
---

<sup>42</sup> Recebe este nome por localizar-se próximo ao igarapé do Piranha.

<sup>43</sup> No ano de 2013 foi realizado em parceria com a Universidade Federal de Roraima o reconhecimento e cadastro de moradores de todas as ilhas dos rios Uraricoera e Branco. No entanto, conforme informações da Superintendência a única ilha que se encontra de fato regularizada é a do Piranha, embora exista situações de regularização em aberto. As demais ilhas estão em processo para que ocorra a regularização.

<sup>44</sup> A TAUS – Termo de Autorização de Uso Sustentável é um instrumento administrativo emitido pela SPU que confere direitos de posse do imóvel para fins de moradia e uso tradicional dos recursos naturais às famílias ribeirinhas na localidade.

Figura 20: Geoparcelamento da ilha do Piranha – destaque para o lote do sr. Geldo



Fonte: Superintendência do Patrimônio da União - SPU/2015.

Foi na ilha do Piranha que encontramos os moradores mais antigos da localidade. Estes nos concederam diversas informações sobre as formas de ocupações, temporalidade de moradias e tipos de sujeitos envolvidos no processo de ocupação.

Na primeira viagem de campo foram contabilizadas 34 famílias<sup>45</sup>. Conforme informações da SPU, no ano em que foram realizados o levantamento e o cadastro de famílias para fins de regularização na ilha, existiam 52 lotes na ilha, todavia, com apenas 50 moradias. Essa diferença de quantidades pode ser explicada pelo fato de que alguns “moradores” abandonaram a localidade por não conseguirem comprovar tempo de moradia (que é um dos critérios da SPU para o cadastro) e também por não possuírem no momento benfeitorias no lote.

A ilha apresenta um caso enredado de regularização fundiária devido a complexidade dos casos de moradias existentes. A SPU utiliza dois instrumentos

<sup>45</sup> Esse quantitativo de famílias foi levantado nos procedimentos de levantamento de campo, com auxílio do GPS e também do mapeamento participativo, onde os próprios moradores indicavam os lotes e moradores presentes na ilha.

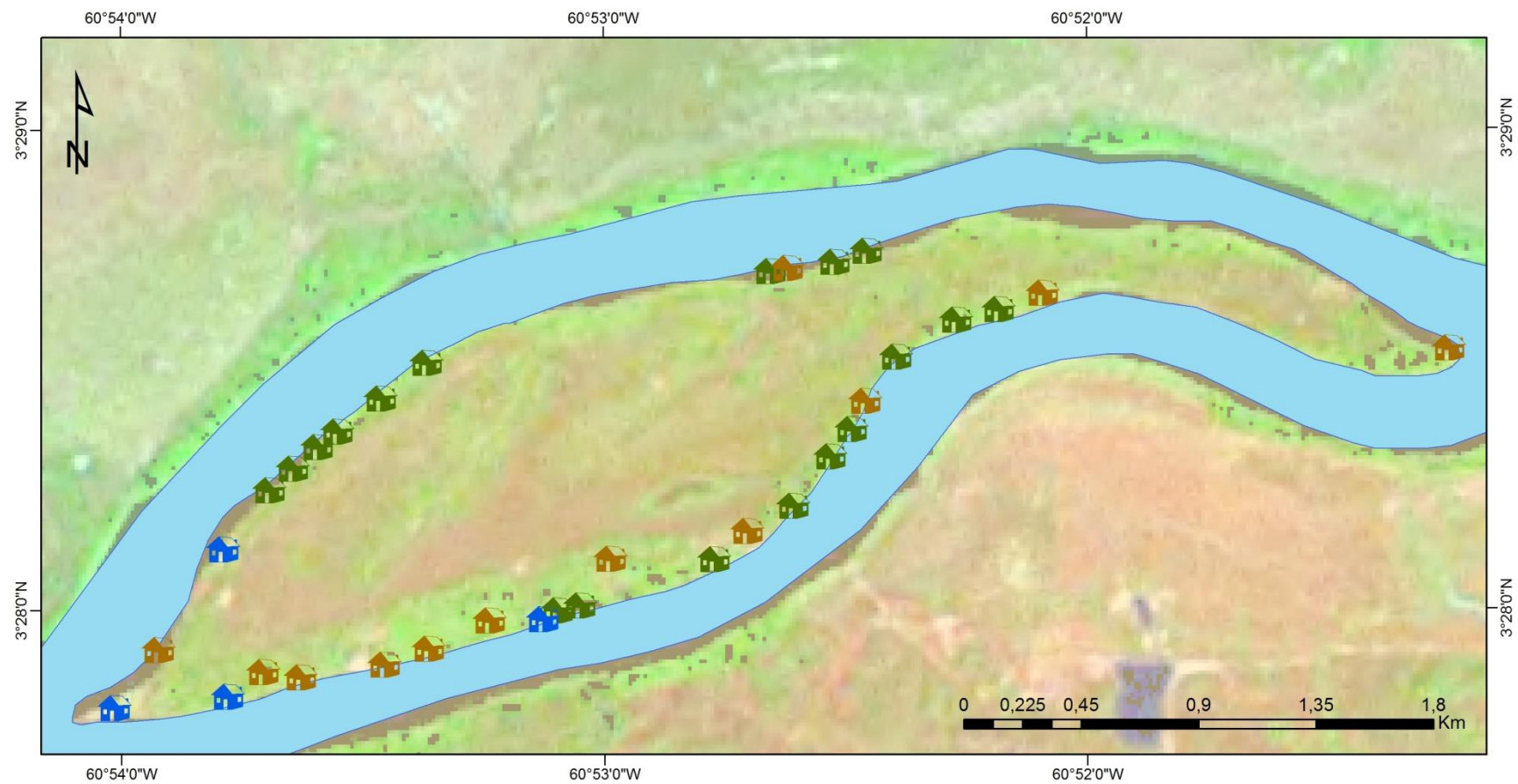
funditários para dar conta dos processos de regularização, a saber: a TAUS (Termo de Autorização de Uso Sustentável) e a CDRU<sup>46</sup> (Concessão de Direito Real de Uso). Conforme informações de funcionários da SPU, a emissão desta documentação é realizada pela instituição de forma gratuita para o morador, mas cabe deixar claro que o processo de emissão de CDRU para a ilha do Piranha ainda não foi realizado; encontra-se em trâmites administrativos para a operacionalização. Serão emitidos CDRUs para aqueles moradores que vivem no local de forma permanente, comprovando tempo de permanência, (a partir de 5 anos), mas não se enquadram nos parâmetros de comunidade tradicional conforme demanda a SPU. Nesse sentido, entram nos procedimentos aqueles moradores aposentados, funcionários públicos ou que comprovem mais de cinco salários mínimos de renda.

Diante disso, frisamos que a ilha apresenta múltiplos usos, pois, alguns a usam como território de reprodução, onde retiram da terra e; ou do rio o sustento da suas vidas; outros a usam para o lazer e circulação e outros a usam como moradia permanente, mas não se enquadram nos padrões de comunidade ribeirinha. O mapa 11 mostra detalhadamente os tipos de moradias na ilha do Piranha. Sendo assim possível notar a diversidade de sujeitos.





---

<sup>46</sup> A CDRU – Concessão de Direito Real de Uso, é um instrumento administrativo que concede direitos de uso do imóvel, no entanto calcula-se um valor a se pagar pelo uso do imóvel, que varia conforme o tamanho da área. Conforme a portaria de N° 89, de 15 de abril de 2010.

MAPA 11: Tipos de moradias na ilha do Piranha.



### Legenda

-  Morador permanente
-  Morador intermediário
-  Turista fixo
-  Rio



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues 2015.

No mapa visualizamos, que a quantidade de moradias no lado direito da ilha é maior, comparado ao lado esquerdo. Esse fato deve-se a melhor navegabilidade no rio, pois o lado esquerdo da ilha por apresentar muitas rochas dispostas no rio dificulta a locomoção, tornando a travessia perigosa.

É importante notar que são poucas as moradias, onde o indivíduo mora permanentemente, e que se caracteriza como ribeirinho, vivendo dos recursos provenientes da localidade. Conforme o mapa, há uma enorme quantidade de moradias na categoria de *turistas fixos* na ilha do Piranha, os quais foram chegando aos poucos, alguns comprando lotes de terceiros e constituindo ali o seu lugar de lazer<sup>47</sup>.

Anterior ao processo de regularização fundiária na ilha do Piranha, havia um mercado de terras, no qual era possível comprar e vender propriedades, apesar da falta de títulos legais.

É possível notar a coexistências de diversas formas de moradias na ilha. Os moradores se relacionam da melhor forma possível, convivendo com as diferenças das formas de habitar o lugar, característica de cada tipo de morador.

Existe hoje o interesse de conciliar a ocupação da ilha com a legislação vigente; – mas não somente da ilha do Piranha, mas de todas do trecho.

Com base nas informações dos moradores e de funcionários da SPU, somente 17 famílias receberam a TAUS, conferindo-lhes direito de uso. Seguindo um conjunto de procedimentos metodológicos próprios da instituição, apenas esses moradores foram contemplados com a respectivo documento, sendo a autorização para uso exclusivo do beneficiário e sua família, podendo ser cancelada em caso de transferência de posse por meio da venda. A figura 21 mostra dona Nidis, umas das moradoras mais antiga da ilha do Piranha que recebeu o Termo de Autorização de uso conferindo-lhe direitos de uso da terra.

---

<sup>47</sup> Não foi possível identificar os antigos proprietários de alguns lotes visitados.

Figura 21: Dona Nidis segurando a TAUS.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

A SPU utiliza em seus processos de reconhecimento e regularização o termo “comunidades tradicionais” referindo-se a agricultores e pescadores que vivem na localidade.

Na ilha existem muitos moradores que ainda não receberam o documento TAUS, esse fato gera conflitos, pois alguns afirmam que vários moradores que não têm afinidade com o território, ou seja, “os que não são daqui” receberam o documento e outros que vivem no local “os daqui” não receberam. Isso mostra a complexidade da situação de regularização na ilha, que deve ser analisada e revista com maior critério de forma que contemple as famílias que vivem de forma permanente na ilha enquadrando-se nos padrões de “comunidade tradicional”.

Em campo obtivemos algumas informações desconhecidas com as informações da SPU, no que diz respeito a moradores, tempo de permanência e atividades desenvolvidas por eles. Isso evidencia controvérsias e conflitos quanto ao processo de regularização fundiária na ilha.

Foi possível perceber que alguns moradores das ilhas analisadas detêm um conhecimento local, desenvolvem sua vida, imprimindo nesse local seu modo de viver, suas crenças e cultura.

Os dados sistematizados deste capítulo mostram de forma clara que as ilhas como substrato referencial é um elemento de grande importância na representação



social dos seus moradores, em especial daqueles moradores permanentes, pois pelo acesso à terra é que ocorrem as transformações no espaço geográfico e mediante a ação do indivíduo é que esse espaço será produzido e socialmente articulado por relações de poder.

As ideias de território fechado só surgem com as restrições impostas pelos processos de regularização fundiária acionados pelos agentes políticos, a saber, pela SPU e Ministério da Pesca.

#### 5.4 A TERRITORIALIDADE DA PESCA NO RIO URARICOERA

***“Pra mim mesmo o pescador é aquele que vive na beira do rio e toma mordida de carapanã de dia e de noite, não é aquele que fica na cidade não, os que passam o final de semana e depois voltam” (Juvan,2015).***

Neste tópico atentamos para a questão de que o modo como os moradores das ilhas vivem, desenvolvendo atividades de trabalho com os recursos são fomentadores de diversas territorialidades,

Do rio é retirado o sustento para muitos dos que vivem nas ilhas analisadas. Procuramos a partir de agora analisar o trabalho e a relação deste no processo de territorialização dos pescadores na localidade. O primeiro passo é descrever como acontece a pesca no rio Uraricoera.

Na localidade foram encontrados oito pescadores<sup>48</sup>. Esse número foi contabilizado levando em consideração a experiência com a pesca e a dependência desse recurso para a subsistência. É da atividade pesqueira que retiram seu sustento. Onde o produto da pesca bem como as atividades dos pesqueiros são bens comercializáveis.

A pesquisa de campo foi fundamental para a marcação dos pontos em GPS para posterior representação em mapas que permitem mostrar como se dá a dinâmica de pesca no rio Uraricoera apreendendo territorialidades dos moradores

---

<sup>48</sup> Nas ilhas encontramos diversos sujeitos que realizam a pesca. No entanto conforme foi dito, contabilizamos apenas 8 pescadores que sobrevivem dessa atividade. São considerados pescadores profissionais e desenvolvem essa atividade há muito tempo.

das ilhas que são pescadores profissionais e dependem exclusivamente dessa atividade.

A questão da territorialidade é central aqui, porque o modo de vida e o território são articulados. Ela conforma e é conformada pela ação de indivíduos e grupos no espaço a partir do uso dos recursos naturais. Para compreendê-la, é central perceber como estes indivíduos e grupos se organizam no espaço e como eles dão significado ao lugar conforme foi visto no Capítulo 1 desta dissertação.

A relação cotidiana dos pescadores no espaço em que vivem definem espaços de atuação, territorializando-se e mantendo uma relação de posse, a despeito da situação jurídica legal da terra.

Para um melhor entendimento da forma de representação da territorialidade dos pescadores no rio, utilizamos a técnica de Begossi (2006), denominada de marcação de pesqueiros, que consiste na identificação e contato com um pescador experiente, no caso o Louro (Lázaro Duarte) conhecedor dos principais territórios de pesca, que nos indicou os principais pontos de pesca no rio (figura 22). Além disso, no momento das entrevistas foi possível fazer a representação cartográfica<sup>49</sup> pelos pescadores de seus territórios como demonstra a figura 23.

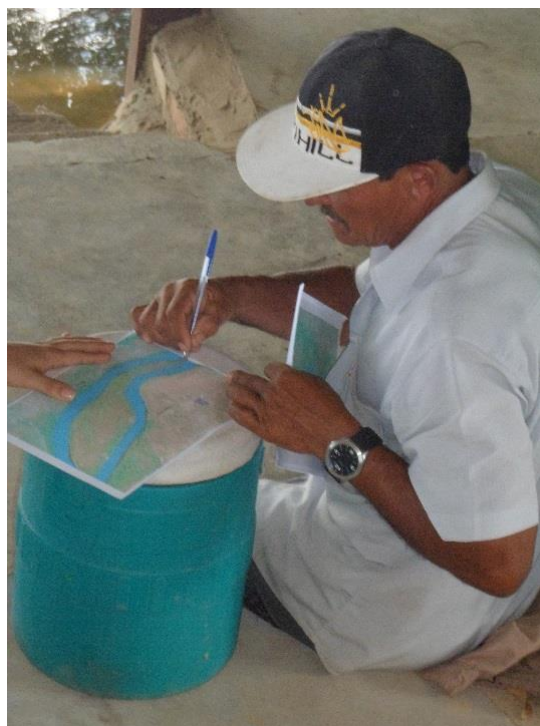
Figura 22: O pescador Louro indicando nos mapas e no rio os territórios de pesca.



Fotografia: Raiane dos Santos/2015.

<sup>49</sup> É importante deixar claro que nem todos os pesqueiros da localidade foram representados em mapas, somente aqueles que pertencem aos pescadores que foram entrevistados no trabalho de campo.

Figura 23: Indicação de pesqueiros por pescadores da ilha do Piranha.



Fotografia: Raiane dos Santos/2015.

As escolhas dos locais de pesca são definidas baseada na experiência pessoal e conhecimento de cada pescador, e na disponibilidade de recursos (embarcações, gelo, gasolina, óleo) e apetrechos que são comumente conhecidos como “tralhas”.

Não foi observada a inserção de equipamentos muito modernos na pesca como o sonar e o GPS, porém, nota-se um aumento na quantidade de barcos de metal com motor de popa.

A locomoção no rio pelos pescadores é fundamental para a realização dos trabalhos de pesca. A aquisição das embarcações no rio Uraricoera depende do poder aquisitivo dos pescadores, pois quanto maior a embarcação, maiores serão os gastos durante as viagens para a pesca. No entanto, maior será a capacidade de armazenar e conservar o pescado a ser comercializado posteriormente.

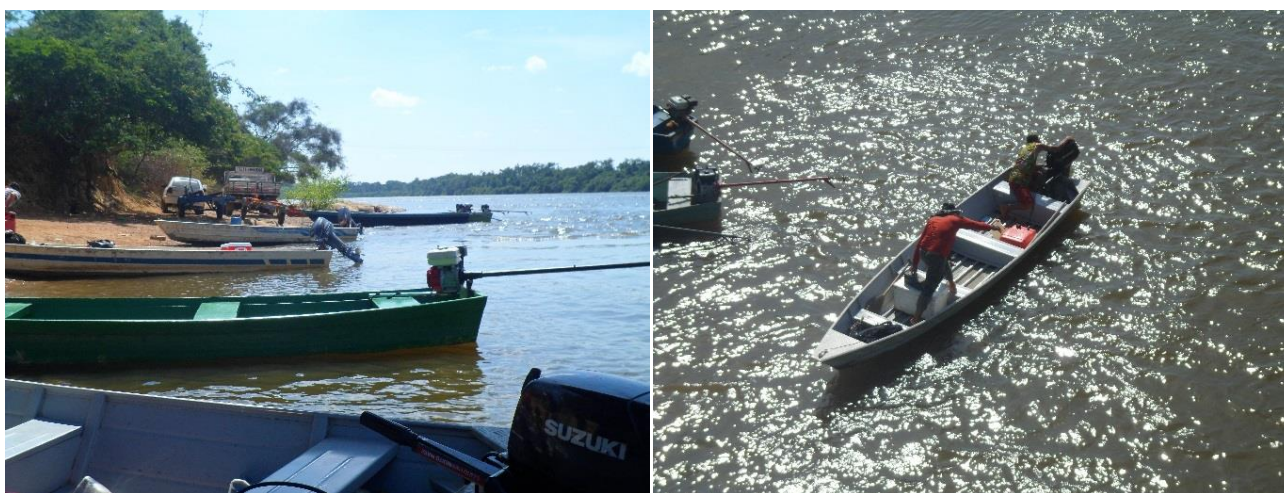
Durante a pesquisa de campo, encontramos vários barcos de alumínio com motor de popa modernos, com capacidade de carga maior que as embarcações de

rabeta, por exemplo. As embarcações com motor de rabeta têm capacidade para transportar até 8 pessoas, mas com pouca velocidade se comparada com as embarcações com motor de popa. São utilizados para transporte rápido de pessoas (frete) pelos atravessadores e também para a locomoção dos moradores das ilhas, possuem pouca capacidade de carga e por consumir muito combustível, no caso a gasolina, são pouco utilizadas na atividade pesqueira.

Também encontramos casos de uso de embarcações conhecidas como “casco”, que consiste numa embarcação feita de madeira, que não tem motor para o seu funcionamento. A locomoção é realizada por meio de remos. Os pescadores da localidade não se utilizam desse tipo de embarcação, haja vista que as águas do rio Uraricoera são muito movimentadas (forte correnteza), o que exige um esforço muito grande para a locomoção. Esse tipo de embarcação é raro no rio e serve principalmente para transporte (travessia) dos ilheiros que já conhecem bem o rio.

A figura 24 mostra algumas embarcações com os respectivos motores de rabeta e popa.

Figura 24: Embarcações e motores.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Outro fator que constrói a territorialidade no rio pode ser caracterizado pelo uso de técnicas de pesca. Silva (2006), em seu trabalho *Territorialidade e modos de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA*, explica que, a extensão do apetrecho, isto é, do equipamento utilizado na captura do pescado requer sempre

um espaço delimitado de atuação. Diante disso, o tamanho da rede, extensão da linha do espinhel ou ponta a de linha<sup>50</sup>, por exemplo, permitirá que o pescador tenha seu território delimitado.

A pesca no rio Uraricoera é realizada com equipamentos dos próprios moradores, apetrechos confeccionados por eles, que se utilizam da linha de náilon e anzóis comprados na Vila do Cem ou em Boa Vista.

Os materiais mais elaborados como as redes e malhadeiras são comprados em Boa Vista. Sendo assim, cada pescador trabalha para adquirir um bom apetrecho de pesca. A figura 25 mostra alguns apetrechos.

Figura 25: apetrechos (redes, ponta de linha e malhadeira) conhecidos como “tralhas”.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

<sup>50</sup> Técnicas que serão abordadas adiante.

Ter um bom material de pesca como redes, malhadeiras e outros é motivo de orgulho entre os pescadores e pode definir o sucesso de uma pescaria.

As técnicas utilizadas na pesca entre os pescadores das ilhas: *linha de mão, ponta de linha, espinhel, rede de seda e malhadeira*. Cada apetrecho obtém tipos específicos de espécies de peixes.

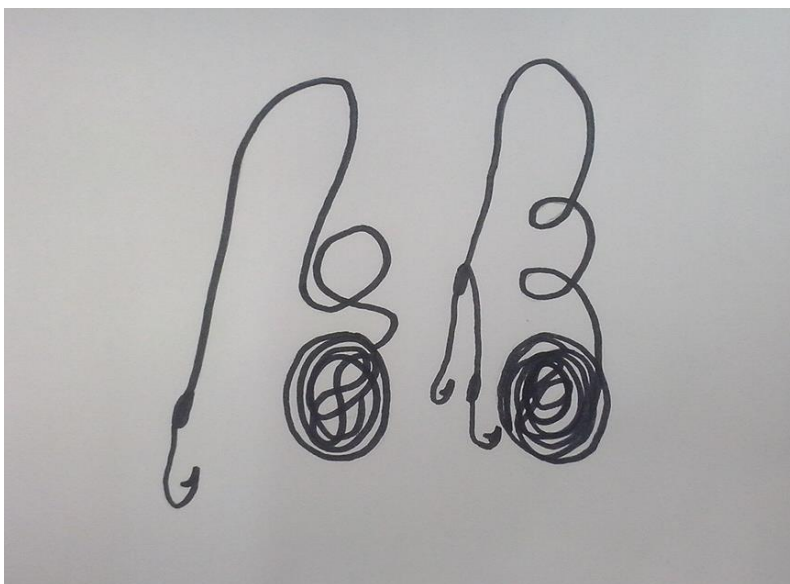
Silva (2006), afirma que as técnicas de pesca são constituidoras de territorialidades, estas que podem ser fixas ou móveis. Dito isto vemos adiante cada técnica de pesca e seu respectivo uso pelos pescadores no rio Uraricoera.

#### **5.4.1 Linha de mão**

A linha de mão é um apetrecho elaborado pelo próprio pescador. Os peixes capturados com essa técnica são pequenos, geralmente os localmente conhecidos como Pacú manteiga, mandíi, piabinha etc.

Silva, (2006) escreve que territorialidade circunscrita à linha de mão, não representa grande interferência na questão da territorialidade, pois a sua utilização está circunscrita a um pequeno ponto de atuação proporcional ao tamanho da linha do pescador, sendo que esta torna-se insignificante diante do tamanho do rio. E essa foi a realidade encontrada na localidade. A linha de mão consiste em uma linha de náilon com um anzol na ponta (Figura 26). Esse tipo de pesca é realizado geralmente nos portos das residências nas ilhas e também nos pesqueiros, ou em outra localidade onde haja disponibilidade de recursos.

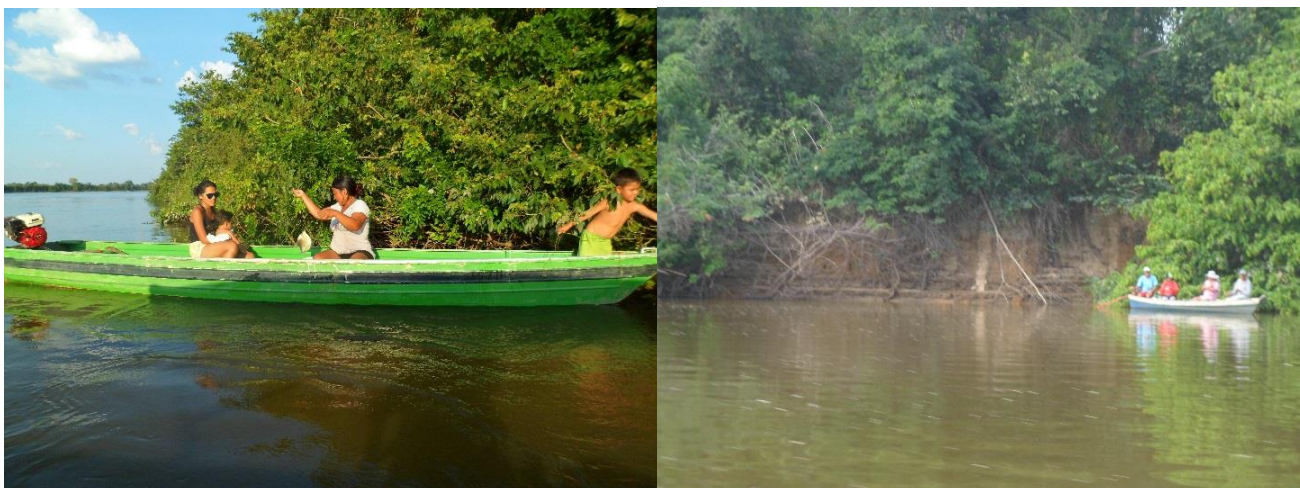
Figura 26: Linha de mão.



Desenho: Vivian Rodrigues/2015, baseado em Silva,2006.

A captura do peixe com esse tipo de pesca depende da experiência do pescador, a panema<sup>51</sup>, e o tempo investido na pesca. A figura 27 mostra a pesca com esse tipo de técnica.

Figura 27: Pescaria com a técnica linha de mão.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

---

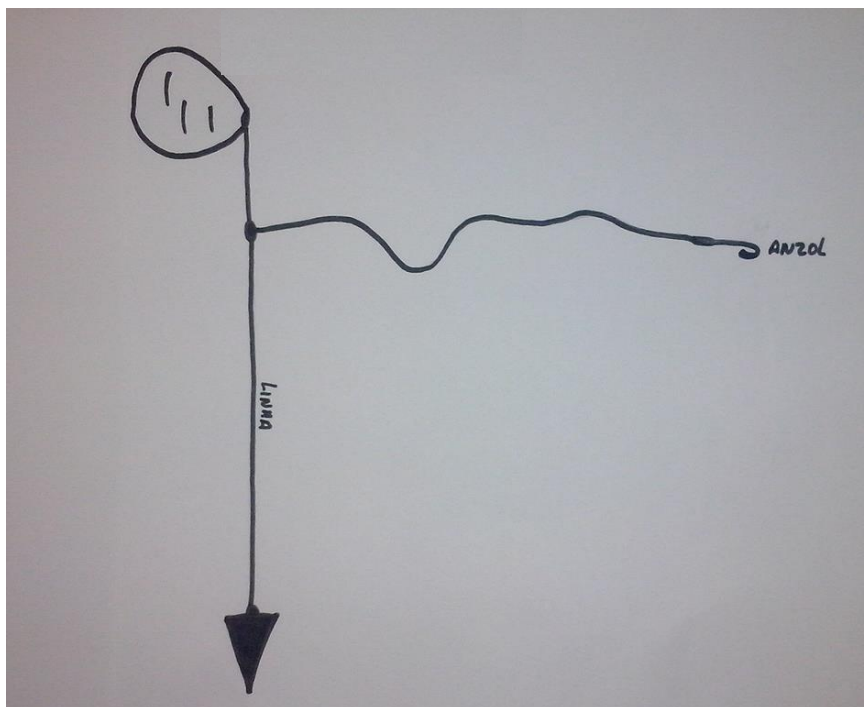
<sup>51</sup> Panema segundo relatos de pescadores é a sorte de quem pesca. Há estudos diversos no campo da antropologia sobre panema, mas não me aprofundo nesta dissertação. (Cf. Almeida, 2013; Da Matta, 1977; Galvão,1976).

### 5.4.2 Ponta de linha

A ponta de linha é uma técnica muito utilizada no rio, durante a pesquisa de campo foi possível observar vários indicadores (garrafas) dessa técnica. Consiste em uma linha de náilon com anzol presa a uma boia (que pode ser uma garrafa de plástico) e uma pedra que são lançados no rio. A linha com o anzol que pode ser de 300 a 400 de espessura abrange cerca de 50 metros e se movimenta na velocidade da água.

Essa técnica é utilizada na captura de peixes maiores conhecidos localmente como filhote, pirarara, jaú entre outros. A figura 28 mostra o desenho da ponta de linha. A territorialidade dessa técnica é fixa no momento da pesca, pois a boia indica o local, no entanto, após a captura do peixe o local poderá ser utilizado por outro pescador. Esse fato não gera conflitos territoriais no rio.

Figura 28: Desenho da ponta de linha no rio.



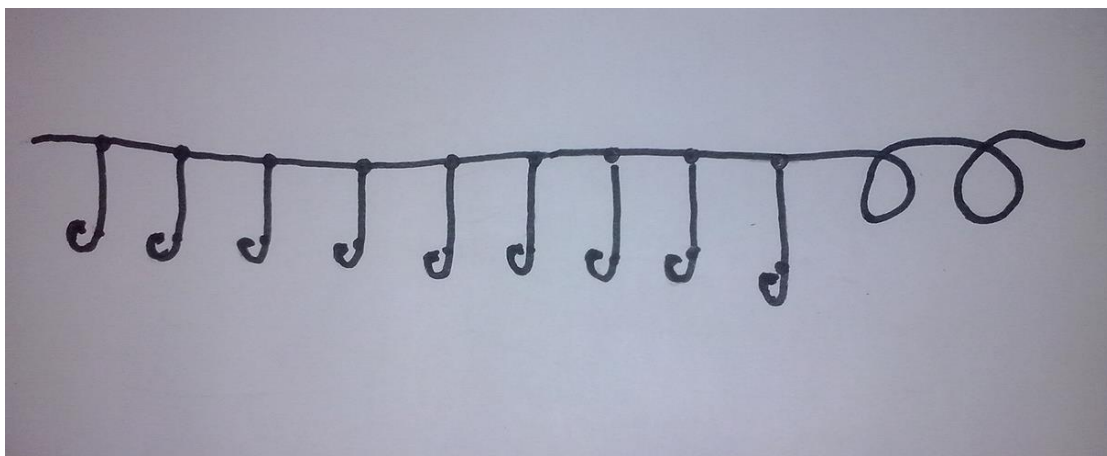
Desenho: Vivian Rodrigues/2015.



### 5.4.2 Espinhel

O espinhel é uma técnica confeccionada pelos próprios pescadores, e a sua territorialidade depende do tamanho do apetrecho. A técnica é caracterizada por uma linha horizontal com vários anzóis com iscas que podem ser pequenos peixes ou frutas, e pode ser colocado onde o pescador desejar. Com linhas de 20 a 30 metros de comprimento, onde ficam presas, em intervalos, linhas com anzóis nas pontas. É preso em uma vara de madeira que balança no rio indicando se existem peixes capturados. Geralmente as pontas nas extremidades do espinhel são amarrados em pedras formando assim tipo um “bloqueio” no rio. A confecção desse apetrecho representa um custo alto, pois requer vários anzóis. Essa técnica no rio é utilizada com frequência mediana (figura 29).

Figura 29: Tipo de espinhel.



Desenho: Vivian Rodrigues/2015.

### 5.4.4 Rede de seda (de espera) e Malhadeira

Esses apetrechos são feitos com linha de náilon com territorialidade mais ou menos fixa, pois existe uma técnica de descaída, onde a rede é solta no meio do rio e vem descendo capturando peixes.

A rede de seda é similar à rede comum e malhadeira, a diferença está no tamanho da abertura. Segundo informações dos pescadores só é utilizada a noite e em águas profundas, pois é um apetrecho muito visível para os peixes, ou seja, na região da Pedra Grande.

Os pescadores utilizam as redes para a captura de diversas espécies de peixes. Para cada tipo de malha existe uma qualidade de peixe, conforme explicam os pescadores. Capturam peixes localmente conhecidos como tambaqui, pirapitinga, aracu, traíra, acari, jacundá, matupiri, mamuri filhote, jaú, jandiá pirarucu, capari taparari entre outros no período onde as águas começam a baixar.

As redes e malhadores são formados por uma malha aberta no meio que deixam a água passar, mas capturam o peixe de acordo com o tamanho da sua abertura. De acordo com os pescadores podem ter aberturas medindo 40 (mm); 50 (mm); 60 (mm); 70 (mm) e 80 (mm) de espessura cujo desenho deve formar um losango. (Figura 30)

A diferença entre a rede de espera e da malhadeira está no tamanho; a rede de espera é maior que a malhadeira. Geralmente a primeira é destinada à pesca de peixes de maior porte, durante o período de safra.

Figura 30: Tipo de malhadeira.



Desenho: Vivian Rodrigues/2015.

Alguns desses apetrechos são confeccionados pelos próprios pescadores, saber confeccionar (talhar) um malhador, por exemplo, é motivo de orgulho entre os pescadores.

A territorialidade estabelecida pelas redes varia conforme o trecho do rio ou igarapé e o tamanho da rede colocada. Vários pescadores possuem redes de náilon conforme apontou a pesquisa. Redes grandes e de qualidade, isto é, que não

estejam “espichadas”, ou seja, quando o desenho de abertura não forma um losango, são decisivas, no que se refere a uma boa pescaria.

#### 5.4.5 Pesqueiros

A questão dos pesqueiros no rio Uraricoera é relevante. Os pesqueiros são localidades definidas por cada pescador, onde duas vezes ao dia, cada “dono” o mantém, “alimentando-o” com milho cozido. Dessa forma, o pescador desenvolve um tipo de “cuidado” com aquela localidade e entende que assim acaba “acostumando” os peixes a estarem no local a procura de alimentos. São eles os maiores representantes das territorialidades no rio, e conforme observado não gera conflitos entre os pescadores da localidade, escutamos, entretanto, relatos de conflitos com pescadores de outras localidades “os de fora”. Um dos pescadores contou que houve casos em que pessoas da cidade ao pescarem a primeira vez no local, retornam em outra oportunidade e já se dirigiram direto para o pesqueiro que outrora tinha alugado, mas dessa vez sem contrato algum conforme o relato:

Não tenho nem conta, com esse tipo de problema é direto, o pessoal da cidade, tem uns que te alugam uns dias e vai lá e pesca, ele pensa que aquele peixe mora lá. Ai doutra vez ele vem com a canoa lotada de marcha e vai pra lá, ele acha que aquele peixe mora lá, que ninguém botou comida, eu digo você tá mentindo! Ele lhe paga a primeira vez, já aconteceu muito isso comigo (Louro, 2015).

A fala de Bené, outro pescador, também esclarece a situação à respeito da relação entre as pessoas do lugar e seus pesqueiros:

“O pessoal daqui não mexe com o pesqueiro de ninguém não, ninguém invade os dos outros. O pessoal tem um certo respeito” (Bené<sup>52</sup>, 2015).

Diante disso, é possível observar que os pescadores da localidade reconhecem mutuamente a territorialidade uns dos outros e que o problema de invasão de territórios acontece apenas com “os de fora”, ou seja, os visitantes (turistas).

---

<sup>52</sup> O senhor Benedito, conhecido como Bené atua na pesca na localidade há mais de 20 anos, no entanto possui residência fixa na ilha do Piranha há 8 anos. Decidiu morar na ilha porque diz que a localidade repassa tranquilidade: “aqui é tão bom que a gente passa pelo tempo”.

Durante a entrevista Louro foi indagado sobre a existência de lugares específicos no rio para a pesca e sobre o direito sobre determinado lugar. Ao que responde:

Tem sim, tem a Pedra Grande que é de onde a gente tira o sustento, se não podermos pescar lá acabou pra nós pescadores, também pescamos peixe pequeno nos igarapés. Além de uns cantos por aqui nas ilhas, também tem as águas profundas lá pra cima... eu não tenho problema com nenhum pescador aqui não, posso estar pescando e vir outro e colocar a rede do lado... aqui todo mundo é de bem, mas tem uns de fora que são chato, pensam que são dono e não são coisa nenhuma (Louro,2015).

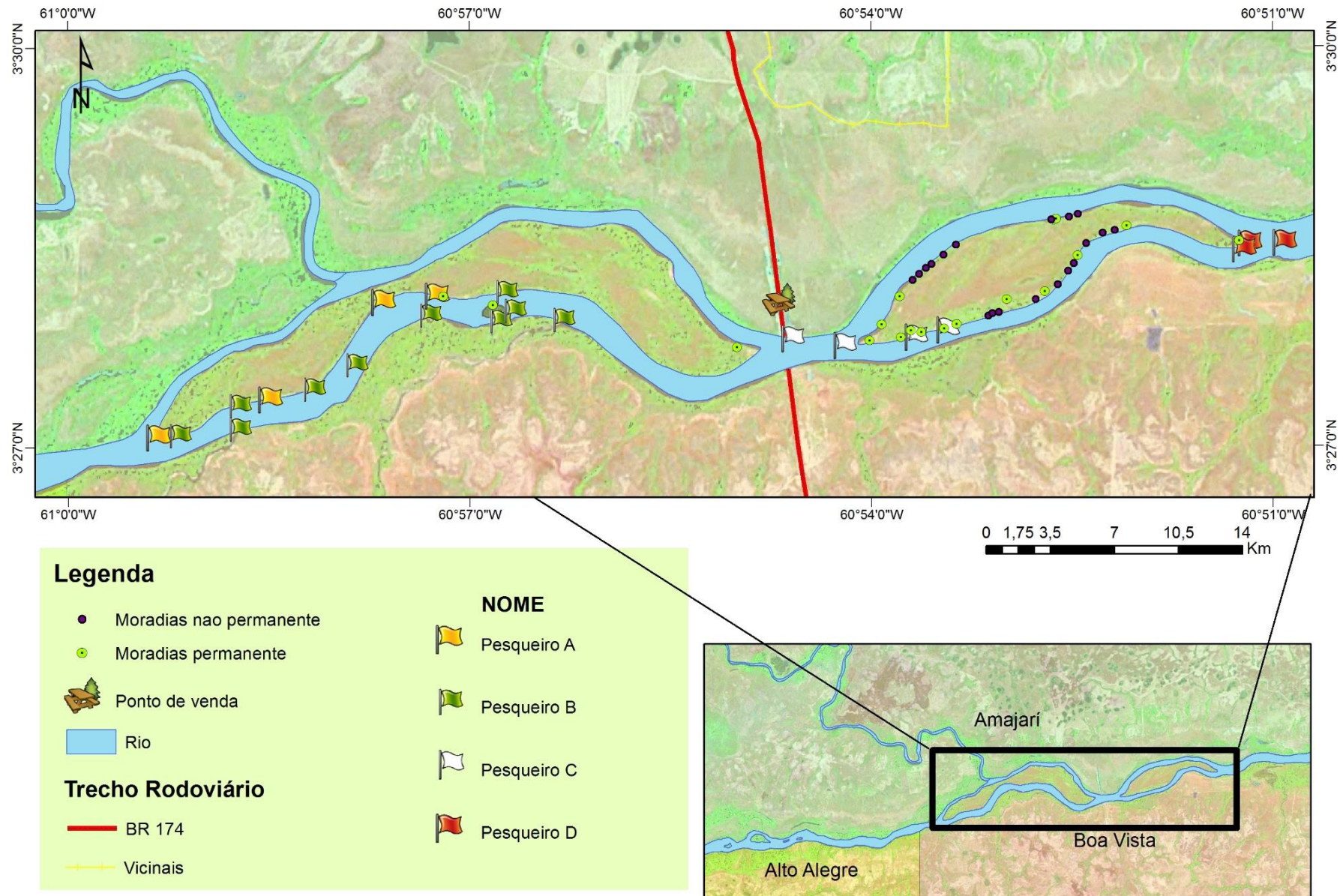
Os pescadores que detém esses territórios (pesqueiros) desenvolvem com este espaço uma relação de domínio, expressa pela noção de “dono legitimando a possibilidade de exclusão de outros usuários<sup>53</sup>.

Os pesqueiros podem ser mais produtivos que outros dependendo a distribuição dos recursos e questões naturais (Mapa 12).

---

<sup>53</sup> Para maior aprofundamento sobre a questão de territorialidades articuladas à regras de uso e apropriação e lógicas de direitos locais, Cf. Araújo, 2014.

MAPA 12: Localização de pesqueiros no rio Uraricoera.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.

Os pesqueiros demonstrados no mapa 12 seguem um conjunto de regras criadas por cada pescador que estabelece uma noção de domínio. Nesta está implícita a questão de poder, expressa pelo direito de excluir outros do uso.

É possível observar que os pesqueiros estão próximos às residências de cada pescador, facilitando a “alimentação” dos peixes e o controle de uso dos pontos. Estão concentrados entre as três ilhas Amajari, Louro e Piranha.

A quantidade de pesqueiros não é muito expressiva em razão da manutenção, ou seja, não é muito fácil manter um pesqueiro, devido à disponibilidade de recursos e logística. A figura 31 mostra o cozimento do milho em algumas casas nas ilhas, frequentemente observado.

Figura 31: Cozimento de milho para a manutenção de pesqueiros.



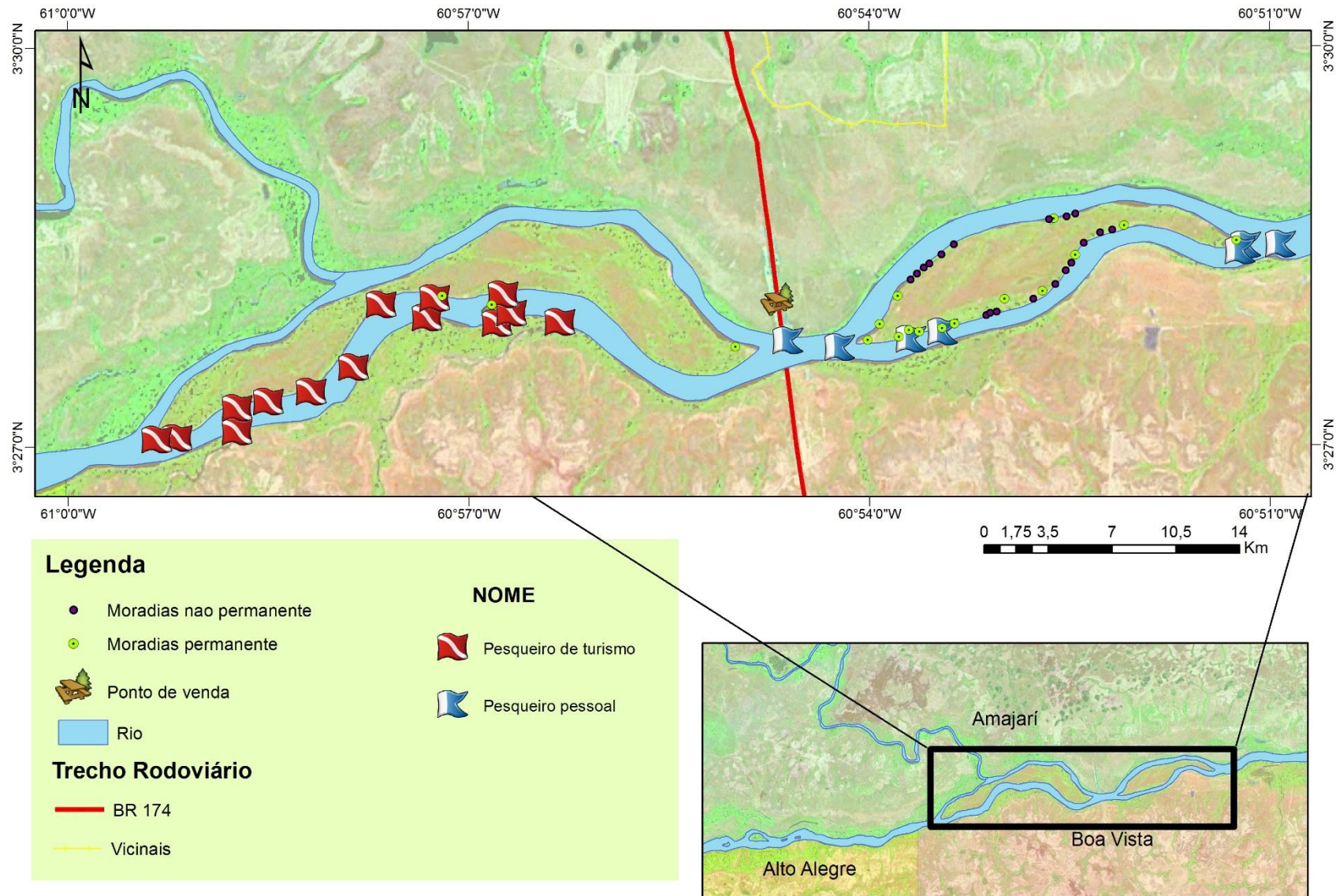
Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Somente alguns dos pesqueiros representados no mapa 12 são utilizados para o turismo, no período seco, alguns donos de pesqueiros alugam esses locais para turistas. No preço cobrado está incluso o uso de um barco com gasolina e a indicação do local da pesca. Os turistas usam o barco para chegar ao pesqueiro e nele permanecem, pescando. Este é um empreendimento que sustenta algumas famílias que moram nas ilhas. É importante também deixar claro que os pesqueiros

só têm existência no verão, mas todo ano estão localizados praticamente no mesmo lugar.

O mapa 13 mostra os pesqueiros utilizados como empreendimento para o turismo e os que são utilizados apenas para a pesca pessoal do pescador.

MAPA 13: Localização de pesqueiros de turismo e pessoal no rio Uraricoera.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues/2015.



A pesquisa no campo mostrou que o empreendimento com os pescadores de turismo ainda é incipiente. A comunidade argumenta que o potencial turístico na localidade é muito grande e precisa ser aprimorado, merecendo investimentos para a produção turística, não apenas em pescadores, mas em todas as áreas que envolvem o lazer.

É interessante ressaltar que nesse tipo de pescaria os moradores das ilhas se utilizam desses pescadores para a prática da pesca comercial e do turismo igualmente, porém para o turismo isso ganha mais relevância, pois as pessoas saem do cotidiano urbano em busca de lazer (Figura 32).

A atividade pesqueira é vista atualmente como grande potencial deste ambiente e enfrenta desafios, mas seria uma grande oportunidade para revelar o setor turístico local. Pensar nas implicações do turismo para a população local, sob o viés do turismo comunitário, é certamente um tema de pesquisa muito interessante, caminho que pode ser trilhado em outro momento.

Figura 32: Turistas no porto em busca de lazer nas ilhas.



Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

Os pesqueiros, portanto, são territórios de onde os pescadores retiram o recurso (peixe) tanto para a alimentação como para o seu sustento baseado na venda de seus produtos. Segundo informações, pode ser retirado de um pesqueiro produtivo cerca de 15 a 20 quilos diários de pescados.

A figura 33 mostra turistas realizando pesca com a técnica mão de linha em alguns dos pesqueiros próximo a ilha Amajari e Piranha.

Figura 33: Pesca em pesqueiros no rio Uraricoera.



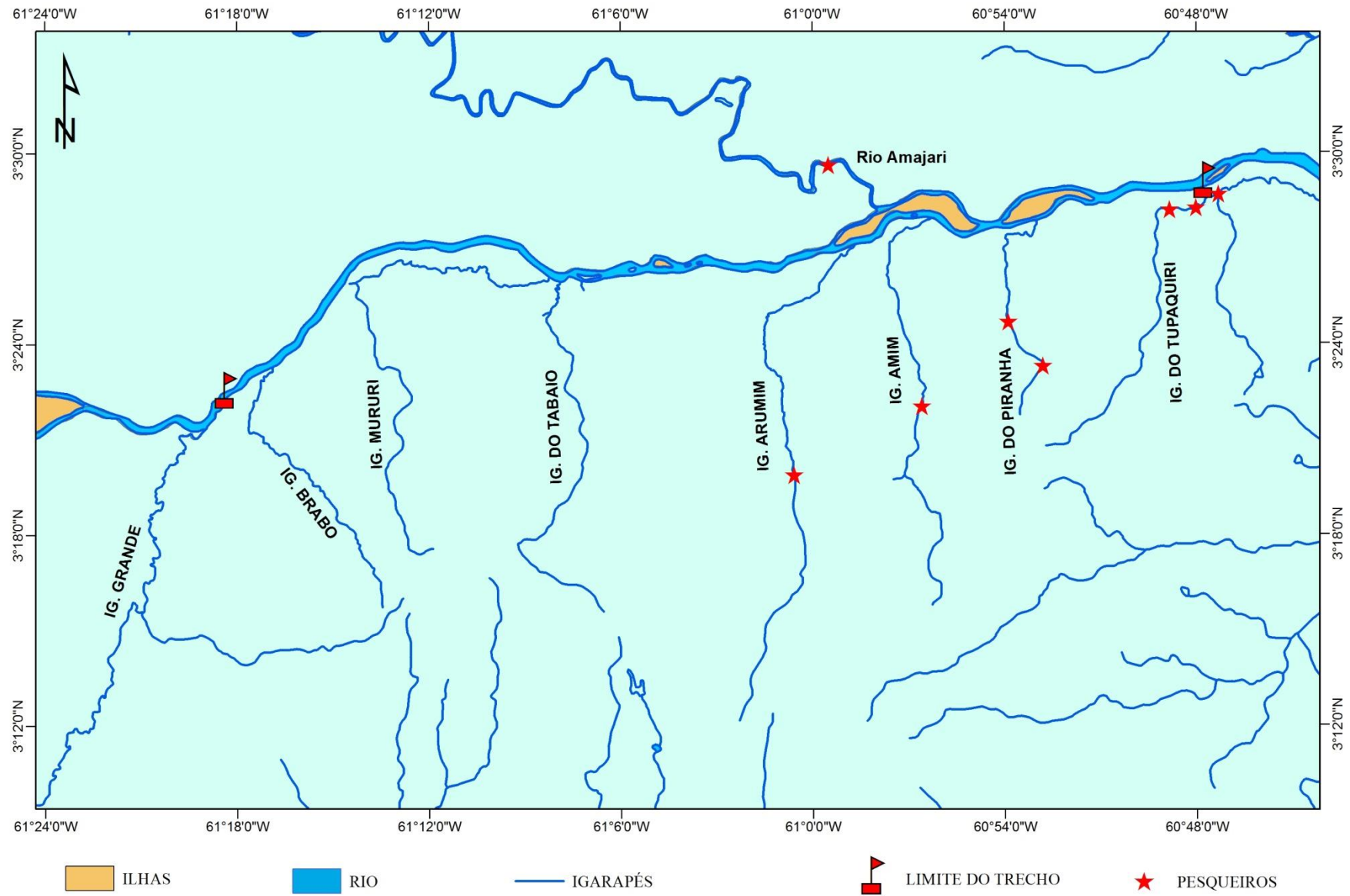
Fotografia: Vivian Rodrigues/2015.

A pesca realizada em igarapés, furos<sup>54</sup> e em um dos afluentes do rio Uraricoera, o rio Amajari é praticada o ano todo. Nestes lugares os os pescadores realizam pescas com o espinhel e malhadores pequenos e médios. Existe também pesqueiros em lugares estratégicos nesses igarapés, a denominação destes foi realizada com a ajuda dos pescadores, que mostraram um conhecimento local aprimorado.

O mapa 14 mostra os igarapés utilizados pelos pescadores das ilhas com seus respectivos nomes e também alguns pesqueiros.

---

<sup>54</sup> Furo é o nome dado a um espaço navegável que corre entre a vegetação e serve de comunicação entre dois rios ou igarapés, encurtando o tempo de navegação.



Fonte: Dados compilados do Instituto de Geografia e Estatística - IBGE/2010 e dados de campo/2015. Elaborado por: Vivian Rodrigues2015.

É importante citar que a base cartográfica a qual usamos para elaboração deste mapa não mostra os cursos d'água no lado esquerdo do rio, fato que foi contestado pelos pescadores. Um deles tentou desenhar esses cursos d'água indicando pontos naturais de localização. No mapa aparecem apenas 8 igarapés, sendo que 3 deles estão localizados no lado esquerdo do rio e não aparecem na base cartográfica. São eles: igarapé Aricamã, Araia e Jaraqui, totalizando 11 igarapés utilizados pelos pescadores das ilhas.

Os peixes capturados nestes cursos d'água são na maioria das vezes espécies pequenas que não atingem pesos que ultrapassem 2 Kg. Este tipo de pesca é realizada com a utilização de apetrechos com pouca capacidade de captura como por exemplo, a linha de mão e redes pequenas e médias.

Silva (2006), em uma análise da ideia de Begossi (2006), propõe o entendimento de que *áreas de pesca* são os espaços aquáticos usados na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade, já *pontos de pesca* são os locais específicos, onde é realizada a pescaria e *pesqueiros*, são os pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflitos, sendo então territórios ocupados por determinados pescadores que reconhecem naquele espaço delimitado uma apropriação.

Begossi (2006) verifica a importância da territorialidade em seu trabalho, enfatizando que estudos sobre a atividade pesqueira raramente levam em consideração as regras e/ou normas estabelecidas pelos pescadores no que se refere à organização do espaço.

Os elementos aqui representados devem ser considerados importantes, pois a análise da pesca no rio Uraricoera demonstra que os recursos pesqueiros estão territorialmente localizados, conforme visto nos mapas 12, 13 e 14. Assim, valorizando a percepção que os pescadores têm de seus territórios, onde puderam cartografar seus pesqueiros e indicar suas territorialidades, podemos afirmar que as territorialidades da pesca existentes no rio Uraricoera são expressões do modo de produzir e viver de cada pescador, revelando assim, que o território modificado por grupos culturais diferenciados gera territorialidades diferenciadas.

Assim, à guisa de conclusão deste capítulo frisamos que o território é uma parcela do espaço utilizado pela comunidade. Essa comunidade cria dessa forma

identidades culturais, que podem adquirir dinâmicas econômicas próprias, onde surgem relações de poder e conflitos que visam construir formas de dominação e controle deste espaço, como foi possível observar através da dinâmica de usos dos recursos naturais, fluxos de bens comercializáveis no rio, nos pontos de pesca e nos usos específicos das ilhas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou a apreensão de diversas informações até então inexistentes a respeito do território no rio Uraricoera. Fato que torna esta dissertação fruto de um estudo pioneiro, que poderá ser visto como subsídio para a fomentação de novas pesquisas na localidade aprofundando questões levantadas e/ou complementando informações territoriais.

No capítulo inicial da dissertação a discussão teórica de conceitos como território, territorialidades e comunidades tradicionais nortearam o entendimento da configuração territorial no rio Uraricoera onde admite o uso e ocupação do território, uso e manejo dos recursos e ainda a apropriação do território por diferentes sujeitos baseado em interesses diversos.

Portanto, nessa pesquisa o conceito de território foi utilizado em uma perspectiva de multiplicidade (física, econômica, cultural, política e social), assim os agentes entram na disputa na apropriação do direito de uso e na forma de conceber o território em que vivem e é nesse processo de produção do espaço enquanto ação humana que se dá a materialização das relações sociais e espaciais que por sua vez configuram práticas espaciais distintas relacionadas às territorialidades de diferentes sujeitos conforme observado nas ilhas do rio Uraricoera. Assim, o trabalho do indivíduo, no caso os agricultores e pescadores da localidade media a relação sociedade e natureza que é uma relação material, no entanto, sem deixar de envolver logicamente a esfera simbólico-cultural, onde o indivíduo desenvolve laços de afetividade com o território trabalhado por ele.

No segundo capítulo a revisão bibliográfica sobre a produção do território amazônico centrado na constituição da fronteira agrícola, contribuiu para o esclarecimento do contexto em que a pesquisa esta inserida, ou seja, no contexto amazônico, onde territórios são habitados e/ ou disputados por diversos agentes ligados aos meios sociais, políticos e econômicos. A análise verificou quais os processos que influenciaram e ainda influenciam a atual configuração dos territórios amazônicos, inclusive aqueles que são habitados por comunidades que vivem e exploram os recursos naturais do meio ambiente. E também esclareceu a questão legal das ilhas do rio Uraricoera, que são federais por estarem localizadas em faixa de fronteira.

No terceiro capítulo foi possível levantar informações geográficas a fim de compor o cenário de estudo, mostrando quais aspectos fisiográficos da paisagem participam da produção do território aqui estudado, pois a ciência geográfica sempre teve como pauta a apropriação do espaço como produto da relação homem-meio.

A pesquisa geográfica e as teorias que nortearam essa pesquisa deram suporte a uma pesquisa dinâmica e aberta a novos olhares. As referências apresentadas nos mostram a complexidade e riqueza do campo teórico que a pesquisa admitiu, caracterizando-se como uma pesquisa que representou um esforço interdisciplinar. Vale ressaltar, que o diálogo que construí com a antropologia, acrescentou muito no meu olhar de geógrafa. Assim, o quarto capítulo apresentou a sistematização dos dados coletados no campo e interpretados posteriormente.

O uso de metodologias específicas no campo contribuíram em primeiro lugar para caracterizar o território ilheiro, mostrando os padrões de usos e formas de ocupação, levando em consideração claro, as teorias adotadas no estudo do território.

Assim, a pesquisa possibilitou a compreensão de parte do saber local da comunidade estudada. Demonstrou que trabalhos que contemplem processos participativos além de envolver confiança por parte dos sujeitos pesquisados ajudam na análise dos resultados.

A partir do mapeamento participativo com o uso de técnicas de geoprocessamento e valorização do saber local foi possível elaborarmos mapas temáticos reunindo informações georreferenciadas sobre tipos de moradias, sujeitos envolvidos, uso dos territórios com suas respectivas funcionalidades, padrões de uso mostrando os graus de dependência dos recursos da localidade e localização de territórios de pesca.

Para tanto o território ilheiro é representativo, marcado por múltiplas funcionalidades e territorialidades plurais, manifestados pelos mais diversos agentes.

Assim classifica-se enquanto forma de dominação, sob a jurisdição do Estado e enquanto formas de apropriação, sob as lógicas da força da tradição, manifestados pela comunidade que de lá vive.

Neste contexto, as territorialidades específicas, surgem entre os sujeitos a partir das diferentes formas de apropriação que foram encontradas no campo de estudo. Assim, os recursos disponíveis na localidade são os elementos que definem a práticas sociopolíticas econômicas e culturais, que por sua vez materializam a atual configuração territorial no rio Uraricoera.

No que se refere ao território pesqueiro no rio Uraricoera, entendemos que a territorialidade da pesca é criada pelos pescadores e são exemplos da reprodução do seu modo de vida em território específico que demandam poder. Assim, os pesqueiros, e áreas de pesca, obedecem a um conjunto de regras que são criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder individual ou coletivo, e se expressam em espacializações próprias, que possuem características naturais com disponibilidade de recursos, e são regidos por hábitos e costumes dos pescadores.

Esses territórios cartografados consideram a percepção dos pescadores podendo inibir conflitos futuros, de maneira que os órgãos públicos também reconheçam esse mapeamento e que sejam criadas políticas que beneficiem os pescadores da localidade, pois segundo Andrade (2008) o mapa participativo é um instrumento para a compreensão sobre como as comunidades utilizam o espaço e a partir daí se cria a possibilidade de orientar novas tomadas de decisão sobre o território representado.

Foi possível observar que as ilhas (mesmo as que são habitadas) estão todas bem preservadas por não apresentarem lixo, áreas desmatadas e queimadas. Isso demonstra a capacidade que as comunidades possuem no gerenciamento dos recursos naturais e o ordenamento territorial pesqueiro, atenuando conflitos internos e aumentando a produção e a renda das comunidades.

Há necessidades de incremento de pesquisas sobre a constituição de territórios terrestres (as ilhas) e aquáticos (pesqueiros), mas também se faz necessário o engajamento das instituições governamentais nesta questão para a elaboração de políticas públicas concretas que atentam aos anseios das populações locais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER AZIZ N. Amazônia brasileira. ESTUDOS AVANÇADOS 16 (45), 2002, 7-30, p. disponível em: [www.revistas.usp.br/eav/article/download/.../11438](http://www.revistas.usp.br/eav/article/download/.../11438).

AB'SABER, AZIZ.N. Os domínios de natureza no Brasil. Potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial, São Paulo 159p. 2003

ACSELRAD, Henri E COLI, Luis Regis. Territórios e disputas cartográficas. IN Disputas cartográficas e sociais (org.) Henri Acselrad. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008, 168p.

ANDRADE, Ericka Delanio Veríssimo de. A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo. Dissertação (mestrado). UFPE, 2008. 180f.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. Nas Margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação ética do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas. Montes Claros. PPGDS. Dissertação (mestrado), Unimosntes, 2009. 185f.

ARAÚJO, Marisa Barbosa. Questões de uso comum: transformações das lógicas de apropriação de territórios e recursos naturais. Editora da UFRR, 2014, 189p.

ARENDR, Hannah. Da violência. Tradução de maria Claudia Drummond Trindade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

BECKER, Berta K. Amazônia. 6 edição. São Paulo: editora Ática, 1998.

BECKER, Bertha, K. Geopolítica da Amazonia. Revista estudos avançados 19 (53), 2005. 71-86p.

BECKER, Bertha, K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? PARCERIAS ESTRATÉGICAS- NÚMERO 12 – SETEMBRO 2001 (paper) disponível em: [www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper05.pdf](http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper05.pdf). 136-159p.

BEGOSSI. Temporal Stability in Fishing Spots: Conservation and Co-Management in Brazilian Artisanal Coastal Fisheries. *Ecology and Society*, 2006.

BERTRAND, Georges. PAISAGEM E GEOGRAFIA FÍSICA GLOBAL. ESBOÇO METODOLÓGICO. R. RA'É GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR 2004;

BOAVENTURA de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994). Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Modernidade%20Identidade%20Fronteira\\_TempoSocial1994.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Modernidade%20Identidade%20Fronteira_TempoSocial1994.pdf)

BONENMAISSON,Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL Zeny. (Org.) Geografia Cultural: um século. Riio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003.v.3 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. *Site do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – CEPNOR*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cepnor/>. Acessado em: 24/10/2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional - Faixa de Fronteira Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDF.F. Brasília, 2009, 64p. Brasília: UnB, 2008.

BROWDER, J.O.; GODFREY, B.J. Rainforest cities: urbanization, development, and globalisation of the brasilian Amazon. New York: Columbia University Press, 1997.

BUNKER S. Modes of extraction, unequal Exchange and the progressive underdevelopment of na extreme periphery: the Brazilian Amazon, 16000-1980. *American Journal of Sociology*, 89:1017-64,1984.

CARVALHO, Celso Morato. O LAVRADO DA SERRA DA LUA EM RORAIMA E PERSPECTIVAS PARA ESTUDOS DA HERPETOFAUNA NA REGIÃO. *Rev. Geogr. Acadêmica* v.3, n.1 (vi.2009)p.4-17.

CARVALHO, T. M. 2013. Síntese dos Aspectos Hidrogeomorfológicos do Estado de Roraima. Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima. Governo de Roraima – SEPLAN/IACI.

CARVALHO, T. M., CARVALHO, C. M. (2012): Interrelation of geomorphology and fauna of Lavrado region in Roraima, Brazil – suggestions for future studies. – *E&G Quaternary Science Journal*, 61 (2): 146–158. DOI: 10.3285/eg.61.2.03

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente– Universidade Federal do Paraná – UFPR. (TESE DE DOUTORADO). Curitiba, 2012. 175f.

COSTA, José Augusto Vieira. Compartimentação do Relevo do Estado de Roraima in Roraima em foco: pesquisas e apontamentos recentes/org. Rafael da Silva Oliveira. Edit. da UFRR, 2008. p77 – 107.

COSTA, José Augusto Vieira-Compartimentação do Relevo do Estado de Roraima in Roraima em foco: pesquisas e apontamentos recentes/org. Rafael da Silva Oliveira. Edit. da UFRR, 2008. p. 77 – 107.

CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro, W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. *Cultura com Aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.277-300.

D'ORAZIO, Felipe de alva Escuredo. COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DE FLORESTAS ALUVIAIS DO MÉDIO VALE SUPERIOR DO RIO PARAÍBA DO SUL,

SP. São Paulo, 2012. 103 p. il. Dissertação (Mestrado) -- Instituto de Botânica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos. O Mito da Natureza Intocada. 2º Hucitec São Paulo, 1998.p196.

DINIZ, Alexandre M. A. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. MG, novembro de 2002. 26f. disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST33\\_Diniz](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST33_Diniz)

FILHO, Barreto, Henyo. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. (Org) Adams, Cristina, Ed.; Murrieta, Rui.; Walter, Ed. In: Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo, 2006. p.364.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (orgs). Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade. Manaus: Rego edições, 2011.

FUTEMMA, Célia. Uso e acesso aos recursos florestais: os caboclos do baixo Amazonas e seus atributos socio-culturais. In Orgs) Adams, Cristina, Ed.; Murrieta, Rui.; Walter, Ed. In: Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.p.238-265.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p.6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p.395.  
Herlihi, Peter H. & Knapp, Gregory (eds.). 2003. *Maps of, by and for the Peoples of Latin America*. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

HINKEL, R.. Vegetação ripária: funções e ecologia. In: Anais do I Seminário de hidrologia florestal: zonas ripárias – Alfredo Wagner, SC. pp.40-48. 2003

HUERTAS, Daniel M. Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial. São Paulo: Annablume, 2009.

INGOLD, Tim & KURTILA, Terhi. Perceiving the environmental in Finnish Lanpland. In: Body Society, v.6. Londres: Sage, 2000.

JIMÉNEZ-RUEDA, jairo roberto , PESSOTTI, José Ernesto Sacchi e MATTOS, JUÉRCIO TAVARES DE. MODELO PARA O ESTUDO DA DINÂMICA EVOLUTIVA

DOS ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DOS PANTANAIS. *Pesq. agropec. bras.*, Brasília, v.33, Número Especial, p.1763-1773, out. 1998.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan.-abr. 2013.

LEFEBVRE, Henri. 1986 (1974). *La Production de l'Espace*. Paris : Anthropos.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1999,p. 178. Tradução de Sergio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

LIMA, W.P.. Função hidrológica da mata ciliar. In: Barbosa, L.M. (coord.) *SIMPÓSIO SOBRE MATA CILIAR*, 1987. Fundação Cargill, Campinas, SP. Anais. pp. 25-42. 1989

LITTLE. Paul. E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorial*. Serie Antropológica 322. Brasília 2002.

MACIVER, Robert Morrison; PAGE, Charles Harrison. *Comunidade e sociedade com os níveis de organização da vida social*. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade: Leituras sobre Problemas conceituais, Metodologicos e Aplicação*. São Paulo: Nacional e Edusp. 1973, 198p.

MARTIN, José de Souza. *Fronteira: a degradação o Outro nos confins do humano*. 2º edição, São Paulo: Contexto, 2012, p.187.

MORAES, Antonio Carlos. R. Ratzel. Tradução: Fátima Murad e Diniz Bottman (Org)\_\_\_\_\_. São Paulo. Editora Atica, 1990. p. 97.

MORAIS, Roseane Pereira. CARVALHO. Thiago Morato de. Aspectos dinâmicos da paisagem do lavrado, nordeste de Roraima. São Paulo, UNESP, *Geociências*, v. 34, n 1,2015 p.55-68.

MUELLER, Charles Curt *DINÂMICA, CONDICIONANTES E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA EVOLUÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL*. *Rev. Adm. púb.*, Rio de Janeiro, 26 (3): 64-87, jul/set. 1992

NETA, Luiza Câmara Bezerra. TAVARES. Stélio Soares. Geomorfologia do estado de Roraima por imagens de sensores remotos. (IN) *Roraima em foco: pesquisa e apontamentos recentes* (org) OLIVEIRA, Rafael da Silva.. Boa Vista: Editora da UFRR, 169-200p. 2008.

NEVES Walter; MURRIETA Rui; ADAMS Cristina. *As sociedades caboclas amazônica: modernidade e invisibilidade*. (Orgs) Adams, Cristina, Ed.; Murrieta, Rui.; Walter, Ed. In: *Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 364.

NUGENT, S. *Amazonian caboclo society: Na essay on invisibility and peasant economiay*. Oxford: Berg, 1993.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Mobilidades transgressoras, geografias ignoradas: itinerários e amaranhamentos envolvendo territorialidades desde garimpeiros no Suriname – tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2013. P. 400.

PARECER Nº 0561 MP/ CONJUR. Dispõe sobre as Ilhas Federais em Faixa de Fronteira.

PRADO, Rosane Manhães. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. In: Cultura, percepção e Ambiente: diálogo com Tim Ingold. (Org) São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2012 (Coleção antropologia hoje) p. 175-189.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução: Maria Cecília França, ed. Ática S.A, São Paulo. 1993.

RODRIGUES, José Manuel & Silva, Edson Vicente. Planejamento e Gestão Ambiental: Subsídios da Geoecologia das Paisagens e da Teoria Geossistêmica. Fortaleza: Edições UFC, 2013, p.2013.

RORAIMA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria do Patrimônio da União- Superintendência do Patrimônio da União em Roraima, 2013. disponível em : <http://patrimoniode todos.gov.br>. dia 25/11/13.

SACK, Robert David. Geography as a tool for developing the mind: a theory of place-making. Queenston: The Edwin Mellen Press, 2010.

SACK, Robert. Territorialidade Humana: sua teoria e história Cambridge: Cambridge University Press 1986 p. Tradução por Holli Davis. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-suateoria-e-historia#scribd>>.

SANTOS, M. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 308

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Record, 2001. p. 471

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense.

SILVA, Christian Nunes da. Territorialidades e Modo de Vida de Pescadores do Rio Itaquara, Breves – PA. Dissertação (mestrado) Belém, PA 2006. 200f.

SOUZA, Angela Fagna Gomes. O tempo das águas: ciclos de vida entre as águas do rio São Francisco, a Ilha das pimentas Pirapora/MG. Dissertação (mestrado) Universidade de Urbelandia – PPG-GEO. 2011, 182f.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013, p.320

SOUZA, Marcelo Lopez de. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo César C; CORRÊA, Roberto L. (Org.) In: Geografia: Conceitos e Temas. Bertrand Brasil: 11ª Ed.,1995. p.78-113

SOUZA, Nadja.Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 199-235 – jan./dez. 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. Mapeamento e delimitação das ilhas federais nos rios Uraricoera e Branco. Relatório Técnico. Convênio SPU/UFRR., 2013. 301p.

WEISMAN, Leslie Kanés. Women's environmental rights: a manifesto. Heresies#11, v.13,n.13,p.6-8, 1981.

WIRTH, Louis. Delineamento e problemas da comunidade In: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade: Leituras sobre Problemas conceituais, Metodológicos e Aplicação. São Paulo: Nacional e Edusp. 1973, 198p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva de estudos culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZEE. Zoneamento Ecológico-econômico da Região Central do Estado de Roraima. Ministério de Minas e Energia e Secretaria de Minas e Metalurgia CPRM - Serviço Geológico do Brasil. GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA Secretaria de Estado de Planejamento, Indústria e Comércio - SEPLAN – 2002.p.P224.

## **FONTES ORAIS**

- a) João Augusto Ferreira Costa - 2015**
- b) Nidis Albuquerque Teixeira - 2015**
- c) Sebastião Teixeira Belmon (Sabá) - 2015**
- d) Juvan Oliveira das Neves - 2015**
- e) Lázaro Duarte de Souza (Louro) - 2015**
- f) Benedito Alves Nunes (Bené) - 2015**

## ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA- PPG-GEO**

### **Pesquisa:**

“COMUNIDADES TRADICIONAIS”: USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO EM  
ILHAS FEDERAIS DO RIO URARICOERA.

**Mestranda:** Vivian Karinne Moais Rodrigues

**Orientador:** Antonio Tolrino de Rezende Veras

**Co-orientadora:** Marisa Araújo

## ROTEIRO DA ENTREVISTA

### 1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ENTREVISTADO

- 1) Nome:
- 2) Idade:
- 3) Naturalidade:
- 4) Nacionalidade:
- 5) Estado civil:
- 6) Possui filhos? Se sim, quantos?
- 7) Profissão:

### 2. FORMAS DE USO E E APROPRIAÇÃO

- 8) Há quanto tempo você vive aqui na ilha?
- 9) Por que decidiu morar numa ilha?
- 10) Você pretende morar em outra localidade? Por que?
- 11) Se não, Você tem medo de sair desse lugar?

12) Em qual categoria você se enquadra:

a) Extrativista      b) pescador      c) aposentado      d) outros

13) Se pescador, existem lugares específicos no rio para a pesca, tem proprietários? Ou o rio é de toda a comunidade?

14) Fale a respeito da obtenção dos recursos provenientes da terra e do rio.

15) Você tem alguma plantação para o consumo ou venda

16) Quais as maiores dificuldades enfrentadas por vocês ilheiros?

17) Vocês pretendem criar uma cooperativa dos moradores das ilhas para fazer conhecido seus anseios e perspectivas?

18) Você sabe quais as instituições competente que podem ajudar vocês aqui na ilha?

19) A presença dos fiscais da união mudou alguma prática de uso dos recursos pra o senhor (a)

### **3. REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS, ALTERIDADE E QUESTÕES IDENTITÁRIAS.**

20) Qual sua religião?

21) Você tem alguma história antiga do local, os tipos de usos sobre os fazendeiros?

22) Você se considera o dono da sua área? Ou atribui a posse da União

23) Você conhece seus direitos de posse de terra?

24) Conte um pouquinho da sua vivência aqui na ilha, fale um pouco da experiência de viver na ilha, quando inunda...

25) Você se considera com uma forma de vida/cultura particular? Diferente das demais pessoas da cidade?